



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



GIZELE MELO UCHÔA

**AMBIENTE, MOBILIDADE E TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO PRODUTIVO
DAS AGRICULTURAS FAMILIARES NOS LAGOS DO PARU E CALADO,
MUNICÍPIO DE MANACAPURU, AM**

**Manaus
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

GIZELE MELO UCHÔA

**AMBIENTE, MOBILIDADE E TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO PRODUTIVO DAS
AGRICULTURAS FAMILIARES NOS LAGOS DO PARU E CALADO, MUNICÍPIO DE
MANACAPURU, AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra do Nascimento Noda

**Manaus
2012**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Uchôa, Gizele Melo

U17a Ambiente, mobilidade e transformações no trabalho produtivo das agriculturas familiares no lagos do Paru e Calado no município de Manacapuru, AM / Gizele Melo Uchôa. – Manaus, 2013.

131f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra do Nascimento Noda

1. Agricultura familiar 2. Sustentabilidade 3. Urbanização I. Noda, Sandra do Nascimento (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas II. Título

CDU 2007 316.324.5(811.3)(043.3)

GIZELE MELO UCHÔA

**AMBIENTE, MOBILIDADE E TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO PRODUTIVO DAS
AGRICULTURAS FAMILIARES NOS LAGOS DO PARU E CALADO, MUNICÍPIO DE
MANACAPURU, AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

Aprovado em 19 de dezembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sandra do Nascimento Noda
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Neliton Marques da Silva
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a. Dra. Edilza de Jesus Laray
Universidade do Estado do Amazonas - Externo

OFEREÇO

*Em primeiro lugar a Deus;
Aos meus avós na eternidade, que com todo amor, me deram a
oportunidade de estudar, de conhecer, de me desenvolver como pessoa,
proporcionando sempre exemplos de honestidade, integridade, sabedoria e luta. A
eles o meu eterno amor;
À Prof^a. Dra. Sandra Noda, por me fazer ir além dos modelos estabelecidos
alcançando a reflexão e a compreensão;
E aos agricultores e agricultoras familiares dos Lagos do Paru e Calado,
primeiro pela amizade e segundo pela parceria na construção desta pesquisa.*

*Á Deus em primeiro lugar,
Por ter me dado os dons naturais para desenvolver meus talentos.*

*Aos meus avós Antônio e Dona Linda, aos meus pais Francisco e Solange, por
todo amor e dedicação na minha educação.*

*Á minha amiga, mãe e tia Lídia e sua família que adotei como minha pelos
exemplos e apoio que sempre me deram em todas as fases da minha vida.*

Ao meu companheiro Lauro Domingos pelo amor, apoio e companheirismo.

A minha orientadora por ter contribuído para uma revolução no meu ser.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao Deus eterno que me permitiu enfrentar meus medos, incertezas e temores para lutar pelos meus sonhos e persistir até o fim.

Aos meus avós maternos, Lindalgina e Antônio, por terem me amado como filha e terem me dado à educação a moda antiga, àquela onde se dava a mão à palmatória pelas boas maneiras e gentileza.

Aos meus pais, Solange Mendes Melo e Francisco das Chagas Santos Uchôa pelo apoio incondicional, por todo amor e carinho a mim dedicados.

Aos meus ‘familiares do coração’, Lídia, João, Kate e Lindemberg, Márcia, Gladston e Yasmin, Neila, Resivan e Ana Paula, Marcson e Rubxley, Dalva e Tiago por serem mais que amigos, por serem minha família em todos os momentos da vida.

Ao meu companheiro Lauro Domingos pelo amor, apoio e companheirismo.

À Minha orientadora Prof.^a Dr.^a Sandra do Nascimento Noda pela inspiração e motivação, amizade e carinho.

Ao coordenador do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente, o Prof. Dr. Henrique Pereira dos Santos por toda a motivação e apoio que sempre oferecia aos discentes.

À Enfermeira Dolores do Núcleo de Etnoecologia da Amazônia Brasileira pela amizade e carinho nos momentos difíceis.

À Silvesnizia por todo seu apoio, amizade, e tolerância com minhas dúvidas e dificuldades, obrigada por tudo.

À Cleide pela amizade e apoio em todos os momentos.

À docente Caroline Yoshida por ter me apresentado a minha orientadora, sem ela não teria vivido a experiência do etnoconhecimento junto aos agricultores do Paru e Calado.

Aos docentes Roberta Canãs e Marcos Terra Nova pelo apoio e amizade durante o mestrado.

A Hellem Oliveira pelo apoio, amizade em todos os dias de dificuldades e ansiedades.

À Maíra e Carlos Augusto do Centro de Ciências do Ambiente pela amizade e apoio em todos os momentos de dúvidas e angústia e por todos os outros de risos.

Ao Professor Salomão Neves, pelos ensinamentos na Graduação e Inspiração pela busca do conhecimento e da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Peri Teixeira que desde o início me apoiou em buscar a vida acadêmica.

A minha, desde sempre amiga, Tayana Nazareth, por sua amizade e companheirismo em todos os momentos.

Aos meus eternos e sempre presentes amigos de graduação; Gustavo, Carol, Raicília, Vitor e Shalaco por sempre terem acreditado em mim.

Aos meus Professores do Instituto Federal do Amazonas-IFAM por toda demonstração de amor ao ensino e aos alunos.

Aos meus Professores da UFAM durante a graduação pela motivação e dedicação ao ensino.

E a todos os Professores do Centro de Ciências do Ambiente por terem me proporcionado momentos de construção do saber e da reflexão.

Aos Professores e Coordenadores da UNINORTE pela amizade e apoio na realização deste trabalho e por me ouvirem nos momentos de aflição.

E aos agricultores e agricultoras familiares dos Lagos do Paru e Calado, primeiro pela amizade e segundo pela parceria na construção desta pesquisa.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, que possibilitou a realização deste trabalho.

À Universidade Federal do Amazonas, em especial ao Centro de Ciências do Ambiente, que possibilitou a realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

Lembro-me do primeiro dia que atravessamos o Rio sobre a Ponte que liga Manaus a Manacapuru, quanta ansiedade! Será que realmente era verdade o que meus olhos viam? Uma Ponte para chegar ao Cacau Pirêra, depois de anos indo até Manacapuru de balsa. Meu avô jamais acreditaria que isso fosse possível. Ah! Se ele pudesse ver... O que pensaria meu avô, caboclo do interior que acordava às 03 horas da manhã para atravessar na balsa. Foi o que eu pensei, misturas de sentimentos me assolavam: passado, presente e futuro, juntos até atravessar em 5 minutos o rio que antes absorvia quase uma hora de minha vida. Antes eu observava e sempre dizia: Ah!...Essa balsa que não chega. (relato pessoal).

Conhecer é ver e analisar as paisagens, entender os modos de vida, compartilhar das esperanças e angústias das regiões visitadas, é incorporar-se a um grupo de homens e tornar-se assim mais largamente humano, compreender melhor o duro trabalho do homem sobre a terra.

P. Deffontaines

RESUMO

No município de Manacapuru no Estado do Amazonas, existe um elevado número de agricultores familiares mantendo múltiplas atividades produtivas tradicionais. No entanto, com a expansão urbana, novas atividades e/ou tecnologias estão sendo executadas, o que os leva a atuarem em diferentes setores da economia por intermédio de relações produtivas de trabalho, deslocando-se em busca de trabalho ou de novos espaços produtivos. Estes fatos vêm promovendo alterações nas paisagens das localidades no município, o que direcionou o presente estudo para uma abordagem multidisciplinar e multirreferencial sistêmica para a construção do pensamento e análise do fenômeno na atualidade. Utilizou-se, para tal o método “Estudo de Caso”, no qual é possível estabelecer diversas técnicas de pesquisa, dentre as quais se utilizou no presente estudo de uma amostragem aleatória de coleta de dados junto aos agricultores familiares em áreas produtivas nos Lagos do Paru e Calado no Município supracitado, diários de campo, fotografias e análises de discursos. Buscou-se com esta estratégia metodológica, investigar as modificações que estas áreas podem estar passando, mesmo representando paisagens produtivas, sofrendo alterações pelo processo de urbanização e as mudanças de infraestrutura econômica impulsionadas com a proposta de institucionalização da região Metropolitana de Manaus e sua efetivação.

Palavras-chave: pluriatividade, sustentabilidade, urbanização, agricultura familiar.

ABSTRACT

In the city of Manacapuru in the Amazon state there is a large number of families farmer deal with multiples traditional and productive activities. However, with urban expansion new activities and technologies are being executed, in what lead them to work in different ranges of economy by means of productive relationship of work, looking for another tasks or new productive areas. These events have been promoting changes in location landscape of the municipality, in which have been straightforward to the present study standing for a systemic multi discipline and multi referential approaching to build of systemic thinking and analysis of the phenomenon at present. It was used for it a method named "Case Study", in which you can establish a plenty of research techniques, among are used at the present study a random sample of data collection from family farmers on productive areas in the Paru and Calado`s lake in the municipality aforementioned diary writing, photographs and analysis of speeches. We aimed at reaching, with this methodological strategy, investigate the changes that these areas may be experiencing, even representing productive landscapes, experiencing changes through the process of urbanization and changes in economic infrastructure ramped up with proposed institutionalization of the metropolitan area of Manaus and its implementation .

Key-words: pluriactivity, sustainability, urbanization, agriculture , family farming

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Local de nascimento dos entrevistados nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	33
Gráfico 02 – Residentes e não residentes nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, maiores de 8 anos.....	33
Gráfico 03 – Local da última moradia dos entrevistados nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	35
Gráfico 04 – Percentual sobre o tempo de moradia dos agricultores familiares na última moradia nas Comunidades Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	36
Gráfico 05 – Percentuais sobre os motivos da mudança da última moradia para atual nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	37
Gráfico 06 – Local da penúltima moradia nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	38
Gráfico 07 – Tempo de moradia na penúltima moradia nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	39
Gráfico 08 – Motivo da fixação no local da penúltima moradia nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/ AM.....	40
Gráfico 09 – Atividades executadas na penúltima moradia nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	40
Gráfico 10 – Atividades mais praticadas atualmente nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM	42
Gráfico 11 – Atividades executadas fora da agricultura nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/ AM.....	45
Gráfico 12 – Locais onde são executadas outras atividades fora da agricultura nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	46
Gráfico 13 – Motivos da mobilidade nas comunidades nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	52
Gráfico 14 – Tempo de moradia na nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	53
Gráfico 15 – Atividades extras executadas atualmente nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	54

Gráfico 16 – Motivos descritos para o deslocamento nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	56
Gráfico 17 – Tempo de residência nas comunidades desde a fixação no local nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	58
Gráfico 18 – Motivos para continuar na agricultura nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	59
Gráfico 19 – Porcentagem de entrevistados que já venderam algum terreno ou lote nas Comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	60
Gráfico 20 – Porcentagem dos entrevistados que já se mudaram nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	61
Gráfico 21 – Porcentagem dos entrevistados que já trocaram seus terrenos com outros nas Comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	63
Gráfico 22 – Como os entrevistados souberam da construção da ponte nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	64
Gráfico 23 – Como era a comunidade quando você chegou ao local, nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	70
Gráfico 24 – Motivos pelos quais os agricultores se mudam nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	74
Gráfico 25 – O que os agricultores achavam que a ponte iria trazer de mudanças nas Comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	75
Gráfico 26 – O que os entrevistados acham que tem mudado recentemente no local de estudo nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	78
Gráfico 27 – Pessoas querendo comprar terrenos dos agricultores nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	81
Gráfico 28 – Porcentagem de agricultores que pensam em lotear seus terrenos nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	82
Gráfico 29 – O que os agricultores acham de quem vende ou faz lotes de suas terras nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi.....	83
Gráfico 30 – O que a ponte traria de mudanças nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	88
Gráfico 31 – O que a ponte trouxe de mudanças nas paisagens das comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	89

Gráfico 32 – O que a ponte trouxe para sua vida ou a proximidade com o urbano nas comunidades estudadas nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM.....	90
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fluxograma do Circuito da Produção na agricultura familiar	13
Figura 02 – Região Metropolitana de Manaus	19
Figura 03 – Localização da área de estudo. Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Bom Jardim, Município de Manacapuru, AM	20
Figura 04 – Ilustração sobre comércio em frente à casa do agricultor	42
Figura 05 – Ilustração de Olaria a beira da estrada que liga Manaus a localidade estudada.....	47
Figura 06 – Área de loteamento na estrada que liga Manaus a Manacapuru	48
Figura 07 – Local onde ficará condomínio residencial na estrada que liga Manaus a Manacapuru	49
Figura 08 – Empreendimento de lazer (pesque e pague) na estrada que liga Manaus a Manacapuru.....	50
Figura 09 – Novo café da manhã na estrada que liga Manaus a Manacapuru	51
Figura 10 – Condomínio fechado que será construído na estrada que liga Manaus a Manacapuru	67
Figura 11 – Comércio que será construído na estrada que liga Manaus a Manacapuru	68
Figura 12 – Foto de uma paisagem de uma das propriedades visitadas, área de sítio, junto a floresta e próximo ao local da roça	71
Figura 13 – Foto de uma paisagem de pousio	72
Figura 14 – Foto de uma roça em uma das comunidades estudadas (Rei Davi)	72
Figura 15– Anúncio de venda de área de agricultura familiar. Comunidade Rei Davi, município de Manacapuru. Estado do Amazonas. Brasil. 2010	76
Figura 16 – Anúncio de venda de área de agricultura familiar na comunidade Nossa Senhora do Livramento. Amazonas.....	77
Figura 17 – Imagem do movimento de carros no ramal após a construção e entrega da obra da ponte que liga Manaus a Manacapuru.....	78
Figura 18 – Foto de área recentemente derrubada para lotamento	83
Figura 19 – Propriedade de agricultura familiar recentemente murada na Com. de Bom Jardim	86

Figura 20 – Foto de Novos sítios de recreio de fim de semana sendo cercados	87
Figura 21 – Imagem do Programa Luz para todos DO Governo Federal na entrada da Comunidade Rei Davi.....	91
Figura 22 – Casa sendo construída na comunidade de Nossa Senhora do Livramento	91
Figura 23 – Área sendo queimada na comunidade Rei Davi	92
Figura 24 – Imagem a beira do Lago do Paru na comunidade de Rei Davi	93
Figura 25 – Imagem de propriedade de agricultura familiar tradicional na comunidade Rei Davi	94
Figura 26 – Agricultor mostrando sua roça	95
Figura 27 – Adaptação de uma carcaça de geladeira para canteiro de cheiro verde	96

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – População por situação de domicílio e densidade populacional de quatro municípios componentes da Região Metropolitana de Manaus 2010.....16
- Quadro 2 – Número de entrevistados durante a pesquisa de 2010 a 2012. 25
- Quadro 3 – Espécies animais do componente extrativismo animal (caça) mais citadas e consumidas na alimentação dos agricultores. Comunidades: Bom Jardim, Rei Davi e Nossa Senhora do Livramento, município de Manacapuru, AM.....30
- Quadro 4 – Número Total e Percentual de participação. População por situação de Domicílios no município de Manacapuru, AM35

LISTA DE SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NERUA Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos da Amazônia

SNPH Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 A agricultura familiar e a convergência com a racionalidade econômica	18
1.2 Objetivos e hipótese do estudo	20
1.3 Estrutura e conteúdo da dissertação	21
2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - QUADRO CONCEITUAL	23
2.1 Aspectos socioeconômicos da mobilidade do trabalho e da agricultura familiar.....	23
2.2 Mobilidade do trabalho; conceitos e formas	26
2.3 A questão da complexidade amazônica	28
2.4 A agricultura familiar amazonense	29
2.5 As razões conceituais das alterações ambientais: o crescimento urbano.....	30
2.6 A Região Metropolitana de Manaus e a urbanização	32
3. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	34
3.1 Área de estudo.....	35
3.2 O trabalho de campo – Estrutura e Método	37
3.3 A coleta de dados	39
3.4 Tratamento e análise dos resultados	43
4. PROCESSOS DE MOBILIDADE DO TRABALHO NAS COMUNIDADES DOS LAGOS DO PARU E CALADO A REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS	45
4.1 Caracterização do local: Ramal Nova Esperança e caracterização das comunidades ..	45
4.1.1 Nossa Senhora do Livramento	45
4.1.2 Rei Davi.....	46
4.1.3 Bom Jardim	46
4.1.4 Biodiversidade animal	47
4.1.5 Biodiversidade Vegetal	48
4.2 Caracterização dos entrevistados: Os agricultores e suas famílias.....	49
4.3 Caracterização do fenômeno da Mobilidade local	52
4.4 Mobilidade do trabalho e influências na agricultura.....	58
4.4.1 Mobilidade setorial.....	62
4.4.2 Mobilidade espacial.....	68
4.4.3 Múltiplas mobilidades	71
4.5 Análise acerca da Mobilidade nas comunidades estudadas	72
4.6 A Região Metropolitana de Manaus e a influência na a agricultura familiar por meio das influências da urbanização.....	79
5 INFLUÊNCIAS DA MOBILIDADE DO TRABALHO NAS PAISAGENS DA AGRICULTURA FAMILIAR	84
5.1 Conceituando paisagem	84
5.2 A paisagem da agricultura familiar amazonense	85
5.3 Comprovações das influências da mobilidade do trabalho nas paisagens de agricultura familiar amazonense	88
5.4 Modificações da paisagem de agricultura familiar amazonense.....	98
5.5 Conservação e manejo ambiental ou Sustentabilidade.	104
5.5.1 Roça ou cultivos de roça	107
5.5.2 Cultivos	108
5.5.3 Sítio	108

6 CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES).....	111
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113

1. INTRODUÇÃO

1.1. A agricultura familiar e a convergência com a racionalidade econômica

No início da civilização o ser humano comportava-se como ser dependente da natureza, tendo como objetivo alcançar a sua sobrevivência, posteriormente, foi tornando-se produtor, desenvolvendo a agricultura e a criação de animais, deixando deste modo de ser nômade para estabelecer-se e conviver em sociedade. Todavia ao começar a fixação de moradia o ser humano iniciou uma nova maneira de apropriação do meio, onde passou a modificar a paisagem (MAZOYER, ROUDART, 2010).

Nesse processo muitas foram as formas de produção com lógicas econômicas diferenciadas, porém com a utilização dos espaços e dos recursos passando a transformá-los nos procedimentos de adaptabilidade humana, estabelecendo-se a racionalidade econômica pelo modo de produção capitalista. Tal predominância veio a exigir processos de expansão conhecidos como os de globalização e concentração das atividades produtivas em áreas separadas das de produção na agricultura, surgindo os aglomerados humanos ocupados em atividades comerciais e industriais transformando as cidades e seus arredores. Na atualidade tal processo é conhecido como urbanização.

Com a racionalidade econômica decorrente do processo de globalização e urbanização dos espaços produtivos tem-se verificado a utilização de forma intensiva do ambiente e essa apropriação acaba por reduzir de maneira crescente o acesso aos recursos naturais pelas populações humanas. Essa lógica econômica vem provocando desigualdades sociais e degradação ambiental crescentes, gerando um crescimento econômico que promove um desenvolvimento social disseminador de exclusão social ameaçando os processos de sustentabilidade.

O capitalismo trouxe um desenvolvimento pela expansão das relações de produção capitalistas diante das relações tradicionais de produção existentes, isso não significa dizer que ocorra uma transformação completa por parte das relações tradicionais de produção, o que vem a ocorrer são contradições mediante a incorporação das formas capitalistas de produção (LEFEBVRE, 2004).

Muitos têm sido os questionamentos relativos a estas transformações nas relações de trabalho e produção e suas consequências para o ambiente e os recursos existentes nos mais diferentes sítios do planeta, bem como as consequências desastrosas levando a problemas de

grande complexidade como o do desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Os relativos aos limites da capacidade do modelo capitalista de desenvolvimento econômico em gerar bem-estar social e sustentabilidade ambiental vêm sendo alvo das discussões atuais sobre a qualidade de vida das populações humanas (LEFF, 2001).

As populações humanas têm diversas necessidades, porém, as diretamente vinculadas a suas atividades produtivas estão inter-relacionadas aos recursos naturais, como o são as que compõem as agriculturas familiares, tais sistemas podem vir a sofrer maiores consequências nos componentes fundamentais da qualidade de vida e no ambiente acessado pelas populações de agricultores familiares. Principalmente, considerando-se as necessidades de maior equilíbrio com os processos naturais de conservação dos recursos utilizados nas agriculturas familiares (LEFF, 2001).

Neste sentido, observa-se, em áreas até então tidas como de agricultores familiares, o processo de trabalho conservando-se o mesmo. Porém com o advento da urbanização imposta pela expansão do capital, o agricultor que antes destinava sua força de trabalho apenas ao trabalho nas áreas de agricultura e extrativismo executando as mesmas atividades de outrora, na atualidade, no entanto, executa também, em parte do seu tempo, outras atividades impostas pelo capitalismo. Noda (2007, p. 64) descreve que estas modificações têm lugar, mas não são modificações substanciais, pois tem ocorrido relutância dos agricultores quanto às pressões pela mudança.

No que concerne ao município de Manacapuru existe um elevado número de agricultores familiares mantendo múltiplas atividades produtivas tradicionais, porém incorporando novas atividades e/ou tecnologias com a expansão urbana, o que os leva a atuarem, por intermédio de diferentes relações de trabalho, em diversas atividades produtivas. O fato é a promoção de ocorrências modificadoras no trabalho produtivo e em consequência no ambiente pelas alterações nas paisagens das localidades de Manacapuru

As áreas ocupadas por agricultores familiares nos Lagos do Paru e Calado representam paisagens produtivas, porém com a mobilidade impulsionada pelo crescente processo de urbanização e as mudanças de infraestrutura econômica advindas com a proposta de institucionalização da região Metropolitana de Manaus, tais áreas estão sofrendo alterações e transformações e também, estão transformando os que dependem dela (NODA, 2007).

Neste sentido a relevância da pesquisa encontra-se no fato de mesma buscar explicar os fatores influenciadores do processo de mobilidade do trabalho e de que forma esta pode vir a alterar as paisagens acessadas pelos agricultores familiares amazonenses nas áreas próximas

a região metropolitana de Manaus. Este fato relaciona-se com a busca por desenvolvimento econômico dos agricultores familiares por vezes convergindo com as práticas de conservação dos recursos e do etnoconhecimento. Desta forma a pesquisa se propõe a estudar mecanismos de mobilidade e contra mobilidade do trabalho que venham a favorecer propostas e práticas cotidianas de fixação do agricultor a terra, mesmo em condições de intenso processo de urbanização, pois os agricultores familiares em seu processo adaptativo adquirem flexibilidade nas respostas às pressões socioeconômicas e ambientais.

1.2. Objetivos e hipótese do estudo

A temática proposta neste trabalho de pesquisa teve sua escolha assentada na necessidade de compreender as formas e transformações no trabalho produtivo características da Mobilidade do Trabalho e como este fenômeno transforma as paisagens da agricultura familiar amazonense, ou seja, de que forma essas modificações alteram a paisagem natural.

A presente proposta de pesquisa teve como objetivo principal caracterizar as transformações no trabalho produtivo e das transformações das paisagens na agricultura familiar do município de Manacapuru – AM, em decorrência da expansão urbana, com a institucionalização da região metropolitana de Manaus e o acesso oferecido por medidas de facilidade de acesso na região. O marco temporal escolhido foi o período compreendido entre maio de 2010 e agosto de 2012, em área pertencente à região metropolitana de Manaus institucionalizada pela Lei Complementar n° 59 de 27 de dezembro de 2007 e análise de campo fundamentada no período de maio a agosto de 2012.

Logo, nas primeiras incursões na área escolhida foi possível a percepção da ocorrência de pressão pelo movimento de ocupação humana das áreas e o crescimento urbano com o aumento e complexidade dos fatores limitantes para a produção agrícola local. Tais fatos percebidos permitiram levantar-se a hipótese *da ocorrência de transformações no trabalho produtivo, no local estudado, por influência da institucionalização da região metropolitana de Manaus vindo a provocar alterações na paisagem da agricultura familiar.*

A localidade de estudo é composta pelas áreas de agricultores familiares dos lagos do Paru e Calado, localizadas no município de Manacapuru – AM, representado por três comunidades: (1) Rei Davi, (2) Bom Jardim e (3) Nossa Senhora do Livramento.

1.3. Estrutura e conteúdo da dissertação

A Dissertação foi organizada e estruturada numa divisão em capítulos com tópicos distintos, mas, encadeados de modo a interagir com todas as fases pertinentes aos objetivos propostos. Os resultados e discussões pertinentes à pesquisa de campo estão inclusos nos capítulos, e são realizados concomitantemente com o desenvolvimento da teoria analisada, a da mobilidade do trabalho e suas influências na paisagem da agricultura familiar amazonense, consolidando-se por meio do estudo de caso na localidade do Paru e Calado em Manacapuru.

No primeiro capítulo intitulado a “Agricultura familiar e a convergência com a racionalidade econômica” são apresentadas de maneira introdutória a pesquisa. Em seguida no segundo capítulo, no qual se encontra a revisão teórica da pesquisa, são descritos os aspectos socioeconômicos da agricultura familiar e os conceitos e formas da mobilidade do trabalho. Neste, discute-se também, a questão ambiental e suas relações com a agricultura familiar amazonense, os conceitos acerca da agricultura familiar, as razões conceituais acerca das alterações ambientais e a relação com o crescimento urbano e por fim discute-se a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus.

Segue-se com a apresentação da estratégia metodológica no terceiro capítulo. Neste é apresentada à localização e caracterização das comunidades estudadas, a apresentação da abordagem utilizada para o desenvolvimento da pesquisa sistêmica, pois para Morin (2007) a relação das partes é essencial para a compreensão do todo sistêmico. O método utilizado nos levantamentos de dados de campo foi o “Estudo de Caso” proposto por Yin (2005), no qual é possível se combinar várias técnicas, utilizadas na pesquisa de campo, começando por diário de campo, observação direta, entrevista semiestruturada, reunião com grupos focais e imagens. Por fim têm-se os capítulos referentes à análise dos dados, organizados no quarto e quinto capítulo.

O quarto capítulo tem como título “Processos de mobilidade do trabalho nas comunidades dos lagos do Paru e Calado a região metropolitana de Manaus”. Neste, os dados obtidos permitiram a compreensão da mobilidade a partir, do marco temporal, da institucionalização da Região Metropolitana de Manaus, submetendo-se ainda ao processo de construção e posterior conclusão da Ponte que liga Manaus a Manacapuru e por meio dos dados buscou-se caracterizar neste capítulo as formas de ocorrência da mobilidade do trabalho nas comunidades estudadas.

O quinto capítulo intitulado “As influências da mobilidade nos processos de transformação da paisagem da agricultura familiar”, neste capítulo buscou-se descrever as

influências do fenômeno da mobilidade do trabalho na paisagem da agricultura familiar, identificando as formas de mobilidade e as alterações nas paisagens das agriculturas familiares nas localidades. Na identificação e caracterização dos diversos ambientes de execução das relações e processos de trabalho presente neste estudo, foi enfatizada a categoria da paisagem selecionada, como o suporte analítico para o desenvolvimento do conhecimento sobre a mobilidade do trabalho e as transformações nas paisagens locais.

Por fim segue-se com as conclusões acerca da pesquisa desenvolvida apresentando-se as principais considerações e reflexões realizadas no estudo sobre a influência da mobilidade do trabalho nas transformações na paisagem da agricultura familiar amazonense.

2. FUNDAMENTO TEÓRICO – QUADRO CONCEITUAL

2.1. Aspectos socioeconômicos da mobilidade do trabalho e da agricultura familiar.

A articulação entre processos ecológicos, políticos e culturais na concepção de ecodesenvolvimento destacam-se como o viés inovador que promove a interdisciplinaridade na forma de se analisar os problemas e de se conceber soluções, particularmente ao valorizar o papel dos processos culturais e simbólicos presentes nas práticas da agricultura familiar de reconstrução das unidades de paisagem produtiva.

Ignacy Sachs desenvolveu o conceito de ecodesenvolvimento, que mais tarde evoluiria para a formulação de desenvolvimento sustentável como uma “via intermediária”, com princípios orientadores na “busca da justiça social em equilíbrio com a natureza e não por meio da sua depleção e contaminação, [...]”. (SACHS, 1986, p 54.).

Em escrito de 2004 o autor aponta para o fato da busca de soluções para a problemática do modelo de desenvolvimento estar na:

[...] convergência das ações e na democratização das relações entre as forças do mercado, do estado e da gestão e planejamento social dos recursos, orientadas para práticas econômicas centradas no atendimento das reais necessidades das populações humanas e na formulação de indicadores de bem-estar social e de qualidade de vida [...] (SACHS, 2004 p.6).

Leff (2002), em consonância com o modelo desenvolvido sob a inspiração de Ignacy Sachs, concebe o ecodesenvolvimento como “um enfoque sistêmico de análise e planejamento de um novo estilo de desenvolvimento regional e local endógeno, orientado para a satisfação de necessidades básicas (materiais e psicossociais) das populações envolvidas”.

Considerando-se as necessidades de maior equilíbrio com os processos naturais de conservação dos recursos utilizados nas agriculturas familiares, o *ecodesenvolvimento* apresenta-se fundamentado no exercício de práticas democráticas e na racionalidade ambiental. Esta última baseada no pluralismo cultural, na participação e autodeterminação das populações locais, pela livre decisão sobre o manejo dos recursos naturais disponíveis em cada contexto socioambiental, de maneira a integrar o planejamento econômico com o espacial para a emergência de um sistema de planejamento estratégico descentralizado.

Cavalcanti (1999) propõe a construção de um novo paradigma produtivo fundamentado no ambiente, capaz de articular os processos naturais e tecnológicos

configurando modelos de desenvolvimento sustentável. O ambiente constituiria assim um sistema produtivo específico e não uma externalidade incluída no modelo econômico como um custo do desenvolvimento e lugar da deposição de resíduos do sistema produtivo.

Desta forma, a constante busca por desenvolvimento e sustentabilidade dos agricultores familiares, levanta a necessidade de conceituação das relações sociais de produção e de trabalho, pois as mesmas são pré-requisitos para o estudo da mobilidade do trabalho e dos processos de transformação nas paisagens causados pela execução destas relações socioculturais e econômicas (CAVALCANTI,1999).

As relações sociais de produção apresentam-se historicamente geradas no processo da vida material, estabelecidas entre os atores sociais de maneira determinada, necessária e independente de suas vontades e, de maneira geral correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais das sociedades humanas, incluindo nestes os meios de trabalho criados pela sociedade, os instrumentos de produção e os seres humanos que possuem determinada experiência cultural produtiva para produzir os bens materiais (Marx, 1977 p.24 *apud* Noda, 1985, p. 6). A efetivação concreta das relações sociais de produção manifesta-se pela execução do trabalho entendido como uma atividade colocada em movimento mediante uma cultura organizadora das ações humanas para produzir bens materiais.

O trabalho desta maneira não é apenas uma atividade individual, mas uma atividade social, não obstante este fato percebe-se que para o capital o trabalhador não é uma condição de produção, só o trabalho o é, evidenciando assim no capitalismo o fato do/ trabalho transformar-se em mercadoria, desta maneira o capital não transforma somente o mundo externo, mas também o trabalhador em consideração a reprodução do capitalismo (idem, 1982).

O estudo das sociedades como as objetivadas no município de Manacapuru vêm a requerer desta forma a caracterização da incorporação do capital por meio do processo de transformação e reprodução das relações de produção na agricultura familiar, levando-se em consideração que a agricultura familiar não se encaixa no modelo de produção de estritamente capitalista, pois ainda persistem barreiras à coesão interna ao capital (LIMA,2005).

As barreiras existentes ao serem detalhadas levam a compreensão do fenômeno da Mobilidade do Trabalho. Gaudemar (1977) explicita como sendo o deslocamento dos indivíduos entre diferentes esferas de um espaço, o espaço abstrato delimitado pelos setores de atividades, profissões, qualificações, etc., onde os indivíduos impulsionados pelo capital

são levados em busca de trabalho. Do mesmo modo, raramente se estrutura a mobilidade em geral, mas sim uma ou outra das suas diferentes formas: a mobilidade espacial (designada frequentemente de maneira indiferente por migração), a mobilidade setorial, a mobilidade profissional, por vezes chamada migração profissional (MELO,1990).

Ao se observar a movimentação da vida econômica, considera-se os próprios movimentos dos seres humanos, como sendo os movimentos que qualificam o conceito de mobilidade. Resultando na construção do pensamento de ser o fenômeno dos deslocamentos um processo com profunda ligação a pluriatividade, mediante a existência de uma pluralidade de significações concretas existentes em meio ao desenvolver da mobilidade, conduzindo a pluralidade das deslocações dos indivíduos no discurso da atividade econômica (KAGEYAMA, 2008)

A mobilidade do trabalho não é mais do que a sua qualidade, a propriedade do trabalho permitindo ser trabalho produtivo, assim é porque o mesmo é capaz de satisfazer as necessidades de acumulação do capital e, portanto do crescimento. Necessidades que se exprimem cada uma de per si, ou simultaneamente, tanto em termos de qualificação como em termos de repartição espacial e setorial dos seres humanos, e que determinam assim as múltiplas formas concretas de mobilidade (GAUDEMAR, 1977).

Surge de forma paralela a esta conceituação o fato da existência de obstáculos à mobilidade do trabalho constituir outros tantos obstáculos a acumulação do capital e criam, quer uma superabundância de trabalho produtivo, quer um elevado desemprego, se bem frequentemente sob uma forma larvar, especialmente na Agricultura (GAUDEMAR, 1977).

Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os seres humanos submetem seu comportamento às exigências do desenvolvimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada. O discurso econômico serve de verniz para demonstrar, quer a inevitabilidade do fenômeno, quer a existência de vantagens individuais ou coletivas que teoricamente ele deve apresentar (LIMA, 2005).

Deste modo demonstra-se o discurso econômico e, portanto as estratégias que ele funda. Isto é, coloca-se em jogo realmente a mobilidade do trabalho, o uso capitalista das disponibilidades dos seres humanos, ou seja, da movimentação de seus corpos. De um lado tem-se a estratégia capitalista de mobilidade forçada, do outro, os elementos, desenvolvidos pelas lutas populares, de uma contra estratégia. Com um custo mínimo, naturalmente, já que isso evita o de um arranjo harmonioso dos territórios. Em termos de política econômica, tudo

isso leva a proclamar: o êxodo rural e a polarização do território, a mobilidade profissional e social, a transferência de setores pobres para setores ricos ou imigração estrangeira, são lucrativos para economias metropolitanas (LIMA, 2005).

Destarte o fato das estratégias humanas de conservação dos recursos naturais desde a ocupação colonial demonstra as áreas dos agricultores familiares e das populações indígenas terem sido os grandes centros de abastecimento regional, com certas faixas responsáveis pelo suprimento de gêneros alimentícios (NODA, 2000). Atualmente, grandes iniciativas são tomadas para a participação de espécies da agrobiodiversidade vindo a requerer, para o atendimento do mercado consumidor, mudanças na ocupação espacial produtiva e na organização dos processos de manejo e extração desses recursos, forjando paisagens diferenciadas nas diferentes localidades de agricultores familiares (NODA & NODA, 1994).

Tal procedimento promove a crescente incursão da racionalidade econômica pela urbanização dos espaços produtivos intensificando em consequência a expropriação e a exclusão social e, reduzindo de maneira crescente o acesso aos recursos naturais caracterizando-se desta maneira, ameaças aos processos de sustentabilidade da Agricultura Familiar regional (LEFEBVRE, 1995).

2.2. Mobilidade do trabalho: conceitos e formas

Os debates acerca das razões pela quais a força de trabalho dos seres humanos submetem-se a todas as variações de duração, intensidade, produtividade, nos leva a questionar como se dá o nascimento da mais valia tanto sob a forma absoluta como relativa e também como designar o fato dela se prestar a tal uso. Para Gaudemar (1977) os conceitos de mais valia absoluta e mais valia relativa são mais precisos, no entanto, vem definir como resultado a apropriação capitalista, embora conduzam as condições em que se desenvolve o processo de produção. Desta forma a mais valia representa a diferença apropriada pelo capitalista entre o valor de uso e o valor de troca da força de trabalho. De que natureza é então esta força de trabalho que se presta a tal uso tanto extensivo como intensivo? Como designar tal qualidade? Para Gaudemar (1977) esta qualidade é precisamente a Mobilidade do Trabalho.

O conceito de mobilidade do trabalho engloba além dos deslocamentos geográficos (migrações) os seus homólogos setoriais ou profissionais. Em todos os casos trata-se de num deslocamento de uma esfera para outra. Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os seres humanos submetem seu comportamento às exigências do crescimento

capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada. O discurso econômico serve de verniz para demonstrar, quer a inevitabilidade do fenômeno, quer a existência de vantagens individuais ou coletivas que teoricamente ele deve apresentar.

De um lado tem-se a estratégia capitalista de mobilidade forçada, do outro, os elementos, desenvolvidos pelas lutas populares, de uma contra estratégia; a contra mobilidade. Para Gaudemar (1977) a migração é um fenômeno que permite a sociedade atingir o melhor equilíbrio de conjunto possível, correspondendo à maximização da satisfação, pelo menos, da população do campo. Com um custo mínimo, naturalmente, já que isso evita a necessidade de um arranjo harmonioso dos territórios, pois em termos de política econômica, tudo isso leva a proclamar: o êxodo rural e a polarização do território, a mobilidade profissional e social, a transferência de setores pobres para setores ricos ou imigração estrangeira, como lucrativos para economias metropolitanas (GAUDEMAR, 1977).

A mobilidade atinge os domínios da reestruturação industrial e da organização do território, da imigração estrangeira, da mobilidade profissional, da formação escolar por tornar-se, explicitamente um instrumento de adaptação da força de trabalho. Os deslocamentos espaciais não são aqui os únicos em causa, mas, juntamente com eles, todos as maneiras de passagem da força de trabalho disponível para as esferas de valorização do capital e todos os modos de intensificação e produtivização desta força de trabalho (GAUDEMAR, 1977). As formas de mobilidade que estas maneiras implicam são:

- O encorajamento dos movimentos migratórios que facilitam as polarizações espaciais ótimas para o desenvolvimento capitalista;
- O encorajamento do desenvolvimento das camadas mais móveis e o controle da imigração estrangeira;
- O desenvolvimento da formação profissional.
- A intensificação, a produtivização de todo o trabalho, tanto industrial como terciário (tarefas produtivas, indiretamente produtivas ou reprodutivas) (GAUDEMAR, 1977).

No que concernem às formas de mobilidade Noda (2010) as descreve em três formas:

1. A primeira corresponde ao momento da aquisição da sua mobilidade, por parte do trabalhador, antes submetido a outras formas de produção social como o da agricultura familiar;

2. A segunda é a caracterizada pela circulação das forças de trabalho em função das crises do capital, na qual a força do trabalho se integra ao capital e ocorre a sua distribuição espacial, setorial e profissional, ou seja, o trabalhador se posiciona em outras atividades em busca de uma melhor remuneração;
3. Finalmente, têm-se a utilização das forças de trabalho no momento da submissão do trabalhador as exigências do capital, levando à outras formas de organização do processo do trabalho.

Desta forma Noda (2007) descreve que a busca por alternativas de trabalho e geração de renda pode levar os agricultores a mobilidade, em um processo que pode transformar a paisagem da agricultura familiar.

As interações desse processo são abordadas a partir de uma serie de subsistemas que para Leff (2002) são apreendidos em sua complexidade a partir de uma parte que também compreende o todo. Desta forma a mobilidade do trabalho ajuda o entendimento do processo de produção da força de trabalho rural em todas as suas manifestações, mas coloca também o problema da instabilidade da pequena produção tanto pela produção, circulação e utilização da lógica capitalista (ABRAMOVAY, 1992).

2.3. A questão da complexidade amazônica

Um olhar reflexivo sobre a Amazônia como floresta tropical de rica biodiversidade, na qual a totalidade da sua complexidade se encontra nas interações e inter-relações dos seus habitantes com o ambiente é sempre necessário.

Isto porque a Amazônia caracteriza-se por ser um sistema socioambiental complexo por todas as especificidades de seus ecossistemas. Leff (2002) na sua exposição sobre a teoria dos sistemas complexos auxilia a elucidar a complexidade do sistema amazônico, a partir da compreensão de que existem subsistemas compondo e fazendo parte, interagindo dentro de um sistema complexo maior, de um todo. No que concerne à problemática ambiental esta veio ocasionar transformações nos citados sistemas socioambientais pela interferência do modo de produção capitalista vigente, bem como nos estilos de vida e culturas. Deste modo, existem sociedades que parecem se encontrar no meio de uma situação dicotômica, apresentando-se com características tradicionais, mas sendo impulsionadas pelo capital, essas articulações são passíveis de explicações, isto por que:

A evolução e a transformação dos ecossistemas naturais- objeto da ecologia- estão determinadas pelas necessidades de exploração de suas matérias-primas, o que gera o processo de acumulação de capital, bem como pelos efeitos das relações sociais de produção e das práticas produtivas de uma formação econômica sobre os modos e técnicas de aproveitamento dos recursos naturais dos ecossistemas (LEFF, 2002, p. 80).

Logo, mediante as considerações do autor é possível compreender as transformações sofridas nos ecossistemas e mais apreender-se a caracterização de suas formas econômico-sociais, suas formas de sobrevivência, de autodeterminação e desenvolvimento, principalmente no contexto amazônico em que encontramos diversas populações vivendo na região, caracterizada, por uma rica sociobiodiversidade manifestada em seu povo e costumes, sofrendo intervenção nas suas características tradicionais, porém ainda mantendo suas relações tradicionais. A agricultura na região demonstra essa característica na população que mesmo em meio a uma sociedade dominada pelas economias de mercado, ainda persiste.

2.4. A agricultura familiar amazonense

Diversas são as conceituações dadas à agricultura familiar. Lamarche (1997) descreve-a como uma exploração familiar como uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio. O autor auxilia a elucidar um conceito de exploração familiar bastante coerente como o presente na Amazônia ao apresentar a exploração familiar correspondente a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1997).

O fator característico da exploração familiar diz respeito aos fatores de produção, dentre estes a força de trabalho ser familiar, sendo esta condição fundamental para que haja continuidade da exploração produtiva. Deste modo, a característica distintiva entre o sistema de agricultura familiar da industrializada empresarial é o uso do trabalho familiar, em vez do trabalho assalariado. A unidade agrícola familiar amazonense caracteriza-se por ter como fatores no circuito da produção o trabalho familiar e os recursos naturais (Figura 1), diferindo significativamente da unidade agrícola capitalista.

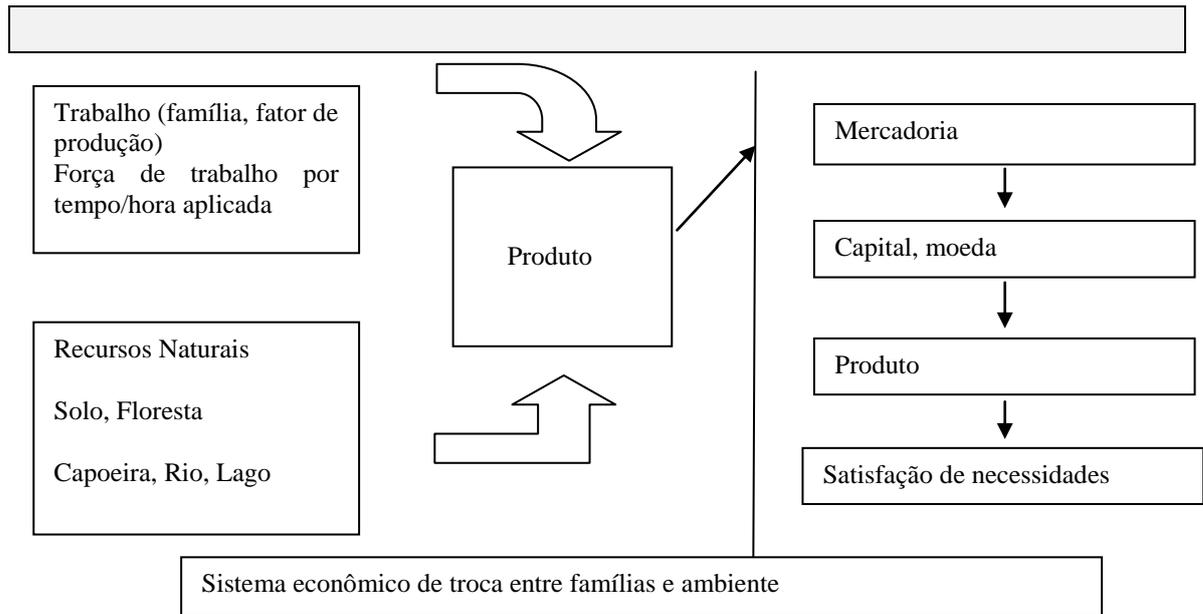


Figura 1. Fluxograma do Circuito da Produção na agricultura familiar.
 Fonte: Elaboração própria adaptado de Noda (2007 p. 57).

A agricultura familiar amazense corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família. Esta é a condição fundamental de sua distinção frente aos empresários agropecuários, gestores de fatores de produção cuja exploração se assenta no trabalho assalariado.

2.5. As razões conceituais das alterações ambientais: o crescimento urbano

O fenômeno da ocupação humana e do crescimento urbano como um processo de avanço sobre novas áreas alterando o ambiente natural e social de forma significativa é resultante da ocorrência do “[...] deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS 1991, p. 122).

As relações sociais podem ocorrer em locais penetrados e moldados em termos de influências político-econômicas e sociais, distantes da forma visível do lugar, do local, isto porque, os fatos estruturantes das relações sociais e de trabalho, no local nem sempre são o que está presente neste. No local a forma visível oculta às relações distanciadas que por vezes determinam a sua natureza (*Op.Cit.* p.122-124). O “desencaixe” ou “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões

indefinidas de conexão do local e do global afetam rotineiramente a vida e as organizações das sociedades tradicionais como a das agriculturas familiares.

Neste processo de transformação constante e crescente das relações sociais de trabalho, onde antes a base das formas de produção era assentada nas relações tradicionais de ajuda mútua, com o compartilhamento dos recursos naturais e práticas econômicas da economia da reciprocidade, na atualidade encontra relações de assalariamento que podem ser verificadas bem como o abandono de práticas ligadas a agricultura sendo substituídas por outras em vigor nos centros urbanos como as de serviços e comércio.

O processo é dinâmico requerendo estudos constantes, pois conforme descrito por Bernard (1983, pp. 24-25) o ambiente no qual se inserem as paisagens é o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos em determinadas porções do espaço. Bley in Del Rio (1999, p. 125) conceitua paisagem como “um espaço subjetivo, sentido e vivido, um espaço de cada ser humano, um espaço individualizado”. Um espaço percebido e organizado pelo ser humano para lhe dar sentido sendo, portanto, a paisagem percebida, construída e simbólica.

As características principais desse processo são as modificações nas unidades de paisagem que refletem as estratégias cotidianas de conservação dos recursos naturais executadas pelos agricultores familiares. Essas estratégias conforme Noda (2009, p. 70) ocorrem:

no campo das contradições reais do cotidiano do fenômeno de conservação dos recursos como mecanismo de desenvolvimento das ações de produção, nas relações sociais de trabalho dos agricultores familiares. As relações engendradas caracterizam os processos culturais da produção para a conservação dos recursos naturais, nas unidades de paisagem de terra firme (áreas não inundáveis) (e várzeas áreas inundáveis) na calha dos rios Solimões e Amazonas (NODA, 2009, p.70).

As estratégias humanas de conservação dos recursos naturais desde a ocupação colonial nos mostram que as áreas dos agricultores familiares e das populações indígenas eram os grandes centros de abastecimento regional, com certas faixas responsáveis pelo suprimento de gêneros alimentícios (NODA, 2000). Atualmente, grandes iniciativas são tomadas para a participação de espécies da agrobiodiversidade que vem a requerer, para o atendimento do mercado consumidor, mudanças na ocupação espacial produtiva e na organização dos processos de manejo e extração desses recursos, forjando paisagens diferenciadas nas diferentes localidades de agricultores familiares. Tal, procedimento promove a crescente incursão da racionalidade econômica pela urbanização dos espaços produtivos realizando de forma intensiva a apropriação e reduzindo de maneira crescente o

acesso aos recursos naturais gerando um desenvolvimento econômico de exclusão social ameaçando os processos de sustentabilidade da Agricultura Familiar regional.

2.6. A Região Metropolitana de Manaus e a urbanização

A Região Metropolitana de Manaus – RMM, que conta com 2.106.322 habitantes (IBGE 2010), foi criada em 30 de maio de 2007 pela Lei Complementar nº 52/2007 e modificada no dia 27 de dezembro de 2007 pela Lei Complementar nº 59/2007, com a inclusão do município de Manacapuru totalizando 8 municípios da RMM: Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva.

Ao discorrer da região metropolitana de Manaus faz-se necessário mencionarmos do município de Manaus, atual capital do Estado, localizada na região norte do Brasil, à margem esquerda do Rio Negro, Manaus é a porta de entrada para a maior floresta tropical do planeta, na qual se encontra um estoque de recursos naturais, representado por 20% da reserva de água doce do mundo, um banco genético de inestimável valor e grandes jazidas de minérios, gás e petróleo (MELO,1997).

Entre a exuberância das belezas naturais está a paisagem do Polo Industrial de Manaus – PIM, com mais de 600 empresas cuja tecnologia de ponta é a mesma utilizada nos mais avançados centros de produção de todo mundo, gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos. Isso foi possível graças à Zona Franca de Manaus-ZFM, um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá), a fim de promover a melhor integração produtiva e social desta região ao País, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras.

Considerada a mais bem sucedida estratégia de desenvolvimento regional, o modelo leva à região de sua abrangência o desenvolvimento econômico aliado à proteção ambiental, proporcionando melhor qualidade de vida às suas populações (IBGE, 2010). A indústria é à base de sustentação do PIM. O Polo Agropecuário abriga projetos voltados às atividades de produção em agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outros. No final de 2003, pela Emenda Constitucional Nº 42, de 19 de dezembro de 2003, art. 92, prorrogou o modelo Zona Franca de Manaus até o ano 2023 (BARBOSA, 2011 p. 38).

A cidade de Manaus vem crescendo e diversas obras de infraestrutura urbana vêm mudando a paisagem e promovendo crescimento local e nas adjacências. Passagens de nível,

duplicação de avenidas e a construção de viadutos são apenas alguns exemplos do ritmo acelerado das transformações vividas por Manaus. Dentre essas a criação da Ponte que liga Manaus a Iranduba, Manacapuru e Novo Airão vem estabelecer um novo cenário em meio à institucionalização da Região Metropolitana de Manaus, diminuindo as barreiras ao desenvolvimento urbano entre Manaus e as cidades vizinhas. A proximidade da cidade de Manaus com as cidades da Região Metropolitana de Manaus é explicada por meio de dois elementos fundamentais, o primeiro diz respeito aos espaços construídos de cidade e o segundo ao movimento da vida, fatos estes cada vez mais próximos do constante movimento de estruturação da Região Metropolitana de Manaus.

O Quadro 1 mostra os resultados do Censo Demográfico da população por domicílio e densidade populacional de 2010 do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com a população urbana e rural de municípios componentes da região metropolitana de Manaus.

Quadro 1 População por situação de domicílio e densidade populacional de quatro municípios componentes da Região Metropolitana de Manaus. 2010.

Municípios	População			Densidade (Hab./km ²)
	Urbana	Rural	Total	
Manaus	1.792.881	9.133	1.802.014	158,10
Manacapuru	60.174	24.967	85.141	11,62
Iranduba	28.979	11.802	40.781	18,39
Novo Airão	9.499	5.224	14.723	0,39

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de alguns municípios da Região Metropolitana de Manaus Figura, 2010.

Verifica-se uma grande diferença entre a capital e os outros municípios. Considerando-se que a Região Metropolitana foi criada em 2007 e que os dados da população são do ano de 2010, pode-se observar que mesmo antes de especulações sobre a Região Metropolitana de Manaus surgirem já se notava uma discrepância na população urbana em relação a rural.

Pode-se verificar a população total urbana do município de Manacapuru (60.174) sendo bem maior que a rural do município no ano de 2010, sendo menos que 50 % da urbana, ficando em 24.967, verifica-se assim, que a concentração da população em sua maioria está na sede do município, fato este explicado pelo desenvolvimento e expansão das áreas de urbanização proporcionada pela construção da ponte que liga Manaus a Manacapuru e recente divulgação da cidade vizinha como sede da cidade universitária da Universidade do Estado do Amazonas, poderá haver um incremento considerável da população na área rural destes municípios inclusive no município onde se encontram as comunidades estudadas.

3. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Inicialmente apresentam-se, a título de suporte teórico, a conceituação das categorias de análise utilizadas para nortear a pesquisa de campo. Em seguida descreve-se a área de estudo e os seus diversos ambientes, a ênfase foi dada para o ambiente dos Lagos do Paru e Calado no município de Manacapuru.

A partir da instituição da região Metropolitana de Manaus, composta pelos municípios de Iranduba, Manaus, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru, processos de especulação imobiliária promoveram valorização diferenciada sobre as áreas agricultáveis. Os objetivos explícitos no Art. 1 da Lei Complementar n° 59 eram “à organização, ao planejamento e a execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitanos ou comuns,...”. Este fato veio a requerer dos agricultores familiares estratégias adaptativas (MORÁN, 1990 p.70-75) e de resiliência social (BEGOSSI, 2001 p. 104-108) isto porque, são expostos conflitos e contradições de interesses e estratégias de sobrevivência.

As categorias de análise utilizadas na pesquisa foram:

- a. **Estratégias adaptativas e de sobrevivência:** Entende-se as formas visíveis que caracterizam nos cenários sociais concretos, combinações com o senso reflexivo das ações e relações onde a cultura, os símbolos valorizados contêm e buscam perpetuar a experiência geracional. São estratégias de adaptação humana aos ambientes e ao processo de construção das paisagens em acordo com a influência cultural humana em sua atuação nos ecossistema. São aquelas estratégias de sobrevivência que imprimem as relações sociais de trabalho e produção processos constantes e crescentes de transformação. Morán (1990) denomina tais processos como adaptação reguladora. Neste, antes a base das formas de produção era assentada nas relações tradicionais de ajuda mútua e/ou de solidariedade, com o compartilhamento dos recursos naturais e práticas econômicas da economia da reciprocidade. Na atualidade, encontram-se relações de assalariamento temporário e/ou permanente, em outras atividades bem como, o abandono de práticas ligadas à agricultura sendo substituídas por outras em vigor nos centros urbanos como as de serviços e comércio. Tais modificações caracterizam o fenômeno da Mobilidade do Trabalho regional. Estas dimensões da vida dos agricultores familiares têm sido tratadas como produto da intervenção da sociedade e sua organização político-econômica sobre a natureza, acentuando as contradições da produção, consumo e

apropriação social do espaço ambiental vindo a requerer estratégias humanas de adaptação.

- b. **Organização da produção:** entendida a partir do conceito de Morin (1998) apud Noda (2000, p. 43) como as interações associativas e recorrentes manifestadas no comportamento de produzir espécies de flora e fauna em acordo com as unidades de paisagem e os usos para atendimento de necessidades como a produção realizada em espaços ecológicos a partir da utilização do trabalho humano em uma agricultura caracterizada pela busca de sobrevivência da família.
- c. **Família:** entendida enquanto instituição social conforme aponta Gil (1991, p.66) regida por relações afetivas e de amizade recíproca.. É o grupo social básico, doméstico dividido em família nuclear (pais e filhos) e extensa (pais, filhos, genros, noras, irmãos, cunhados, etc.).
- d. **Comunidade:** entendida como lugar conforme aponta Tuan (1983, p.7) e, enquanto tal representa o poder e a superioridade do coletivo sobre o pessoal e individual nas relações sociais, ecológicas e na produção do espaço. É um espaço físico, social e cultural onde se manifesta a organização do sistema ecológico compreendido no conhecimento e nas práticas culturais e sociais de trabalho humano exercido para a produção de bens e matérias primas de maneira comunal.
- e. **Paisagem:** entendida conforme aponta Del Rio (1998) apud Noda (2000, p. 43) como um espaço, uma expressão concreta de uma área com elementos físicos ou materiais, e culturais percebidos e, portanto, construída e simbólica. Ou seja, um espaço material e objetivo ao mesmo tempo sentido, vivido, um espaço de cada ser humano e enquanto tal subjetivo. A paisagem como um cenário onde se desenvolve a organização humana, composto dos elementos água (Rios, Paraná, Lagos, Poços, chuva, etc.); flora, fauna e a paisagem construída no sistema agroecológico.

3.1. Área de Estudo

A Cidade de Manacapuru tem como fundamento a Aldeia de Manacapuru, formada por índios muras, ali estabelecidos em fevereiro de 1786. Foi transformada em Vila no ano de 1895 e, em Cidade, no dia 11 de agosto, do ano de 1932 (BARBOSA, 2011 p. 11-17).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, sua população era de 65.632 habitantes, sendo 47.662 na área urbana e 26.033 na área rural O

Município de Manacapuru está localizado no centro da região fisiográfica Solimões/Tefé, compreendendo 48.419km² (Figura 2).

A sede do Município de Manacapuru está localizada na margem esquerda do rio Solimões, próximo ao rio Negro (3° 18' 33" S e 60° 33' 21" W), com altitude de 34 metros acima do nível do mar, distante 54 km em linha reta da capital do Estado. Limita-se com os municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Caapiranga, Anamã, Beruri e Manaquiri.

A área escolhida para o desenvolvimento da pesquisa trata-se da localidade do Paru e Calado no município de Manacapuru na área rural, sendo este município integrante da Região Metropolitana de Manaus.

A classificação de lagos adaptada por Sousa (2000 p.20) e aplicada na área focal dos lagos do Paru e Calado como lagos de terra firme dendríticos ramificados, visto que não é possível definir um eixo principal. Demonstra-se a seguir a localização do município em meio a Região Metropolitana de Manaus (Figura 2).

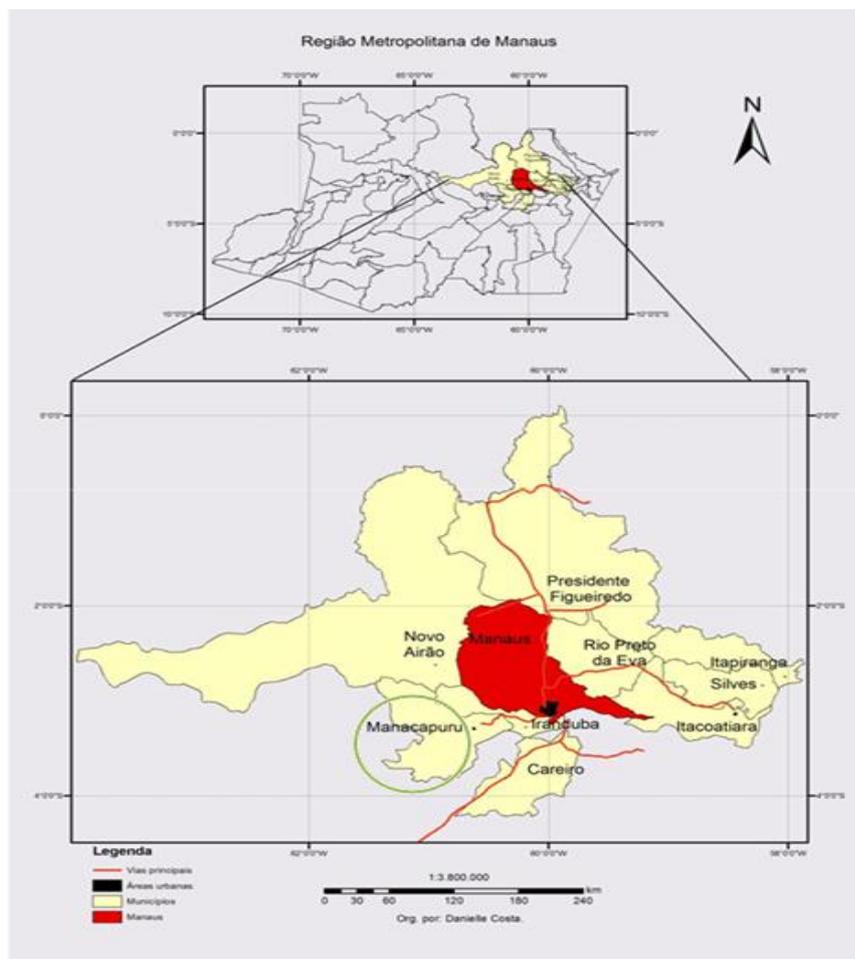


Figura 2 - Região Metropolitana de Manaus.

Fonte: Marcos Castro de Lima (2010).

O sistema dos Lagos do Paru e Calado localizado no Ramal Nova Esperança no km 62 da Rodovia Manoel Urbano, AM, caracteriza-se por vastas extensões de florestas de terra firme, ocupadas por sítios e fazendas onde é possível observar uma alta diversidade de ambientes. Nesta localidade encontram-se cinco comunidades: Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento, São Raimundo e Rei Davi, das quais foram objeto deste estudo três, Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, encontrando-se esta última logo no início do Ramal.

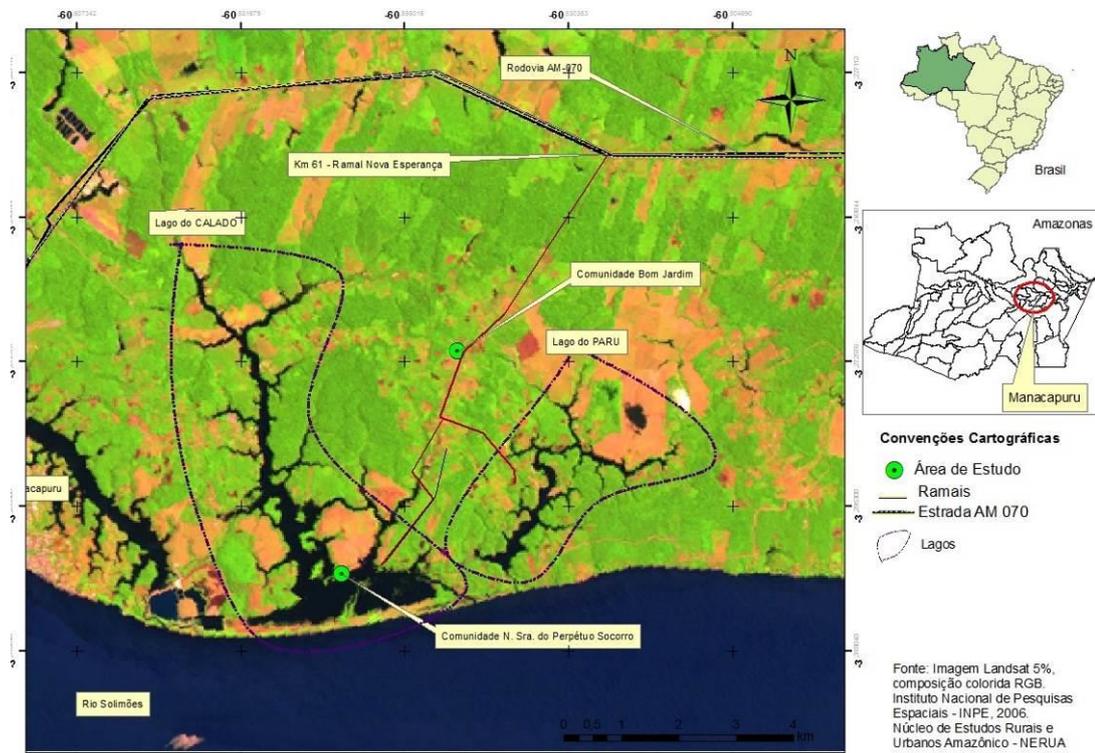


Figura 03. Localização da área de estudo. Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Bom Jardim, Município de Manacapuru, AM.
Fonte: NERUA, 2010.

3.2. O trabalho de campo – Estrutura e Método

A pesquisa foi fundamentada a partir de um estudo descritivo-analítico. A operacionalização do trabalho de campo teve estratégias cercadas pelo método estudo de caso, na pesquisa dos dados empíricos. O método teve como referência uma problemática, no caso desta pesquisa o fenômeno ambiental de transformação das paisagens pela urbanização e a consequente mobilidade do trabalho em áreas de agricultores familiares.

O método de pesquisa utilizado foi estudo de múltiplos casos, que segundo Yin (2005 p. 44) é viável a utilização deste método em muitas situações, por exemplo: para contribuir

com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. O referido autor ainda menciona que em todas as situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos, além de ser o estudo de caso uma investigação que permite a preservação das características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real.

A informação foi circunstanciada, interpretada e adaptada às diferentes modalidades do conhecimento, pois o estudo de caso segundo Yin (2005, p. 50) é caracterizado pelo estudo profundo, exaustivo, de uma situação por meio de diferentes e múltiplas fontes de evidência, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado da realidade social.

Em atendimento ao método estudo de caso, foi elaborado um esquema geral para coleta das fontes de evidência constando de:

- a. Leitura e seleção de material bibliográfico, para obter-se dados sobre os principais tópicos históricos regionais e as categorias de análise para o conhecimento dos fenômenos.
- b. Pré-teste com o objetivo de selecionar as técnicas de pesquisa mais pertinentes ao conhecimento do real. As técnicas testadas foram as de formulário/questionário socioeconômico, cartografia social, registro Fotográfico/Figura, mapeamento da rede de relações sociais, história de vida, diário de campo e de entrevista sem roteiro prévio.
- c. Pesquisa de campo, a partir de visitas quinzenais às localidades com duração de 10 dias cada uma. Nas visitas foi realizado levantamento de dados primários junto aos agricultores familiares nas localidades para atualizar os dados levantados na bibliografia existente e confrontar os dados de maneira a satisfazer os objetivos da pesquisa, além de reestruturar os mesmos e levantar dados não relatados.

A pesquisa de campo, apesar de ter sua estratégia qualitativa buscou quantificações com o emprego de informações consensuais como uma medida de significância cultural, pois a mesma vem mostrando vantagens sobre procedimentos que subjetivamente determinam valores de importância ou simplesmente, adicionam categorias de usos. Informações consensuais de valoração segundo Noda (2000, p.104) “... *refletem a importância dada a cada evento ou fenômeno por informante, visto que, em um maior número de situações, é razoável assumir que o aumento de evidência sobre um dado fato refletirá, provavelmente,*

nas repetidas vezes em que há menção destes por diferentes sujeitos sociais...". Para a autora, a distribuição no caso da valoração pela percepção dos agricultores familiares é, geralmente, contínua e não discreta. Assim, mensura-se e calculam-se os dados por meio de resultados por ocorrência e valoração expressos em termos proporcionais comparados com o número de entrevistas. O intervalo de confiança pode ser calculado para cada entrevistado em relação à unidade de paisagem de ocorrência em relação ao número de entrevistas. Esta base estatística pode indicar a disponibilidade de uma determinada paisagem onde as relações sociais de trabalho são mais presentes e culturalmente reconstruídas (Idem, 2000, p. 108).

3.3. A coleta de dados

A pesquisa foi executada por meio de levantamento de dados locais, utilizando-se da formulação de perguntas (Formulário), com a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Gil (1994, p.92) descreve ser uma das ferramentas que possibilita ao pesquisador estar diretamente em contato com o sistema de pesquisa. Na entrevista semiestruturada, o entrevistador e entrevistado ficam frente a frente. Para o autor esta modalidade de entrevista “... pode *caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coletas de dados...*” (Idem, 1994, p.92). Deste modo, realizaram-se perguntas abertas, cujo objetivo foi o de possibilitar que o entrevistado ficasse à vontade para relatar o seu conhecimento fornecendo informações sobre atitudes, ações, práticas produtivas e relações sociais que levam os agricultores locais a mobilizarem-se de sua localidade a áreas urbanas para o exercício de pluriatividades.

A partir de uma amostragem aleatória levantaram-se dados para comprovar que essas áreas representam paisagens produtivas. Porém as mesmas vêm sofrendo alterações pelo processo de urbanização e mudanças de infraestrutura econômica impulsionadas com a proposta de institucionalização da região Metropolitana de Manaus.

O estudo de campo foi dividido em duas fases: em sua primeira fase, por um questionário de pré-teste, objetivou-se fazer uma pré-seleção de técnicas a serem utilizadas, para isso desenvolveu-se a observação dos agricultores familiares no seu cotidiano de trabalho e de vida, buscando-se o entendimento do fenômeno das transformações ambientais e no trabalho produtivo com a consequente mobilidade na agricultura familiar, as formas de manejo e conservação dos recursos naturais.

Logo em seguida aos dias de pré-teste iniciou-se a fase das entrevistas, nas quais se trabalhou com entrevistas por meio de formulário (ANEXO 1) para obterem-se informações

referentes aos processos representativos, o imaginário social e cultural e as explicações dos entrevistados sobre a mobilidade e as transformações na paisagem da agricultura local.

A abordagem utilizada foi à da complexidade sistêmica segundo Morin, (2002, p.180). Entende-se esta como uma abordagem interdisciplinar que integra e interage com os princípios de várias ciências formando uma rede. A abordagem permite a compreensão e avaliação do efeito da mobilidade sobre os sistemas agrícolas e sobre a sociedade como um todo e facilita a compreensão das partes desses sistemas. É uma rede complexa entre produtores e produtos do conhecimento, onde cada um contém as outras e, assim cada uma contém o todo enquanto todo (Idem, 2002, p. 181).

As fontes de evidências, utilizadas foram: documentos, entrevistas, observação direta, elaboração de mapas cognitivos, matriz histórica e formulários semiestruturados. Yin (2005 p. 50) salienta que o uso de várias fontes de evidências é importante para o trabalho de coleta de dados.

Na primeira atividade de campo foi realizado o reconhecimento da área de estudo, com a identificação das lideranças locais (líderes comunitários, agentes de saúde, professores, etc.) e agricultores familiares mais antigos e, também, a aplicação de alguns formulários semiestruturados em uma pequena amostra escolhida de forma aleatória antes da sua aplicação definitiva para selecionar os casos de ocorrência do fenômeno estudado. Por meio de descrições das lideranças locais e por meio de dados secundários foi possível determinar a quantidade de famílias existentes em cada comunidade. Consequentemente, identificar por meio das entrevistas os componentes das famílias estudadas (filhos (as), agregados, chefe da casa, cônjuge, etc.) bem como, a idade de cada indivíduo, sendo de grande valia para predizer a quantidade necessária de formulários a serem aplicados em cada comunidade estudada.

O formulário elaborado contou com perguntas abertas e fechadas (formulário semiestruturado), e foi aplicado no domicílio do entrevistado, sendo interrogado o chefe da família, a esposa ou outro adulto que pudesse responder aos questionamentos de maneira a não comprometer a veracidade dos dados a serem coletados. Salienta-se que a elaboração dos referidos formulários teve por matriz os já aplicados pelo Núcleo de Etnoecologia da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas em pesquisa de campo. Para esta etapa foram verificados e considerados indicadores que serviram para verificar a mobilidade, por meio da utilização também de dados e tipos de modalidade de mobilidade e a percepção dos agricultores quanto as mudanças na paisagem (considerando como marco inicial as especulações e posterior conclusão da ponte que ligar Manaus a uma

parte da Região Metropolitana de Manaus, a saber os municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão) .

O trabalho de campo foi iniciado em maio de 2011 (primeiras visitas), onde foram efetuadas a princípio visitas semanais as localidades pelo menos uma vez por semana para efetuar os primeiros contatos com os agricultores familiares. Esta fase de percepção inicial durou até agosto, pois foi de extrema importância que os agricultores confiassem na pesquisa e no pesquisador. Posteriormente nos meses de setembro a novembro foram feitas visitas e coletas de dados nas três comunidades de estudo, as saídas a campo com duração média de 10 dias cada (dezembro/2011, fevereiro/2012), nos meses de maio e junho buscaram-se comprovar as informações obtidas além de observar se ocorreram mais modificações na localidade estudada.

A aplicação do questionário semiestruturado foi realizada em duas etapas (segunda e terceira visita a campo), onde foram selecionadas 15 moradias, sendo esta a representação da amostra estudada para a realização das entrevistas, sendo 05 moradias da comunidade de Nossa Senhora do Livramento, 05 moradias da comunidade de Bom Jardim e 05 moradias da comunidade de Rei Davi.

Segundo os levantamentos dos presidentes das comunidades o total de famílias nas comunidades estudadas é de 155 famílias, sendo 42 famílias na Comunidade de Bom Jardim, 50 famílias na comunidade de Nossa Senhora do Livramento e 63 na Comunidade de Rei Davi, destaca-se o fato dos números das famílias serem aproximados, pois a realidade dos números não aparece nos dados oficiais contando-se somente com as informações de agentes de saúde da localidade e dos presidentes da comunidade.

No que concerne ao número de pessoas componentes das famílias na amostra estudada de 15 famílias o total de homens é de 64 e 60 mulheres formando um total de e 124 pessoas componentes das famílias (quadro 02), observando-se que a maioria das famílias estudadas caracteriza-se como famílias nucleares, ou seja, compostas por muitos filhos, que serão à base do sistema de produção familiar por meio da sua força de trabalho.

Quadro 02 – Número de entrevistados durante a pesquisa de 2010 a 2012

Nº. de pessoas na família		
Total	Homem	Mulher
15	6	9
9	4	5
12	5	7
4	2	2
4	2	2
5	3	2
7	3	4
13	8	5
6	4	2
4	2	2
2	2	2
11	6	5
11	5	5
12	6	6
10	6	4
124	64	60

Fonte: Dados do campo 2010 a 2012

Os formulários foram aplicados pela pesquisadora, a princípio foram selecionadas as moradias por meio dos questionários teste, onde se enquadravam na pesquisa as famílias nas quais se identificava o fenômeno estudado. Para a seleção das moradias, a pesquisadora procedia da seguinte maneira: dirigia-se aleatoriamente a uma moradia da comunidade, e solicitava a realização de uma entrevista com o “chefe” da família ou com o morador mais velho ou com a esposa ou filho mais velho. Não encontrando um entrevistado elegível, ou caso este se recusasse a dar a entrevista, partia-se para uma nova moradia seguindo o mesmo procedimento, até encontrar um entrevistado que atendesse aos critérios de seleção (“chefe” da família ou morador mais velho da residência, ou esposa ou filho mais velho). Nesta fase, a meta foi identificar e conhecer a área de uso da terra destas famílias, bem como os tipos de atividades desenvolvidas (plantio, extração, criação de animais, etc), e a existência do fenômeno estudado da mobilidade.

Depois de selecionadas às famílias participantes buscava-se identificar a presença de variáveis explicativas para a existência do fenômeno estudado como a pluriatividade, mudança de um local a outro, especulação imobiliária no local, troca de atividade em alguma parte do dia ou inteiramente, venda de terrenos, loteamento.

Em paralelo às entrevistas também foram trabalhadas as fotos das paisagens dos sítios desde que o morador permitisse a retirada de fotos de seu sítio, para a visualização das paisagens identificadas pela população local atrelado à visita ao campo. A utilização desse tipo de fonte de evidência pode ser útil para fazer comparações com um conjunto de outras fontes de informação.

Em todo o processo foram realizados registros Fotos/Figuras com o intuito de registrar comportamentos ou condições ambientais relevantes como complemento da pesquisa no que concerne à observação da modificação da paisagem, já que os fenômenos não são puramente de caráter histórico. Yin (2005, p.51) diz que o registro fotográfico é significativo quando se deseja observar um fenômeno não somente por partes, mas o como um todo.

3.4. Tratamento e análise dos resultados

A partir da abordagem sistêmica foi feito um tratamento qualitativo dos dados coletados, por intermédio de formulários/questionários com perguntas abertas e fechadas e de reforço que foram tabulados e analisados por processos quantitativos e qualitativos. De acordo com as respostas dos questionários foram feitas análises dos fatores identificados como influenciadores da mobilidade do trabalho e se esta ocasionou mudanças na paisagem local, após essa análise organizaram-se os dados e foi feita a tabulação destes dados, codificando e categorizando-os, posteriormente foram elaboradas planilhas e tabelas.

Foram analisadas as fotos das localidades dos ambientes existentes na área estudada, das atividades executadas na localidade, bem como a pluriatividade e também novas tecnologias e outras mudanças que pudessem ser percebidas como influenciadas pela proximidade com o urbano. Para corroborar as informações obtidas foram utilizadas as informações contidas nos questionários aplicados com agricultores familiares da área focal, além de informações adquiridas por meio de conversas informais e, oficina presenciada na qual foi facilitada a proximidade com os agricultores familiares das três comunidades.

Os dados dos questionários foram tabulados, criando-se categorias de mobilidade e a relação com as mudanças na paisagem da agricultura familiar. Por meio de gráficos, figuras e tabelas gerados foi possível apresentar médias e percentuais das informações, estas informações foram confrontadas, com os registros Fotos/Figuras e com os dados obtidos por meio dos formulários.

Posteriormente, executaram-se visitas para investigar informações de confirmação de dados obtidos juntos aos agricultores para verificar a adaptabilidade dos mesmos mediante a

realidade da abertura da Ponte que liga Manaus a Manacapuru e a influência da Região Metropolitana em suas vidas e na localidade, este momento também foi consubstanciado por meio de fotos de verificação, além de conversas informais. A decisão por visitar mais uma vez as localidades foi também pautada por uma indagação da pesquisadora quanto às especulações com a Construção da Cidade Universitária da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, a ser construída no município de Iranduba vindo a ser mais uma influência na região antes mesmo de sua criação.

4. PROCESSOS DE MOBILIDADE DO TRABALHO NAS COMUNIDADES DOS LAGOS DO PARU E CALADO A REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

4.1. Caracterização das comunidades

As comunidades do ramal Nova Esperança sofrem grande influência religiosa principalmente de igrejas evangélicas, existentes nas comunidades, existem escolas primárias na qual estudam a maioria das crianças e a escola de ensino médio localiza-se na Estrada principal, sendo necessário que os jovens se desloquem até lá por meio de ônibus que as pegam em suas moradias, existe posto de saúde prestando serviços básicos de saúde e também agentes de saúde acompanhando as famílias.

Segundo os levantamentos dos presidentes das comunidades o total de famílias nas comunidades estudadas é de 155 famílias, sendo 42 famílias na Comunidade Bom Jardim, 50 famílias na comunidade de Nossa Senhora do Livramento e 63 na comunidade Rei Davi, destaca-se o fato do número das famílias serem aproximados, pois, a realidade dos números não aparece nos dados oficiais contando-se somente com as informações de agentes de saúde das localidades e dos presidentes das comunidades.

No ramal existem três granjas, sendo uma delas um empreendimento familiar e duas empresariais, que empregam alguns dos comunitários e assim contribuem no assalariamento de algumas famílias. Em uma das comunidades também, se observou um viveiro empresarial de peixes que emprega alguns comunitários. O ramal fica próximo de uma localidade que abriga algumas fazendas e um laranjal que emprega alguns agricultores familiares. Outra atividade identificada diz respeito à criação de abelhas para posterior comercialização do mel.

Recentemente o serviço de padaria vem sendo oferecido no ramal por uma empresa familiar, o que facilitou a compra do pão pelas famílias que na maioria das vezes tinham que ir até o começo do ramal para comprar o pão. Outra presença constante nas comunidades diz respeito aos pequenos comércios de mercearias que vendem desde enlatados, ovos e material de limpeza e higiene. Todas as comunidades estão organizadas em associações, possuindo inclusive sede própria e as que não possuem costumam se reunir na escola, encontramos nas comunidades casas de farinha comunitárias.

4.1.1. Nossa Senhora do Livramento

Dentre as comunidades estudadas, a de Nossa Senhora do Livramento é a mais afastada da entrada do ramal, e a mais próxima dos lagos do Paru e Calado sendo constante a

pesca e o consumo de peixes. Nesta encontra-se a granja de características familiares, a energia elétrica chegou tardiamente devido à distância. Apresenta bastantes atividades de agricultura familiar para a sobrevivência, possui uma associação que se reúne na sede própria todas as semanas e costumeiramente discute assuntos de interesse comum. A estrada ainda não foi totalmente pavimentada, a maioria das residências ainda é de madeira e só se percebeu um comércio local de mercadorias.

4.1.2. Rei Davi

A comunidade fica próxima aos Lagos e um pouco afastada da entrada do ramal, em alguns locais da mesma é difícil o acesso à água e a energia elétrica ainda não chegou na comunidade. É uma área de mata fechada e de floresta conservada, possui posto de saúde, campo de futebol e sede própria. O comércio de mercadorias em mercearias quase não existe, ou seja, o deslocamento para consumo de produtos é mais difícil, a casa de farinha é comunitária e a parte da estrada que a liga as outras comunidades ainda não foi pavimentada. Nesta localidade existe uma grande propriedade particular de viveiro de peixes. Esta comunidade pertencia a uma judia que veio fugida da segunda guerra mundial e que doou as terras aos agricultores familiares.

4.1.3. Bom Jardim

Bom Jardim é a comunidade mais próxima da entrada do ramal sendo o acesso asfaltado e as casas possuem fornecimento de água e energia elétrica, existem fazendas, uma granja empresarial, padaria e alguns comércios, escola e propriedades de agricultura familiar e alguns loteamentos, empreendimentos e sítios ou áreas de plantação de fim de semana.

Estas características da localidade demonstram as paisagens nas quais pode ser verificado em acordo com a conceituação de Tuan (1980 p.98), haver uma intrínseca relação entre o homem e o espaço no qual habita no tempo e no lugar. Noda et al (2007 p. 238 -239) esclarece a paisagem no conceito da agricultura familiar como o cenário onde se desenvolve a organização humana em torno da água, flora, fauna no complexo do sistema agroecológico. A paisagem ainda absorve os contextos externos no que se refere à diversidade de serviços que vem se desenvolvendo na comunidade em meio à agricultura familiar, em constante movimento de capital e de pessoas.

4.1.4. Biodiversidade animal

A pesquisa ocorreu no Ramal Nova Esperança, nos Lagos do Paru e Calado em uma área de terra firme, no início do Ramal que leva as comunidades estudadas, encontra-se uma reserva militar que abriga diversas espécies vegetais e animais, sendo comum o aparecimento de animais nas proximidades como; onças, macacos e cobras habitando a área.

A mesma diversidade animal ainda é encontrada em alguns pontos correspondentes as comunidades estudadas, sendo o extrativismo animal concentrado na caça de animais silvestres, utilizados para a alimentação, principalmente nos momentos de escassez de outros recursos. Ao serem perguntados sobre as espécies animais da localidade os agricultores disseram algumas peculiaridades do consumo e também pela observação, as espécies mais citadas são apresentadas no Quadro 3. O macaco ainda é uma espécie bastante encontrada na localidade e uma das mais consumidas seguida do tatu. Segundo um agricultor vindo do nordeste residente há anos na localidade:

Eu gosto muito de macaco, sempre que vejo eu pego e como, a carne é muito boa, quando a roça não é muito boa, eu vou mesmo atrás de macaco, tatu, eu aprendi isso aqui com meu sogro que já morava aqui, e eu achei foi bom, porque lá no nordeste não tinha isso não quando a gente ficava com fome não tinha o que caçar não. (Sr. F. O, 65 anos, agricultor da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2011)

Quadro 3. Espécies animais do componente extrativismo animal (caça) mais citadas e consumidas na alimentação dos agricultores. Comunidades Bom Jardim, Rei Davi e Nossa Senhora do Livramento, município de Manacapuru, AM. 2010 a 2012.

ESPÉCIES CITADAS COMO MAIS CAÇADAS	ESPECIFICIDADE DA CAÇA, CONFORME CITADO NAS ENTREVISTAS
Macaco (<i>Saguinus sciureus</i>)	Consumido costumeiramente no período de seca dos rios pela falta de peixe e renda suficiente para consumir outros alimentos
Onça (<i>Panthera onca</i>)	Consumida quando se encontra a espécie rondando a propriedade
Anta (<i>Tapirus terrestris</i>)	Consumida quando encontrada na caça independente da escassez de peixe ou renda suficiente para consumir outros alimentos
Paca (<i>Agouti paca</i>)	Consumida sempre que se encontra independente da escassez
Tatu (<i>Tolypentis tricinctus</i>)	Consumido costumeiramente
Veado (<i>Cervus elaphus</i>)	Raramente encontrado, mas ainda foram identificados relatos do consumo da espécie
Jacaré (<i>Melanosuchus niger</i>)	Consumido sempre que se encontra

Fonte: Dados de campo 2010 a 2012, elaboração própria.

A diversidade animal contribui para a sobrevivência das famílias na localidade, o costume da caça e o consumo das espécies animais são considerados naturais e muitos destacam que a procura demasiada tem levado a diminuição do consumo de carne de caça, mas esta ainda tem ocorrido, conforme o relato:

Eu outro dia vinha andando no ramal, quando avistei uma onça pintada me seguindo, preparando o bote, arrumei minha arma e matei a bicha e nós comemos a carne por uns dias, muito boa à carne e tem gente que de vez em quando ainda avista uma. (Sr. F. S, 49 anos, agricultor da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2011).

Destaca-se a prática da caça para os agricultores familiares da localidade como parte de suas vidas. O consumo dessas carnes é apreciado por muitos deles, mas, segundo os agricultores familiares, é visível a depleção de caças, principalmente, de onças, antas e pacas. Este fato pode estar relacionado às mudanças que as comunidades vêm passando nos últimos anos, com o advento da pavimentação das vias de comunicação e transporte, especulação imobiliária com loteamento de algumas propriedades, maior circulação de carros e ônibus e a própria pressão sobre a caça em si relacionada com a exploração não somente para autoconsumo, mas também para comercialização por algumas pessoas.

A piscicultura já foi praticada por algumas comunidades no local, mas por motivos de gestão não se efetivou, estagnando também por falta de linha de crédito. Somente na comunidade Rei Davi existe algumas pessoas trabalhando com piscicultura, no entanto esta é praticada para comercialização não sendo voltada para o consumo dos agricultores familiares das comunidades.

4.1.5. Biodiversidade Vegetal

A localidade possui uma rica diversidade vegetal, desde árvores de grande utilidade madeireira, plantas de uso medicinal e frutos diversos. O extrativismo vegetal praticado relaciona-se às atividades de extração de madeira, para construção de moradias, barcos para comercialização e consumo. A agricultura no local está baseada principalmente nos cultivos temporários de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), frutos diversos como banana (*Musa spp*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), pupunha (*Bactris gasipaes*), cítricos dentre outros mais (SHANLEY, 2005).

Quando perguntados sobre as espécies encontradas nos seus sítios os agricultores demonstravam grande conhecimento e apenas de observar a espécie descreviam seu nome e desde quando ela estava ali. As espécies mais observadas e mais citadas pelos agricultores, no sistema de produção da agricultura familiar amazonense da localidade no período de 2010 a 2012 são apresentadas no Apêndice 01.

A diversidade de espécies vegetais demonstra o etnoconhecimento dos agricultores sobre espécies há muito tempo plantadas na localidade e que persistem e sobrevivem na vida

dessas populações, representando um componente fundamental na alimentação das famílias, compondo um fator fundamental para a segurança alimentar das famílias. Tais frutos supracitados vão da pupunha (*Bactris gasipaes*), mari-mari (*Vatairea guianensis Aublet*), maracujá do mato (*Passiflora cincinnata Mast*), ingá (*Ínga edulis*), cará roxo (*Dioscorea trifida L*), cará branco (*Dioscorea alata L*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), açai (*Euterpe olearacea Mart*), frutos estes presentes na maioria de todas as propriedades visitadas (SHANLEY, 2005).

Nota-se a produção na agricultura familiar ligada ao sistema de produção composto por sistemas menores de produção, sistema de produção da mandioca, sistema de produção de espécies agroflorestais, sistema de criação de animais de pequeno porte, dentre outros, nestes subsistemas os agricultores familiares apresentam características únicas quanto à geração dos produtos, estando à produção dependente da quantidade de força do trabalho familiar. As atividades para a produção dos frutos, da mandioca, dos legumes e verduras, são praticadas em ambientes que quase não foram modificados, envolvendo sistemas agroflorestais.

Noda et al (2002, p. 160-164) descreve essas atividades como sendo distribuídas em roça ou roçado compreendendo o roçado como o local onde são cultivadas espécies anuais durante algum período e após, algum tempo é deixado em descanso, para recuperação das qualidades do solo, sítio, terreiro ou quintal correspondente a área onde são cultivadas as espécies frutíferas, hortaliças, espécies medicinais e onde se encontram também espécies florestais, sendo o local no qual ocorrem as criações simultâneas de animais de pequeno porte.

O extrativismo vegetal é praticado na floresta constituindo um elemento característico da paisagem, os produtos extraídos são: alimentos, remédios, madeiras para a construção de móveis, casa, barcos, fibras, mel dentre outros. Os produtos explorados são utilizados em sua maioria para autoconsumo, sendo apenas o excedente vendido.

4.2. Caracterização dos entrevistados: Os agricultores e suas famílias

Os agricultores familiares das comunidades identificam-se como agricultores e suas famílias praticam a agricultura familiar, passando os conhecimentos sobre essa atividade de geração a geração demonstrando o conhecimento adquirido com o ambiente, representando a transformação tanto do ambiente como as influências recíprocas do ambiente nos seres humanos.

As famílias são compostas por muitos membros nascidos no próprio município (53%). Fato este explicado pelo projeto de assentamento no limiar da ocupação ter dominância de

famílias locais e posteriormente com a demarcação dos lotes pelo INCRA de agricultores familiares de outras localidades do município de Manacapuru. Do total de agricultores familiares nas comunidades 20% nasceram no estado do Amazonas, porém em outros municípios, 20% nasceram em outros estados e apenas 7% no próprio local, sendo esta parte representada por filhos e netos de agricultores familiares mais antigos, como se observa no Gráfico (01).

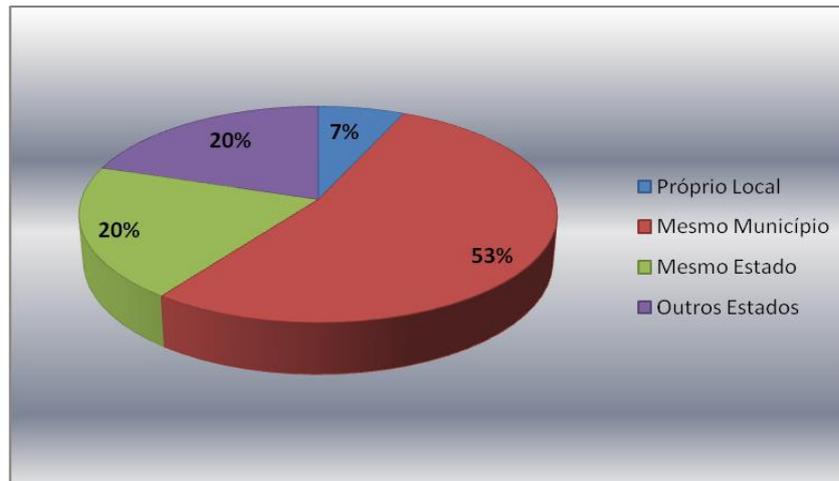


Gráfico 01- Local de nascimento dos entrevistados nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, em 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.
Fonte: Dados de campo, 2010 a 2012.

As famílias estudadas são compostas por homens e mulheres jovens e em idade adulta e pessoas maiores de oito anos (Gráfico 02), estando a maior parte dos membros vivendo no local na residência familiar, morando nas residências aproximadamente a mesma quantidade de homens e mulheres.

No entanto, quando se verifica quantos homens e mulheres estão fora da casa trabalhando ou fixados em outra moradia, observa-se maior quantidade de mulheres fora. Isto pode estar relacionado com o fato de muitas mulheres se deslocarem para executar atividades fora de casa, atividades que vão desde serviços de doméstica, babá, cozinheira, diarista e assalariadas junto a granjas e outras atividades na capital.

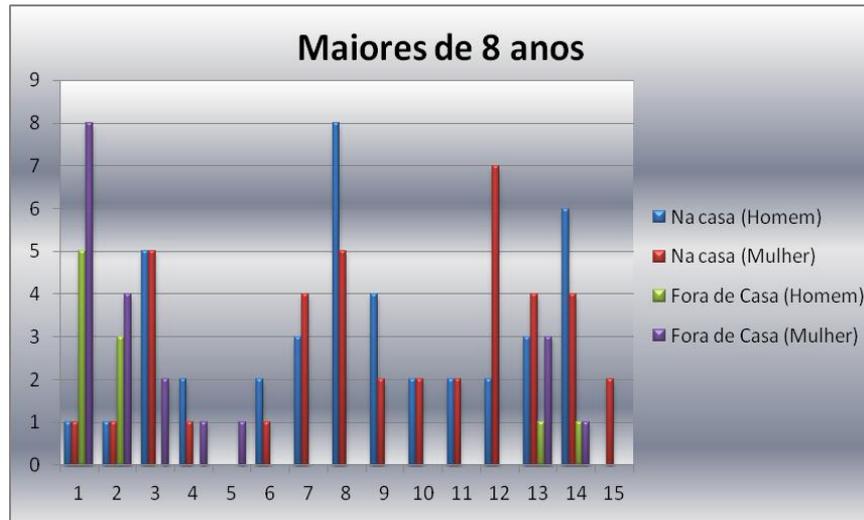


Gráfico 02 – Residentes e não residentes nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, maiores de 8 anos em 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo, 2010 a 2012.

Muitas mulheres mudam no intuito de ajudar suas famílias e de um dia voltar em melhores condições financeiras à comunidade, almejando qualificação profissional por meio da obtenção de um curso superior, essas moças muitas vezes ficam em casas de parentes enquanto cursam faculdade na capital.

Eu vim para Manaus estudar com sacrifício, meus pais trabalham coma agricultura lá e ajudam a pagar meu curso, ainda bem que eu ganhei uma bolsa integral, como não tenho onde ficar, fico na casa de uma tia, aí arrumo às vezes um bico aqui também pra ajudar, a vida na agricultura é penosa e eu quero uma vida melhor pra mim e para os meus pais (Sra. F. C, 22 anos, agricultora e estudante em Manaus do ensino superior, na comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

O desejo em mudar é bastante comum entre jovens que buscam aperfeiçoamento profissional como uma saída da agricultura, por pensarem que a vida de seus pais na agricultura é muito difícil. Outros, entretanto mudaram para sustentar as atividades na agricultura familiar ou para obterem renda para investir em novos fatores de produção.

Em entrevista a um dos filhos de uma agricultora que mora em Manaus obteve-se o seguinte relato:

Eu vim para Manaus trabalhar na Moto Honda no Distrito com minha mulher e filhas pra juntar um dinheiro pra comprar um carro pra ajudar minha mãe lá no sítio, eu sou mesmo é da terra e não me acostumo aqui, não vejo a hora de voltar, mas a gente precisa de um carro pra levar o que plantamos e nossa produção de galinhas para as feiras de Manacapuru e Novo Airão (Sr. B. F, 27 anos, agricultor e funcionário de uma empresa no Distrito Industrial, da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

Apesar de muitos jovens pensarem em melhorar de vida por meio dos estudos em outros locais e cidades, existe entre alguns o desejo de adquirir meios de aperfeiçoar a produção na propriedade de suas famílias, fato este relacionado com o apego a terra ou a atividade apreendida desde a infância em meio ao seio familiar.

4.3. Caracterização do fenômeno da mobilidade local

A mobilidade do trabalho, espacial e setorial vem se apresentando na localidade sob alguns aspectos. Primeiro ao analisar os dados da população segundo os censos dos anos de 1991 a 2010, nota-se um incremento da população urbana desde 1991 conforme demonstrado nos dados do Quadro 04 o que pode demonstrar a mobilidade do trabalho espacial.

Quadro 04 – Número Total e Percentual de participação. População por situação de domicílios no município de Manacapuru, AM.

Discriminação	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbana	36.019	63,00	47.662	64,67	60.174	70,68
Rural	21.154	37,00	26.033	35,33	24.967	29,32
Homens	29.404	51,43	37.815	51,31	43.461	51,05
Mulheres	27.769	48,57	35.880	48,69	41.680	48,95
Total	57.173	100,00	73.695	100,	85.141	100,00

Fonte: IBGE- 2010

Quanto aos residentes observou-se uma diminuição dos 37% de 1991 para 35,33% em 2000 e, podendo estar relacionado com a mobilidade dos agricultores em direção as cidades representando uma mobilidade do trabalho setorial. Destaca-se neste cenário a especulação imobiliária iniciada por meio da institucionalização da Região Metropolitana de Manaus no ano de 2007. Pode-se supor o aumento de 64,67% em 2000 para 70,68 % em 2010 da área urbana como influenciados pela especulação da mudança estrutural que se aproximava e com a posterior construção da Ponte que liga Manaus a Manacapuru e municípios vizinhos fato este que se tornou o marco de fundamentação da Região Metropolitana de Manaus.

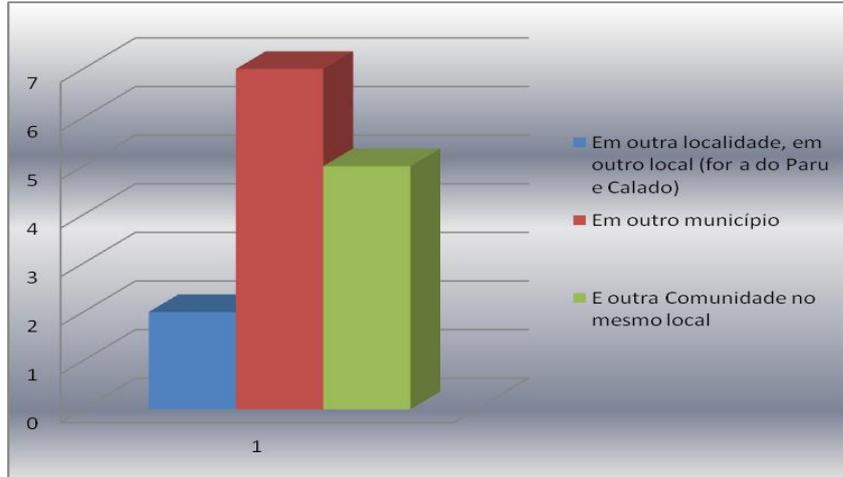


Gráfico 03 – Local da última moradia dos entrevistados nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM em 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

No que diz respeito aos deslocamentos de outras localidades do município de Manacapuru até a fixação na comunidade atual, o referido fenômeno vem ocorrendo por meio dos inter deslocamentos supracitados na ocorrência de mudanças de uma comunidade a outra dentro da mesma localidade, o que caracteriza a mobilidade espacial, muitas vezes relacionada a mudança em busca de um espaço maior ou com melhores condições para a execução de trabalhos. Configura-se desta maneira, a modalidade de mobilidade do trabalho e setorial onde o trabalhador se desloca de uma esfera econômica a outra em busca de trabalho.

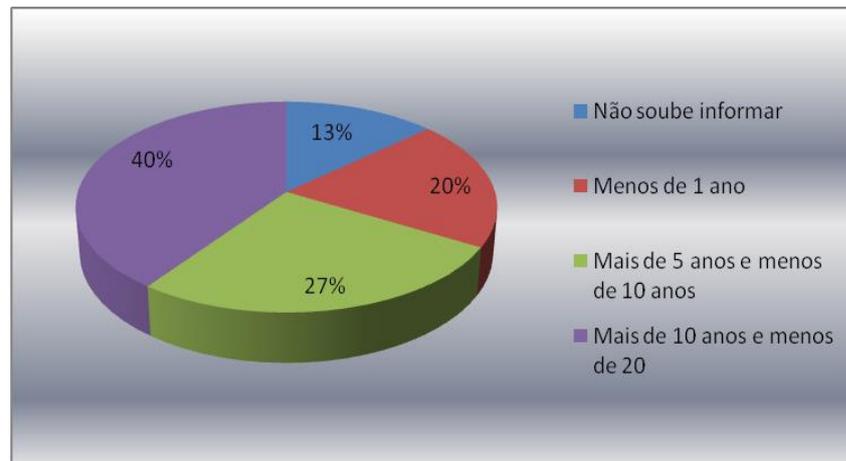


Gráfico 04 – Percentual sobre o tempo de moradia dos agricultores familiares na última moradia nas Comunidades Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM em 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Outro fato explicativo da mobilidade, nas comunidades diz respeito ao tempo de moradia na última moradia antes da fixação de residência no local, visto que tempos mais curtos de fixação a terra podem representar impulsos por busca de atendimento de

necessidades dos agricultores por trabalho, melhores condições de vida, proximidade a locais com melhor oferta de infraestrutura de moradia, trabalho e obtenção de renda e bens dentre outras, ou seja uma insatisfação com o local habitado.

As descrições sobre as paisagens e a situação do lugar em suas antigas moradias são relatadas como muito parecidas com a localidade no começo de sua ocupação.

“Aqui era muito tranquilo quando eu cheguei com minha família parecido com o lugar onde a gente morava lá na várzea, era tudo mata, não tinha estrada e nem luz e tinha muito peixe e caça e muita árvore” . (Sr. J. V, 65 anos, agricultor da comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

Observa-se a imagem do ambiente vivido sendo percebido e lembrado por meio de relato de comparação com a localidade da moradia atual com a última moradia. Os agricultores demonstram terem mudado em busca das mesmas características presentes ou pelo menos as mais parecidas possíveis com as da área anteriormente ocupada, havendo inclusive a continuação total ou parcial das mesmas atividades de agricultura familiar anteriormente praticadas na última moradia.

Quando questionados sobre os motivos de terem mudado da última moradia, observa-se em sua maioria o relato de terem propriedade no local para o qual mudaram, fato este relacionado conforme relatos com a facilidade de ocupação no ramal, em vista do mesmo ter sido um local de fácil acesso e alguns dos agricultores já possuem lotes no local.

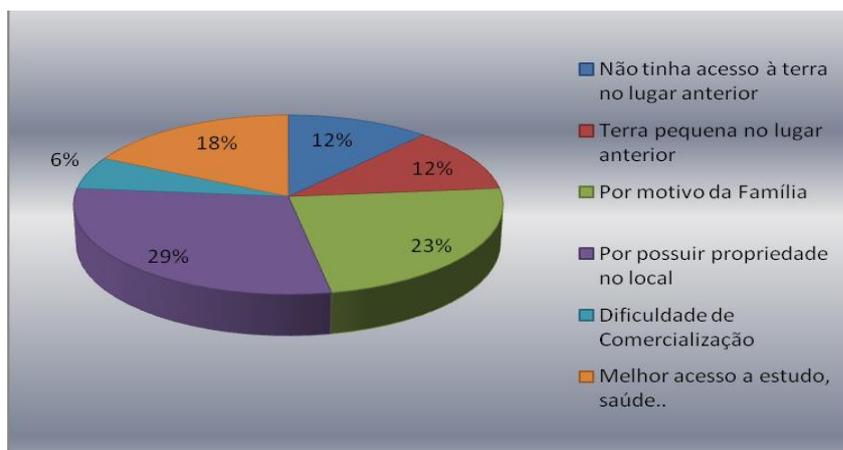


Gráfico 05 – Percentuais sobre os motivos da mudança da última moradia para atual nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-201

Quando verificados os motivos da mudança, 29% dos entrevistados relataram já possuir lotes no local, por isso, venderam os terrenos atuais e se fixaram na localidade. Primeiro devido às facilidades do novo local e por já possuem parentes morando próximo.

Dos entrevistados 23 % relataram como motivo da mudança ter sido a doença de algum membro da família e/ou como sendo mais fácil o acesso à saúde no local do que, por exemplo, na várzea onde moravam algumas famílias entrevistadas e também pelo motivo de parentes que moram no local, 18 % relatam haver mais qualidade de vida e acesso aos serviços básicos de saúde, 12 % disseram que a terra no local da última moradia não era sua e por ser muito pequena para a plantação e 12% que era difícil à comercialização. Este último fato demonstra que se considera o local atual de fácil comercialização devido à proximidade com a capital e com a sede do município.

Analisando os dados da penúltima moradia, os fatores mobilizadores dos agricultores quando questionados sobre o local de moradia anterior a fixação no Ramal Nova esperança e em suas comunidades, novamente o surge o fato de terem se deslocado de outro município em direção a outro, diz que respeito a mobilidade intrarregional em 40 % dos entrevistados como se verifica no Gráfico 6.

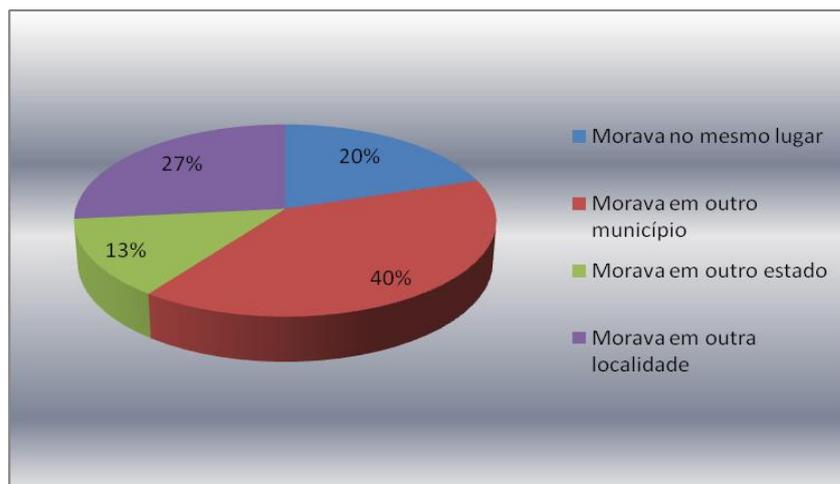


Gráfico 06 – Local da penúltima moradia nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.
Fonte: Dados de campo 2010-2012

No que concerne ao “morar em outra localidade”, esta representa deslocamento espacial dentro do mesmo local, caracterizando-se nas comunidades a moradia em outra localidade (27%) influenciada pelo fator deslocamento da várzea à terra firme, de um localidade sem água e luz para uma com esses recursos. Dentre os motivos destacados estão os riscos de exposição a animais peçonhentos e outros animais, morte de um parente, busca por escolas para os filhos, terrenos maiores. Dos entrevistados, 20 % relataram sempre ter morado no local da penúltima moradia antes de se mudarem para a última de onde se

mudaram para a comunidade atual, apenas mudando por motivos de busca de oportunidade de trabalhar em outro lugar tido como melhor, apenas 13 % vieram de outros estados, nos quais o mais citado foi o Ceará, presente desde os tempos áureos da borracha na colonização da Região, e devido a dificuldades da localidade como demonstra o relato.

Eu vim do Ceará, nós tinha uma casinha lá no sertão, só que não dava nada, nós passava é fome lá, não tinha água e nem bicho como aqui, aqui nós temos peixe, fruta, a nossa rocinha e já teve época aqui que comemos até macaco.(Sra. M. V, 50 anos, agricultora da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

Percebe-se com o relato do agricultor que ele considera a Região fornecedora de recursos necessários a sua sobrevivência, caracterizando a riqueza da flora e fauna da região e sua rica biodiversidade como influenciadoras da busca por novos lugares na região que possibilitem a adaptabilidade das famílias. O período de fixação na terra vai aumentando de acordo com o encontro e satisfação das necessidades dos agricultores, conforme podemos verificar com o tempo de moradia na penúltima moradia dos agricultores pois este é menor. Conforme os dados apontados no Gráfico 7.

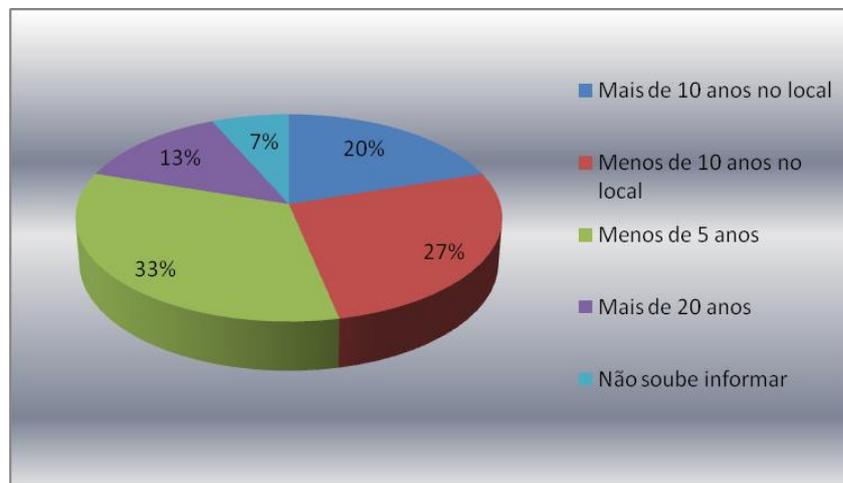


Gráfico 07 – Tempo de moradia na penúltima moradia nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Quando questionados sobre o tempo de residência em sua penúltima moradia observa-se que o tempo de fixação foi menor em relação ao da última. Do total de entrevistados 33 % passaram menos de 5 anos no local de sua penúltima moradia, enquanto que na última moradia 27 % ficaram entre 5 a 10 anos no local até se fixarem no Paru e Calado, valor esse igual ao dos que ficaram mais de 10 anos no local da penúltima moradia, apenas 13 % ficaram

mais de 20 anos no local da penúltima moradia contra 40 % desta mesma quantidade de anos no que diz respeito a última moradia e 7 % não soube informar quanto tempo viveu no local da penúltima moradia. Observa-se que os agricultores tem buscado lugares para a prática da agricultura familiar e para sua sobrevivência e que o tempo de fixação na terra vai aumentando de acordo com o atendimento dessas necessidades, ou seja mais facilidade de trabalho ou mais oportunidade de trabalho ou de se trabalhar a terra.

Ao serem questionados sobre o motivo de morarem ou terem residido no local de sua penúltima moradia, os agricultores familiares relataram morar na época da residência com os pais (42 %), conforme pode ser observado nos dados expostos no Gráfico 8. Para o motivo dos deslocamentos o relato mais presente foi a dependência dos pais, ou seja, todos moram juntos no sistema de agricultura familiar e por esse motivo acompanharam os pais em mudanças.

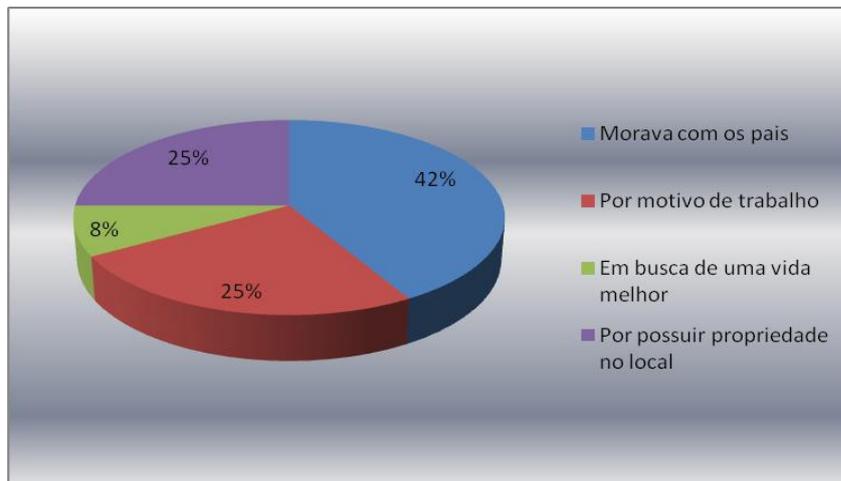


Gráfico 08 – Motivo da fixação no local da penúltima moradia nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/ AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64. Dados de campo 2010-2012

Dos entrevistados 25 % relataram ter mudado por motivo de trabalho, configurando-se a mobilidade do trabalho espacial e 25% relataram ter propriedade no local quando se mudaram e 8 % fixaram-se no local em busca de uma vida melhor. Quando se verifica mudança de atividade juntamente com a mudança de uma localidade a outra os dados do Gráfico 9 das atividades, observa-se a predominância da agricultura. A agricultura prevalece como atividade principal, sendo desenvolvida na penúltima moradia passando pela última e chegando a moradia atual.

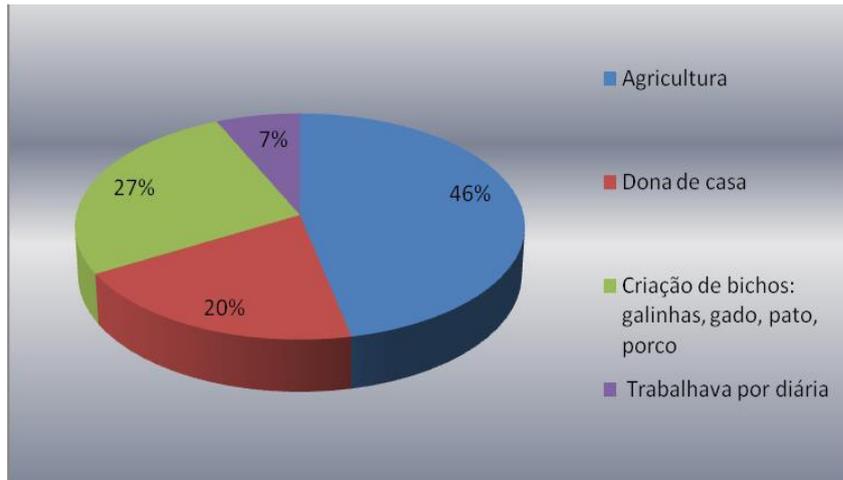


Gráfico 09 – Atividades executadas na penúltima moradia nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Identificou-se, 46 % de entrevistados que praticavam a agricultura familiar no local da sua penúltima moradia, mesmo entre aqueles que residiam em outros estados, 20 % eram donas de casa, dado este referente as entrevistas junto as mulheres. Ressalta-se, o fato da mudança de um local ao outro para as mulheres a pluriatividade tanto pelo exercício de tarefas como dona de casa e na agricultura familiar como também a execução de atividades como empregada doméstica, costureira, agente de saúde, merendeira, empregada em granja, 7 % disseram ter trabalhado como diaristas na penúltima moradia para melhorar a renda familiar, sendo que na última moradia essa atividade foi exercida em maior quantidade (10%), o que pode estar relacionado a maior presença de fazendas e propriedades maiores de plantação e criação de gado.

A agricultura familiar na localidade, possui relações estreitas de trabalho, porém as comunidades vem passando por mudanças relacionadas a constantes deslocamentos, trazendo consigo uma nova configuração do cenário de agricultura familiar na Região, onde novos cenários vão surgindo em meio a junção de características rurais inseridas na realidade da transformação do capital no espaço da agricultura familiar impulsionadas, estas mudanças, também, pela Institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e posterior conclusão do Marco lógico temporal dessa limitação geográfica que se segue por meio da Ponte que ligará a localidade a Capital do Estado

4.4. Mobilidade do trabalho e influências na agricultura

A mobilidade do trabalho é aquela na qual o indivíduo em busca de trabalho se mobiliza impulsionado pelo capital (Gaudemar, 1977, p. 108-110). O fenômeno pode ser

observado por intermédio dos dados de alocação de força de trabalho por atividade exercida em setores da economia e nas organizações institucionais.

As atividades mais citadas, entre os entrevistados, conforme os dados do Gráfico 10, executadas em seu dia a dia, diz respeito em primeiro lugar à agricultura 32%. Principal atividade, na qual os agricultores dedicam o seu tempo e da qual tiram seu sustento. Quanto às mulheres, há a divisão dos trabalhos por unidade de tempo com as atividades de dona de casa em 12 % das entrevistadas. Em segundo lugar, como atividade executada pelas mulheres, está a criação de animais de pequeno porte em 20%, ocorrendo a venda do fruto desta atividade quando necessário.

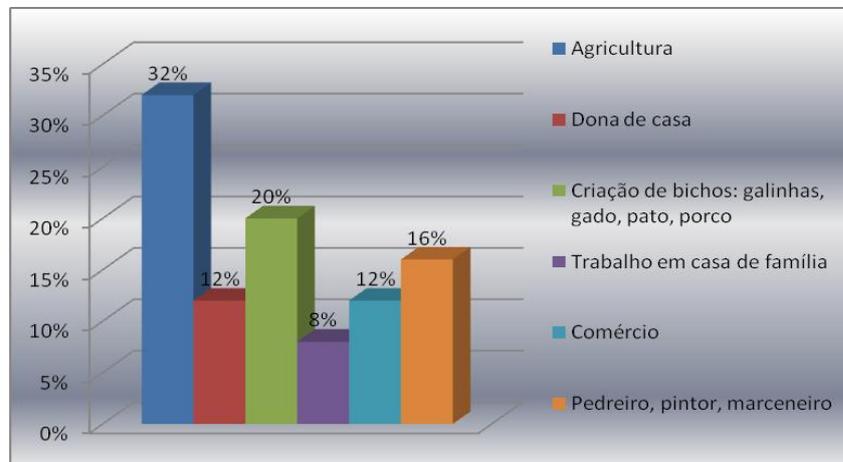


Gráfico 10 – Atividades mais praticadas atualmente nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM em 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

As outras atividades feitas em paralelo a essas são as de lavadeira de roupas inserida esta atividade no trabalho em casa de família (8%), existe também as atividades de pedreiro, eletricista inseridas estas nas atividades de diarista (16%) em outros terrenos, mas essas atividades são esporádicas sendo praticadas de acordo com a necessidade de uma melhoria de renda representando também uma nova forma de adaptabilidade dos agricultores que de acordo com as necessidades do capital acabam se moldando nesse novo cenário, deixando de trabalhar na terra em algum horário para executar alguma dessas atividades, outra atividade mencionada é a de comércio (12%), sendo a atividade de comercialização de produtos em frente à casa, ou do lado ou em terreno próximo ou de algum parente, bastante comum, objetivando ter incrementos na renda familiar (Figura 04).



Figura 04 – Ilustração sobre comércio em frente à casa do agricultor na Comunidade Bom Jardim, Manacapuru, Amazonas, Brasil.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2011.

O comércio como demonstrado na figura está mais presente na Comunidade de Bom Jardim devido à proximidade com a estrada, depois se apresenta na Comunidade do Rei Davi com mais 3 comércios, enquanto na Comunidade de Nossa Senhora do Livramento verificou-se apenas um comércio. No exemplo da Figura 04, o dono do comércio executa atividades tanto no comércio como em sua plantação de roça e de frutos por meio do sistema de plantação agroflorestal. Trabalham juntos o dono do comércio e seus filhos, dividindo o seu tempo entre o comércio e as atividades na agricultura, da qual retiram o necessário a sua sobrevivência e vendem o excedente conforme relato.

Quando eu estou na roça com meus filhos minha mulher fica aqui no comércio e quando ela tá na cozinha fazendo a comida e eu no comércio um dos meus filhos vem para o comércio e quando eu e meus filhos vamos vender o que sobra da roça a mulher fica no comércio de novo, assim melhorou nossa vida. (Sr. H. O, 36 anos, agricultora da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

As atividades exercidas pelos entrevistados referem-se às da agricultura, passando pelo serviço doméstico e pelo planejamento e comercialização do excedente. No entanto no que diz respeito às atividades praticadas ou executadas na região como um todo, vem se configurando uma nova realidade na localidade cada vez mais frequente e notada. A realidade da pluriatividade onde o agricultor é ao mesmo tempo agricultor e também executa em certa parte do seu tempo ou dia também diversas outras atividades, com isso não deixando de ser agricultor ou de se enxergar como agricultor ou em outro momento se encontra praticando capinação ou diária em outra propriedade aumentando sua renda por meio de múltiplas

atividades. A situação repete-se com as mulheres agricultoras que executam atividades fora como diarista ou doméstica de tempo integral na estrada ou em fazendas dentro do próprio ramal e atividades dentro de casa como a costura para venda na comunidade. É comum encontrar adolescentes que trabalham como babás, diaristas, cozinheiras, merendeiras dentre outras atividades, sendo estas as mais percebidas ou notadas.

As constantes mudanças de uma localidade a outra demonstram a mobilidade do trabalho onde os agricultores se deslocam para obter “melhores” condições de trabalho. Esta busca ocorre por meio do acesso a um terreno maior ou com água e luz. Ocorre também, a busca de uma oportunidade para o exercício de mais de uma atividade para melhoria da renda familiar e/ou para melhorar as próprias condições técnicas da agricultura familiar por meio da compra de novas mudas, adubo ou ferramentas.

Nas comunidades alvo da pesquisa devido às especulações que se seguiram sobre a construção da Ponte que liga Manaus a Manacapuru houve a diversificação entre propriedades de famílias agricultoras e terrenos pertencentes a agricultores familiares residentes em Manaus que passam o fim de semana no local, em meio a loteamentos e criação de sítios rurais. No dístico abaixo se observa a percepção das mudanças nas comunidades e a perda das características comuns entre vizinhos de produção agrícola.

O meu vizinho aí da frente está fazendo umas casinhas com espaço para plantações para pessoas que quiser plantar e passear aqui também. Lá já vai ter piscina e chalé de fim de semana vai ser pra quem quiser dormir e pra quem quiser plantar, eu não acho isso muito bom porque daqui a pouco ninguém vai mais conhecer ninguém que nem lá em Manaus. (Sra. H. N, 60 anos, agricultora da Comunidade Rei Davi, Manacapuru/AM, 2012).

Tal fato nos remete a discussão sobre a conceituação de “rural” e, o que é em si, em meio a essa diversidade de atividades que fogem as puramente relacionadas à agricultura, Kageyama (2008, P. 12) relata haver certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

No que diz respeito às redes mercantis, sociais e institucionais estabelecidas observa-se que na localidade a proximidade com o urbano entre as cidades de Manaus, capital do estado e Manacapuru sede do município, bem como com Novo Airão e Iranduba, tem se

configurado em um novo cenário onde a população se apresenta em constante movimento entre estes municípios. Os entrevistados relatam à facilidade de acesso a diversos serviços; educação, saúde, comércio advindos por meio da construção da ponte que liga a capital a estes municípios. A ligação via ponte Rio Negro tem facilitado também, no aspecto logístico, para a distribuição da produção. Outra facilidade com a Ponte foi à busca por trabalho fora da localidade. Na atualidade, está ocorrendo à possibilidade de se trabalhar fora durante o dia e regressar à noite para as comunidades. Este fato vem caracterizando a transformação das áreas de agricultura em “locais dormitórios”. Fenômeno este, bastante comum no centro oeste e sudeste brasileiro, onde as cidades são vizinhas e diversas pessoas costumam trabalhar em uma cidade e residir em outra. (CUNHA, 2005).

4.4.1. Mobilidade setorial

No que diz respeito a esta modalidade de mobilidade do trabalho há uma divisão na qual (Gráfico 11), além de buscar novos trabalhos, o agricultor acaba por passar a outros setores da economia. Nos setores da economia primário, secundário e terciário, ele acaba por meio da sua busca por trabalho deslocando-se do primário no caso da agricultura para o secundário quando este começa a trabalhar como empregado em uma granja e terciário quando este se desloca do secundário ou primário para o emprego em indústria de olaria tão presente na região.

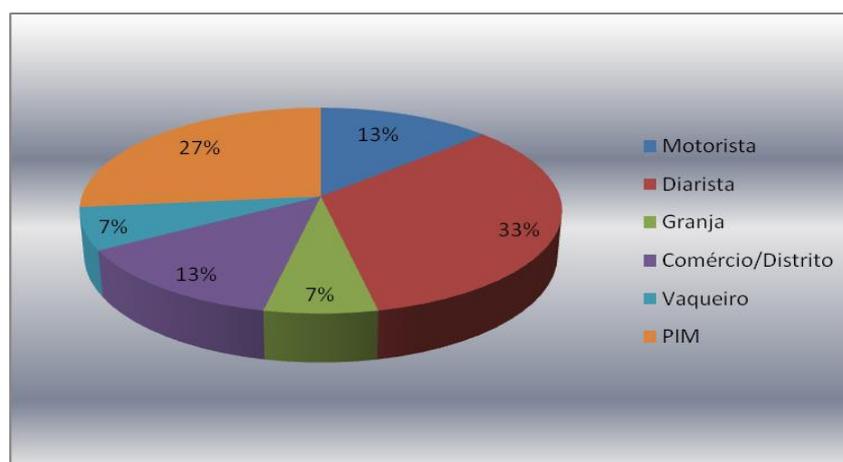


Gráfico 11 – Atividades executadas fora da agricultura nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/ AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012

No que diz respeito a mobilidade setorial, cabe discorrer sobre a produtividade, pois caso ocorra um choque na produtividade aumentará a produção em relação a nível de fatores de produção. Ou seja, novos métodos podem transformar a agricultura familiar, tendo em

vista as constantes mudanças pelas quais esta vem passando. O fator de produção, força de trabalho se deslocando para outro setor da economia pode indicar uma tendência de que a produtividade do trabalho familiar diminua com a ausência de um membro na execução de determinadas atividades. Entretanto, este pode aumentar caso novos investimentos sejam feitos por meio de novas tecnologias de produção na agricultura, ou seja ocorreria um choque temporário favorável no que concerne a produtividade neste período, logo os indivíduos iriam querer trabalhar mais para levar vantagem com maior produtividade. Ao trabalharem mais eles aumentariam a produção, também investiriam mais, espalhando o que o autor descreve como choque de produtividade o que aumentaria seu capital, fato este induzido pelas mudanças capitalistas nas quais estão submetidos os agricultores na localidade (GOMES, 2003).

Os insumos juntamente com o fator trabalho e capital podem ocasionar aumentos na produtividade da agricultura familiar. Na localidade a abtenção dos recursos financeiros são aumentados por meio do deslocamento da atividade do agricultor para outras esferas da economia, onde são obtidos salários assinados e praticados trabalhos informais e “bicos”. A tecnologia aparece como uma soma ao final da utilização dos fatores de produção, demonstrando que a melhoria dos métodos de produção tendem a aumentar a produtividade total da produção.

No entanto, a produtividade entre setores varia de setor para setor dentre os deslocamentos de uma esfera da economia a outra, ou seja, de um setor ao outro levando a renda monetária a contribuir para a busca de trabalho em outro setor da economia fora da agricultura familiar. Caso ocorram ganhos reais substanciais dentro da própria agricultura suficientes para atender as necessidades de sobrevivência, os agricultores tenderão a ofertar menos sua força de trabalho, ou seja trabalharão menos fora da agricultura e ganharão mais em outras atividades.

Quando se analisa os deslocamentos de uma esfera a outra deparamo-nos com a mobilidade espacial do trabalho, entre as localidades vizinhas e as trocas de setor em que trabalham alguns dos entrevistados (Gráfico 12).

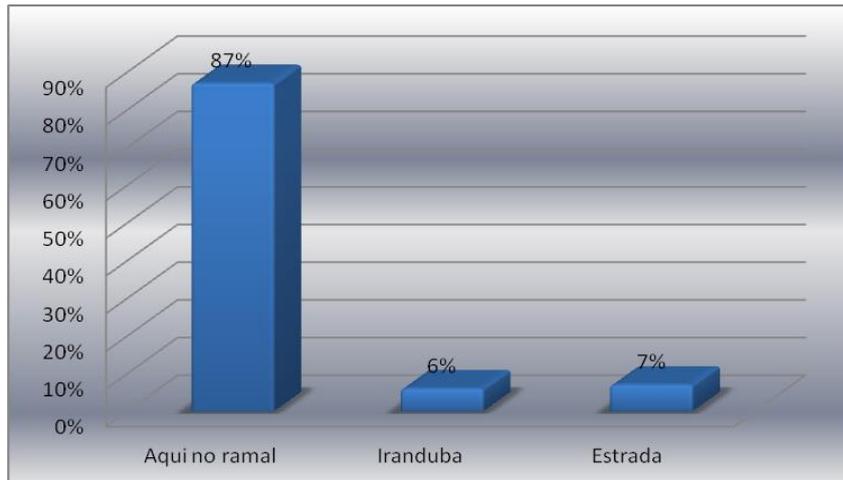


Gráfico 12 – Locais onde são executadas outras atividades fora da agricultura nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM em 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012

No que diz respeito aos locais onde os agricultores executam outras atividades fora a agricultura destaca-se no que concernem aos deslocamentos em primeiro lugar conforme os dados expostos na Figura 13 o próprio ramal com 87 % da absorção da força de trabalho agrícola. Em seguida está o município de Iranduba com 6%, e a estrada Manuel Ribeiro onde se localizam olarias, fazendas de monoculturas, fazendas de criação de gado, cafés regionais onde são realizadas as atividades supracitadas, nesses locais encontram-se recém-chegados com a especulação da ponte e sua posterior conclusão, além de obras de construção de condomínios residenciais.

Alguns dos agricultores destacaram já ter trabalhado ou trabalham atualmente nas olarias existentes na estrada (Figura, 05), trabalhando na agricultura somente nos fins de semana. Os salários recebidos são utilizados para pagarem diárias a terceiros para auxiliarem nas suas roças e plantações e melhoramento produtivo por meio da compra de mais adubo de galinha e mais sementes, além de ajudarem na renda familiar.



Figura 05 – Ilustração de Olaria a beira da estrada que liga Manaus a Manacapuru, Avenida Manoel Urbano, Amazonas, Brasil.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2011.

Outro setor no qual ocorre absorção da força de trabalho dos agricultores é o da construção civil (Figura 06). Ocorre, por meio da especulação imobiliária no local e é visível em quase toda a estrada ligando Manaus a Manacapuru. Muitos são os pontos de loteamento e construções residenciais, condomínios fechados, fábricas, lojas de construção e ferramentas.



Figura 06 - Área de loteamento na estrada que liga Manaus a Manacapuru, Avenida Manuel Urbano, Amazonas, Brasil..
Foto: Gizele M. Uchôa, 2011.

A Figura 06 mostra um futuro empreendimentos residencial, nas proximidades das comunidades, a proximidade com a capital facilitada com a ponte tem aumentado o número de empreendimentos no local. O setor da construção civil tem demandado mão de obra intensa no local, sendo esta atividade descrita pelos agricultores como favorável à obtenção de renda extra.

Eu estou trabalhando em uma obra na estrada durante a semana como pedreiro, to ganhando um salário às vezes até mais por mês e fim de semana ajudo os meus pais aqui no sítio, com esse dinheiro já comprei até uma moto e umas sementes e mais adubo pra cá. (Sr. P. O, 24 anos, agricultor da comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manacapuru/AM, 2012).

O processo de mobilidade setorial tem afetado a produtividade da agricultura familiar. Isto vem ocorrendo por meio da diminuição de mão de obra familiar na agricultura e/ou pelo aumento de um dos fatores de produção, alguns momentos o fator capital aparece em substituição à mão de obra ou a tecnologia. Entretanto essa mudança não ocorre de maneira equilibrada já que a agricultura familiar devido as suas características peculiares de utilizar apenas força de trabalho familiar e produzir apenas para o próprio sustento não se submeter aos modelos ditos capitalistas de produção.

A localidade vem se apresentando com características urbanas, ou melhor, uma extensão do urbano. Dufor (2000), a respeito do processo de urbanização em massa, descreve serem as mudanças que o capital faz nos espaços responsáveis pelo arrebanhamento das pessoas em vista de uma busca por uma proletarização dos consumidores, tendo por objetivo homogeneizar os comportamentos, de modo a conquistar mercados e assim maximizar a rentabilidade.



Figura 07 – Local onde ficará condomínio residencial na estrada que liga Manaus a Manacapuru, Avenida Manoel Urbano, Amazonas, Brasil.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2011.

“Apoiando-se em propagandas como a “de morar perto da natureza” (Figura 07) com acesso a todos os recursos da vida urbana”, o processo de urbanização ocorre com a chegada de novos moradores de todas as áreas vizinhas. No dístico abaixo uma moradora recém-

chegada de Manaus, morando a sete meses na comunidade Bom Jardim, se observa o mesmo discurso das propagandas de construtoras dos empreendimentos na estrada.

Eu vim morar aqui porque vai ser mais fácil ir a Manaus e ter uma vida saudável aqui no interior, eu morava em Manaus e já tinha sido assaltada várias vezes no comércio que eu tinha lá, aqui eu tenho as mesmas coisas só que mais tranquilidade. (Sra. N. F, 51 anos, moradora recém chegada de Manaus, moradora da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

Outra atividade crescente no local é o turismo, como se observa por meio da imagem fotográfica (Figura 08) onde se apresenta um empreendimento com pesque e pague, chalés para passar fim de semana, restaurantes, piscina e vegetação nativa para turistas e visitantes interessados em descansar próximo a cidade. Surge desta metamorfose de atividades a caracterização de uma rede mercantil na qual as pessoas estão se submetendo as relações mercantis e transformando a localidade e a sua capacidade de adaptabilidade em frutos do mercado.



Figura 08 – Empreendimento de lazer (pesque e pague) na estrada que liga Manaus a Manacapuru, Amazonas, Brasil.
Fonte: Gizele M. Uchôa, 2012.

Outra área comercial crescente são os cafés da manhã regionais influenciados pelo aumento do movimento e pelo turismo na localidade. Estes vêm representando para os agricultores mais uma oportunidade de valorização da agricultura pela possibilidade de comercialização de seus produtos. Conforme relato de uma agricultora:

Nós estamos fazendo farinha de mandioca e vendendo nossa macaxeira na estrada para um café regional que veio ver se tínhamos aqui tucumãs, mas como não

tínhamos o suficiente eles viram a roça e perguntaram se eu vendia aí nós estamos vendendo, eles pagam bem e certinho. (Sra. M. C, 54 anos, agricultora da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, Manacapuru/AM, 2012).

Os cafés da manhã regionais (Figura 09) já somam em torno de 15 de pequeno e médio porte, absorvendo força de trabalho e recursos regionais e atraindo diversos turistas nos fins de semana, o que confere a mobilidade setorial presença marcante nas comunidades, por meio de deslocamentos até a estrada ou a capital. A busca por novas oportunidades tem criado um cenário onde à extensão do mercado de um lado e novos setores do outro, tendem a por em dúvida a formação e persistência da agricultura familiar na localidade.



Figura 09 – Novo café da manhã na estrada que liga Manaus a Manacapuru, Avenida Manoel Urbano, Manaus – Manacapuru, Amazonas, Brasil.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2012.

4.4.2. Mobilidade espacial

Caracteriza-se por aquele processo em que o indivíduo impulsionado pelo mercado capitalista de trabalho desloca-se em busca de um novo espaço, seja ele produtivo para ele ou não. Apresenta-se nas comunidades por meio de deslocamentos de uma propriedade a outra seja por meio da troca ou venda de propriedade. Além da execução de atividades de um espaço a outro e também por meio da influencia da especulação imobiliária, cada vez mais crescente na localidade, as constantes especulações sobre os preços de terras tem levado alguns agricultores a venderem suas propriedades.

Em resultado, deslocam-se para outras localidades às vezes maiores ou às vezes mais próximas de recursos básicos para a sobrevivência como o acesso à água. Configura-se assim

a mobilidade espacial, apresentando-se esta também em caso de deslocamento espacial para executar determinada atividade e depois retornar para sua residência, sendo assim a mobilidade espacial do trabalho.

A mobilidade do trabalho espacial pode ser analisada observando-se os motivos que levaram as pessoas a se mudarem para as comunidades (Gráfico 13).

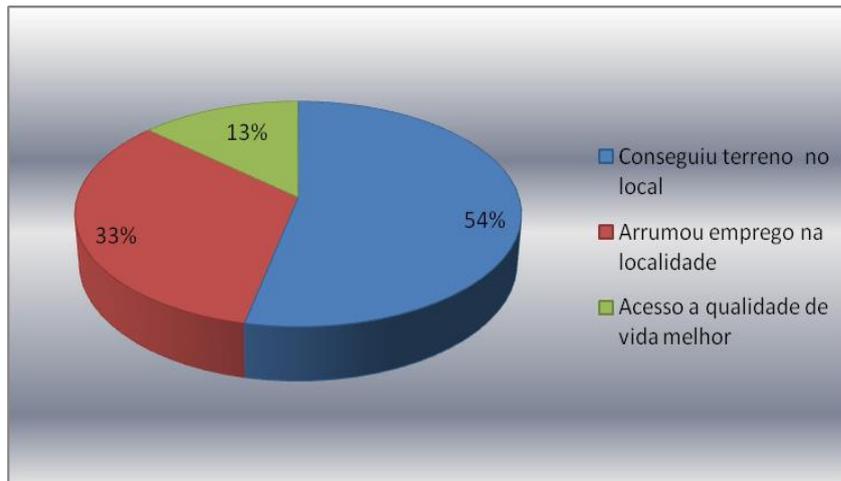


Gráfico 13 – Motivos da mobilidade nas comunidades nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM em 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Verificou-se que 54% se mudou para as comunidades por ter conseguido terreno no local, alguns residem em um terreno e fazem roça juntos a outros agricultores ou em outras propriedades quando seus terrenos são pequenos. Nas comunidades a mobilidade espacial do trabalho caracteriza-se, atualmente, por uma porcentagem de 13% de pessoas que vieram em busca de qualidade de vida, também em função da maior proximidade com o urbano com a capital com a construção da ponte que liga Manaus a Manacapuru e municípios adjacentes sendo estes os que caracterizam a mobilidade espacial trabalhando com diversas atividades em outras localidades ou por vezes se deslocando de um lugar a outro, 33% dos entrevistados conseguiram emprego no local quando vieram com os pais, é a representação das famílias que moram a muitos anos na comunidade e que possuem grande ligação com a terra adquirindo esse apego desde a infância com seus pais, os observados indicam a mobilidade espacial, na qual as famílias e agricultores se deslocam dentro de uma mesma comunidade em busca de um lugar melhor para produzir, caracterizando-se esse melhor por aquele lugar onde há acesso a água, a luz, a uma proximidade com o trabalho e até mesmo devido a proposta de um novo trabalho. O fator casamento também apresentou-se, a partir do momento em que o casal se

constitui ocorrem deslocamentos para novas terras em muitos casos ocorre uma divisão de terras dos pais com os filhos.

Quando questionados sobre “quanto tempo moram ou residem atualmente nas comunidades estudadas” as respostas alocadas no Gráfico 14, demonstram que dos entrevistados 38 % moram mais de 5 anos e menos de 10 no local caracterizando movimento de idas e vindas, pois representa um curto período de fixação do agricultor a terra, 19 % dos entrevistado mora mais de 10 e menos de 20 anos no local, dentre esses alguns são filhos que vivem em parte do terreno dos pais, 25 % moram a mais de 20 anos no local esta parcela representa parte das pessoas que moram desde a fundação do ramal, representados por idosos e filhos destes que ainda vivem com seus pais ou na mesma casa ou em parte do terreno ou em terrenos em outra comunidade. 12 % moram desde o nascimento estes são os mais jovens filhos e filhas que ajudam seus pais na plantação, e apenas 7 % a menos de 5 anos estes são os recém chegados que compraram lotes e terrenos no local ou para começar a atividade da agricultura por já terem tido alguma experiência com a atividade ou para iniciarem outro tipo de atividade como padaria, comércio, ou construção de sítio ou chácaras de fins de semana.

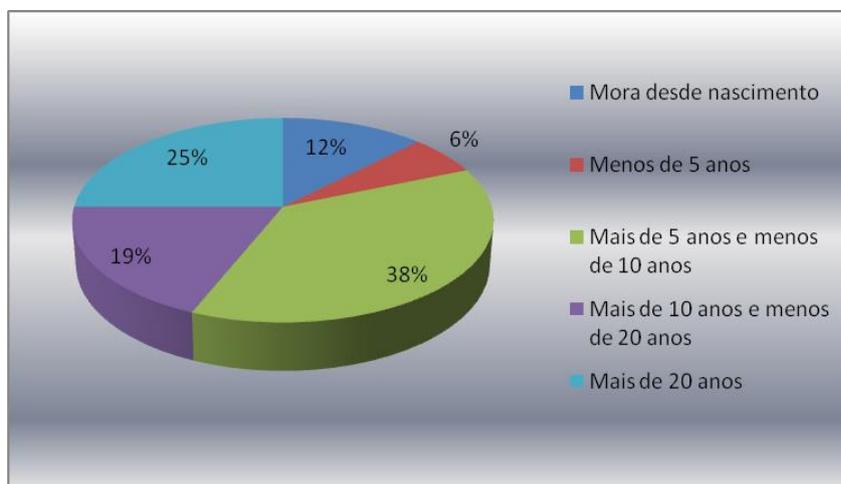


Gráfico 14 – Tempo de moradia na nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

No que diz respeito as atividades extras, fora da agricultura (Gráfico 15), recentemente executadas, os agricultores vem executando outras atividades dentro do mesmo espaço ou seja dentro da própria comunidade ou de uma comunidade a outra.

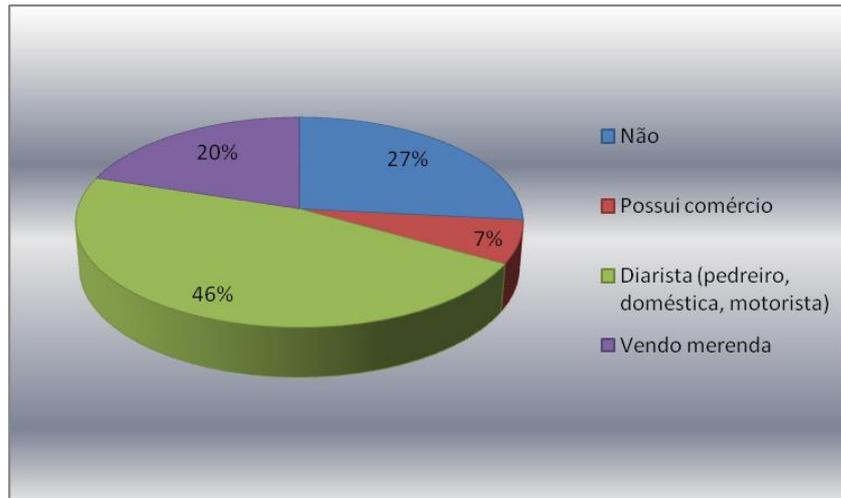


Gráfico 15 - Atividades extras executadas atualmente nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM em 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.
Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Dos entrevistados 46 % disseram praticar diárias como pedreiro, doméstica no caso das mulheres, motorista de ônibus ou de táxi, moto-taxista, dentre outras, 20% aproveita os recursos da agricultura para vender merendas no próprio local ou em Manacapuru, 7 % dos entrevistados disseram ter comércio em outra parte do local e 27 % disseram só praticar a agricultura como atividade e como necessidade para a sobrevivência. Deste modo a mobilidade espacial tem se apresentado nas comunidades como aquela onde em busca de trabalho o agricultor se desloca de um espaço a outro para executar atividades de cunho agrícola deslocando-se de uma propriedade a outra, ou de um espaço a outro em outra atividade.

4.4.3. Múltiplas mobilidades

Ocorre quando o indivíduo pratica a mobilidade do trabalho em busca de oportunidade de trabalho por meio da mudança de setores da economia e também espacial quando ocorre o deslocamento e retorno. Pode surgir numa primeira vista os elementos de uma estratégia de mobilidade forçada característica da evolução do capitalismo contemporâneo. São impostos a maior parte das vezes, o êxodo rural e a polarização dos agricultores por um sistema que apenas considera a exploração do solo e da natureza na medida do lucro que daí se extrai. São impostos a maior parte das vezes, os modos de acesso aos empregos e formações profissionais por um sistema que considera os seres humanos apenas como instrumentos de valorização do capital.

O número de pessoas advindas de outro estado é representativo, fato este caracterizado pelo período de exploração extrativista da borracha onde muitas pessoas ancestrais dos atuais moradores vieram com o intuito de trabalhar com a exploração da borracha, sendo estes bastantes presentes nas comunidades. Outros vieram buscando ocupar a terra firme e visando fugir das dificuldades climáticas de outros municípios onde ocupavam a várzea.

As pessoas estão disponíveis, o seu trabalho é comprado e/ou vendido facilmente num mercado alimentado permanentemente pelos desempregados e rurais desenraizados. Desta maneira, os seres humanos devem aceitar não apenas deslocar-se, mas também, prestar-se as exigências da produção. O espaço em que as transformações se tornam determinantes não é já o espaço geográfico, suporte da produção agrícola, mas o novo espaço produtivo, o espaço industrial. É no seio deste espaço que os seres humanos vão deslocar-se, isto é, vão ser colocados, deslocados, depois recolocados ao ritmo da acumulação do capital segundo o poder produtivo que lhes for reconhecido, numa palavra vão ser considerados móveis.

4.5. O ambiente da agricultura familiar em meio a mobilidade e a transformação das paisagens nas comunidades

O desenvolvimento na Região Metropolitana de Manaus no que concerne as mudanças ambientais, é entendido como descreve Lefebvre (2000, pg 38-39) como sendo característico de uma fase de transição onde a realidade urbana antes de nascer e de se afirmar, se vê reduzida de um lado pelo rural (os subúrbios compostos por casas ajardinadas, os espaços ditos verdes, no que diz respeito as comunidades de estudo e aos seus sítios e propriedades de agricultura) e de outro, pelo cotidiano industrial (as moradias funcionais, as vizinhanças, as relações, os trajetos monótonos e obrigatórios, no que diz respeito as comunidades e a facilidade trazida pela Ponte Manaus-Iranduba), cotidianidade submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade econômica, por meio da expansão da racionalidade dita empresarial. Desenvolvendo-se uma redução ao mesmo tempo social e mental, de um lado o simples, o trivial e do outro às especialidades do capitalismo, uma redução do rural ao urbano e do urbano ao industrial.

Neste sentido quando observa-se motivos de deslocamento no local (Gráfico 16), tem-se uma multiplicade de fatores, dentro de um complexo sistema de interações, como pode se verificar abaixo:

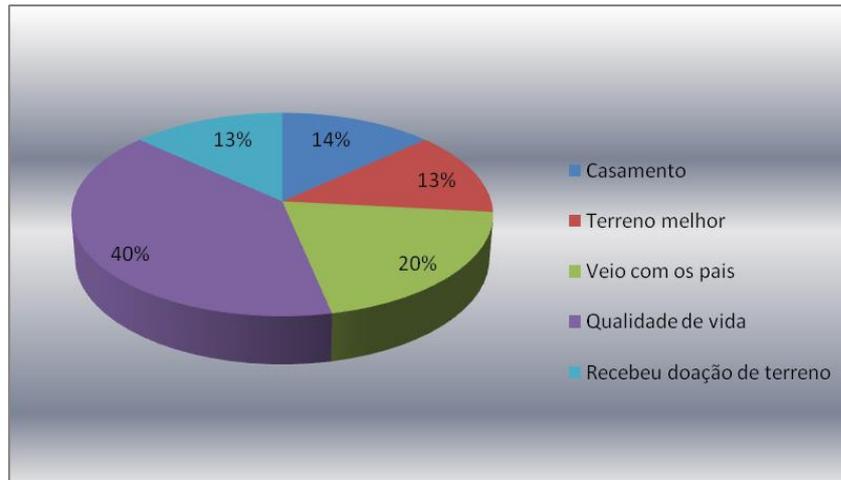


Gráfico 16 - Motivos descritos para o deslocamento nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Dentre os motivos para deslocamento de um local ao outro e das idas e vindas dos agricultores (Gráfico 16), 40% veio em busca de qualidade de vida, enquanto 20 % veio com os pais, 14 % porque casou e adquiriu e conseguiu terreno no local, 13 % porque achou o terreno melhor ou porque recebeu a doação do terreno, estes dados demonstram alguns dos motivos ainda influenciadores de mudanças no local atualmente pois, os agricultores continuam a deslocar-se. Outro aspecto relatado junto aos entrevistados diz respeito, as mudanças de uma localidade a outra devido as dificuldades de comercialização, alguns relataram ter se mudado por exemplo de Rei Davi para próximo ao Lago para o Rei Davi próximo a saída da estrada que liga a Comunidade de Bom Jardim, para ficar mais fácil sair com os produtos para comercializar nas feiras.

Dentre os outros motivos, o da disponibilidade de recursos é bastante visível na localidade:

Aqui na estrada pode até não ter água toda a vida, mais é mais fácil pra a gente ir vender nossos produtos, lá embaixo é mais difícil pra ir lá pra fora com a farinha e os frutos,, a gente até tá querendo ir mais pra perto lá de fora pra plantar porque não temos carro e aí temos que andar muito pra levar as nossas coisas lá pra fora, quando o caminhão da feira não vêm. (Sra. R. F, 33 anos, agricultora da Comunidade Rei Davi, Manacapuru/AM, 2012).

A agricultora e sua família mudaram-se buscando ter mais facilidades para a comercialização. No entanto, já pensa em se mudar para mais perto da saída do ramal para facilitar o transporte, pois existe o transporte dos produtos e dos agricultores uma vez por semana; para comercializarem seus produtos nas feiras de Novo Airão e de Manacapuru. Algumas vezes os agricultores tem necessidade de vender o excedente e o que sobra das

vendas nas feiras. Outros fatores relacionados e mencionados pelos agricultores referem-se ao tamanho da terra e busca de melhor acesso aos serviços de educação e saúde, principalmente aqueles vindos das áreas de várzea por acharem que no ramal é mais fácil o acesso.

O tempo que o agricultor passa fixado a terra após sua primeira mudança de uma localidade a outra, não chega a 30 (trinta) anos, demonstrando deslocamentos cada vez maiores por parte dos agricultores (Gráfico 17). Observa-se neste fenômeno de deslocamentos maiores e de períodos mais curtos a fundamentação na economia liberal onde deslocamentos espaciais resultam dos acometimentos derivados da maximização da renda, alcançada por meio de movimentações no espaço (Oliveira pp. 125-126), no qual serão buscados os espaços onde a venda de mão de obra é mais vantajosa.

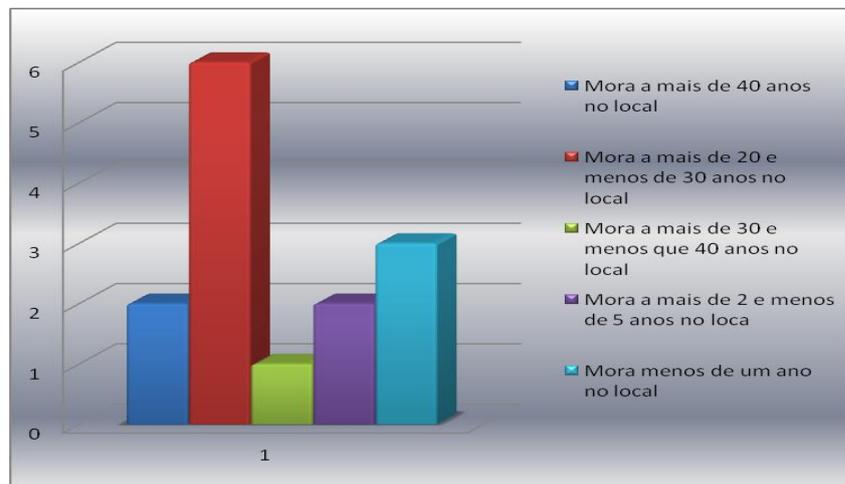


Gráfico 17 - Tempo de residência nas comunidades desde a fixação no local nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

As mudanças de uma propriedade a outra (Gráfico 17), vem transformando a paisagem da região conforme se observa no relato a seguir:

Meu marido herdou essa terra do pai dele, meu sogro que nasceu e se criou aqui. Quando ele chegou aqui tudo era só mato, eu ainda vi essa época, meu sogro foi quem até fundou o campo aqui, porque não tinha é nada. Mas aí veio gente chegando e chegando. Nós vendemos o nosso sítio na várzea e viemos morar aqui na terra dele. (Sra. J. S, 37 anos, agricultora da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

O deslocamento espacial tende a ocasionar mudanças nas paisagens principalmente, a dos sítios, pois quando os agricultores e suas famílias mobilizam-se deixam para trás uma plantação já em andamento para modificar outros locais (Gráfico 17), inclusive mudando as

atividades práticas e/ou incluindo outra como secundária pela busca por novas possibilidades ocasionada por fatores como; distância falta de água, busca por uma renda melhor.

Quando questionados sobre o motivo de continuarem a praticar a agricultura familiar (Gráfico 18), a presença constante do fator herança familiar.

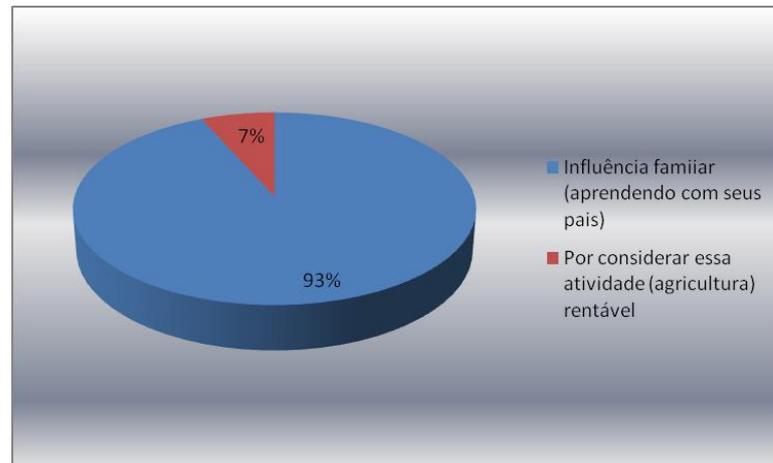


Gráfico 18 – Motivos para continuar na agricultura nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.
Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Dos entrevistados, 93 % aprenderam e praticam agricultura familiar devido ter aprendido com os pais e 7 % por considerar sua única forma de renda e por achar rentável em meio as suas necessidades. Outra característica da região, diz respeito às terras dos pais serem divididas entre os filhos em lotes menores e em outros casos a partir do casamento, o novo casal vai morar na propriedade de um dos pais, ajudando na plantação, na roça e na fabricação de farinha e derivados identificada esta como uma das principais atividades na região.

As Desigualdades regionais na região são impulsionadoras dos deslocamentos internos de uma comunidade a outra. Recentemente os impulsos da Região Metropolitana de Manaus tem sido influenciadores de crescimento desigual, levando regiões mais distantes ao empobrecimento absoluto e relativo, assim aos deslocamentos dessas populações para os centros mais dinâmicos.

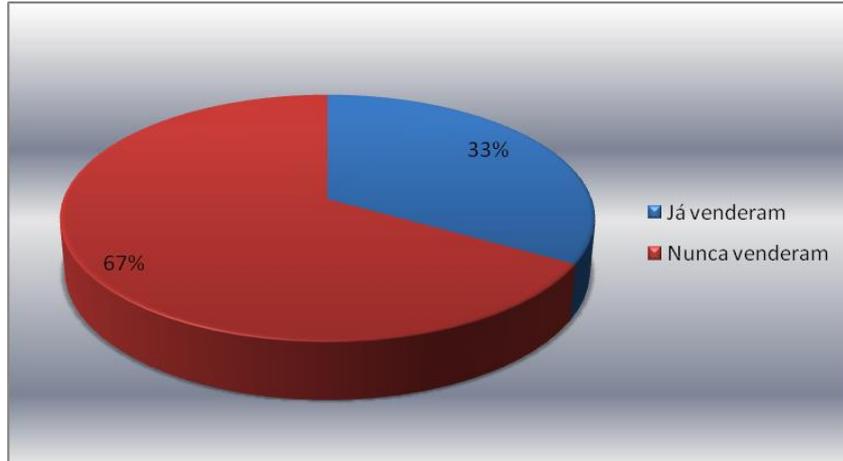


Gráfico 19 – Porcentagem de entrevistados que já venderam algum terreno ou lote nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64. Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Dentre os motivos descritos de venda (Gráfico 19), o de ida por trabalho, ou seja, em busca de trabalho citado, 33 % só perdendo para o motivo de continuar na terra porque a terra era dos pais (67 %) e assim continuaram na agricultura, outros possuíam uma propriedade no local e se deslocaram em busca de áreas melhores influenciadas pela Ponte que liga Manaus a Manacapuru sendo esta a justificativas dessas pessoas e por último observou-se relatos de pessoas que vieram de outros locais, inclusive de Manaus por acreditarem que na comunidade se pode ter mais qualidade de vida, longe da cidade grande e ao mesmo tempo perto dos serviços oferecidos pela capital Manaus e por Manacapuru.

No que concerne as mudanças definitivas após fixação no local (Gráfico 20), os agricultores em sua maioria nunca mudaram, mas não descartam essa possibilidade, após o aumento da movimentação na comunidade com maior fluxo de carros e pessoas.

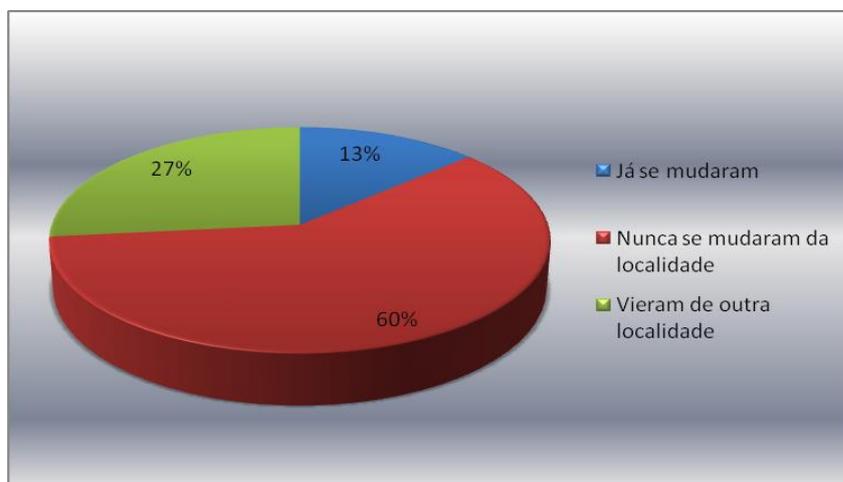


Gráfico 20- Porcentagem dos entrevistados que já se mudaram nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64. Fonte: Dados de campo 2010-2012

Apenas 13% já se mudaram dentro das comunidades de um lugar ao outro, confirmando-se assim a mobilidade espacial nas comunidades, enquanto 60 % nunca se mudaram demonstrando que a agricultura familiar ainda persiste nas comunidades, influência da agricultura ser passada de pai para filho, ou seja, mesmo se mobilizando de algumas regiões em busca de um lugar para plantar, a agricultura luta contra as modificações externas como urbanização e pressões outras capitalistas.

Deste modo, ocorre à predominância da agricultura familiar, baseada na mão de obra familiar e na valorização da família, havendo a preocupação primeiramente com a sobrevivência da família, verificando-se a existência de um sistema de criação de animais de pequeno porte para a sobrevivência da família sendo praticado em meio à agricultura familiar, seguido em porcentagem menor pelas outras atividades de complementação de renda, diária, trabalho em casa de família, trabalho em comércio em tavernas, configurando-se no que Kageyama (2008) define como a pluriatividade na agricultura familiar.

A mobilidade do trabalho tem se apresentado na região por meio do deslocamento de membros da família às vezes do gênero feminino sendo representativo, para executar atividades como babá e doméstica sendo a renda destinada a melhoria das moradias, algumas famílias tem abandonado suas moradias de madeira tão característica da comunidade para construir casas de alvenaria, com banheiros internos e quartos bem divididos. Um dos agricultores relata que:

Quando minhas filhas começaram a trabalhar fora elas começaram a ajudar a gente a construir a casa de alvenaria, só assim começamos a conseguir, porque só com o que a gente ganhava com a farinha e os bijus e os pés-de-moleque que elas faziam aqui não dava o suficiente pra quase nada, só pra comer. (Sr. J. V, 65 anos, agricultor da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

O agricultor ao falar da casa e sobre a mudança das filhas demonstra que o trabalho fora da agricultura e na propriedade proporcionou melhorias na sua casa, uma transformação que só com a renda da agricultura não seria possível. A mobilidade tem impulsionado os agricultores e seus filhos a buscarem outras atividades ora pra ajudar no sustento da família ora pra trazer mais qualidade de vida para a família, sendo esta qualidade considerada por alguns: a construção de casas e tijolos, devido ao desenvolvimento da região atrelado a construção da ponte que liga o município a capital, é símbolo de mais segurança a casa de alvenaria em vista dos rumores de violência nas comunidades.

É bastante comum nas comunidades encontrar um dos membros da família trabalhando fora, uma das agricultoras relatou que seu marido trabalha em uma fazenda em outra comunidade para ajudar nos sustento e só volta nos fins de semana quando só assim tem tempo pra ajudar na roça e na plantação da família. Esta família já tinha vendido seu terreno mais próximo da comunidade pra comprar um mais distante mais com um espaço maior para roçar e plantar.

Segundo a agricultora:

Lá a gente tinha que roçar em outros terrenos de parceria, quase não ficava com nada, porque no nosso terreno não tinha espaço era pequeno, mesmo lá tendo água e aqui não, aqui é melhor porque temos como plantar e é tudo nosso o que plantamos. (Sra. L.V, 25 anos, agricultora da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

Quando um dos membros da família tem que se deslocar para trabalhar acaba ocasionando um excesso de trabalho para os que ficam no sistema produtivo da agricultura familiar, deixando de executar algumas tarefas por falta de força de trabalho. Esta característica da mobilidade por meio da mudança de um terreno para outro em busca de um lugar para se fixar que forneça as condições de sobrevivência ou até mesmo de um lugar para trabalhar durante algum período é influência da mobilidade do trabalho setorial em que um membro da família ou mais se deslocam para trabalhar em outro setor da economia.

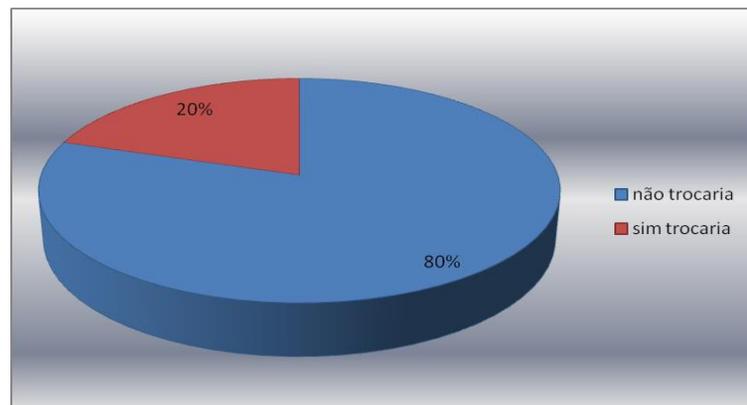


Gráfico 21- Porcentagem dos entrevistados que já trocaram seus terrenos com outros nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64. Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Mediante a possibilidade de trocar de terreno (Gráfico 21), ou se já trocaram seu terreno com alguém 80 % dos entrevistados nunca trocou seu terreno por outro e não trocaria e 20 % disse que trocaria se as condições do outro terreno fossem melhores ou mais próximo da saída do ramal.

4.6. A Região Metropolitana de Manaus e a influência na agricultura familiar por meio das influências da urbanização

A pesquisa começou enquanto a construção da ponte que liga Manaus a Manacapuru ainda estava em andamento, logo o percurso até as comunidades se iniciava no atravessar o Rio até o Cacau Pereira e de lá se seguiu para a comunidade de estudo. Antes mesmo da conclusão da Ponte, já se especulava a respeito da Região Metropolitana de Manaus na comunidade. Quando questionados como souberam da ponte os agricultores só ouviram falar dela e poucos já tinham visto sua construção (Gráfico 22).

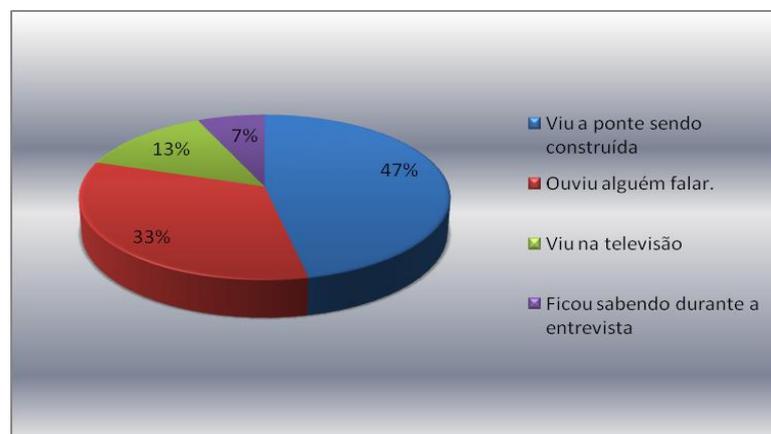


Gráfico 22- Como os entrevistados souberam da construção da ponte nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Dos entrevistados 33 % ouviu algum conhecido falar da Ponte, 47 % viu a ponte quando por motivo de saúde teve que se deslocar até a capital ou para visitar algum parente, 13 % viu na televisão sobre a construção da Ponte e 7 % ficou sabendo por meio da pesquisa, sendo informado pela pesquisadora. No que concerne às especulações de construção e conclusão da obra da ponte;

Antes mesmo de a ponte ser construída, já tinha gente vindo aqui comigo querendo comprar até uns 30 Metros do meu terreno, era gente vindo de Manaus, mas eu não quero vender não, vai eu preciso de fazer uma casa pra um filho meu, uma filha. Com a ponte apareceu muita gente vendendo o terreno, aí na frente tinha um homem que vendeu a casa pra um homem de Manaus, que tá fazendo uma vila pra alugar, vai fazer até um capo de futebol, uma piscina, já disse que tá pensando no futuro pra alugar para as pessoas que vão vir para a copa. Eu mesmo tenho vontade de fazer uma casa para alugar porque vai ter muito movimento aqui. (Sr. J. S, 78 anos, agricultor aposentado da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

Somente as especulações sobre a Institucionalização da Região Metropolitana de Manaus transformaram as comunidades, a construção da Ponte e o desenvolvimento da

Região são fatores que vem promovendo uma mudança no ambiente das agriculturas familiares das comunidades, antes um local predominantemente de agricultura familiar, agora se diversificando em áreas se transformando em sítios de fim de semana e em pequenos empreendimentos voltados para o turismo, até então ainda persiste entre os agricultores a vontade de conservar o patrimônio adquirido e de projetá-lo para os seus filhos.

No entanto o movimento de pessoas tem aumentado substancialmente e isto também tem afetado o modo de pensar e de viver dos agricultores. Muitas pessoas advindas da capital já compraram terreno no local e influenciaram nos processos de agricultura familiar locais, como relata um agricultor:

Um Senhor comprou o terreno aí do lado ano passado e eu estava com minha plantação de quase dez anos prontinha aí o vizinho queria limpar o terreno dele e tocou fogo lá em tudo, deu um incêndio o fogo veio até aqui e queimou um monte de planta minha, matou meu cajueiro, meu eucalipto, meu jenipapeiro e muitas outras plantas que eu tinha aqui. (Sr. A.F, 62 anos, agricultor da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012)

Diversas têm sido as mudanças nas comunidades em função dos processos de mobilidade influenciados pelo processo de deslocamento de pessoas em busca de novos espaços, novos empreendimentos e novos conhecimentos, processos esses modificadores não somente das paisagens, mas do ambiente como um todo, pois diferente dos agricultores que costumam trabalhar em conjunto com seus vizinhos seja para a produção de farinha na casa de farinha comunitária, seja dividindo a roçadeira ou pela simples troca de mudas às pessoas vindas da capital não possuem esse interesse, pois não possuem o apego a terra ou ao local como os agricultores familiares o tem.

Os agricultores de todas as comunidades demonstraram ter grande conhecimento sobre a agricultura familiar, praticamente todos tinham histórica de agricultura na família, falando sempre de procedimentos que aprenderam com seus pais e ao terem migrado de outros estados, aprenderam quando chegaram pela observação do local e de vizinhos. O tratamento destinado à plantação e o destino da plantação, alimentação e construção de casas, é baseado no etnoconhecimento sobre a agricultura e suas técnicas.

O conhecimento sobre as plantas, época de plantio, época de colheita e adubação está presente em todas as famílias até mesmo entre os que mudaram e voltaram. Os agricultores plantam para o consumo da família vendendo apenas o excedente, costumeiramente devido a grandes fazendas o agricultor se desloca para trabalhar com gado e em grandes plantações

fato este justificado pela falta de investimentos governamentais, linhas de crédito ao agricultor, conforme relato:

Graças a Deus eu arrumei um emprego de merendeira na escola daqui pela parte da manhã porque assim temos uma renda extra pra compra comida e ajudar as crianças na escola, eu moro aqui a vinte anos e falta verba para fazermos nosso plantio, eu compro adubo com o dinheiro de merendeira e algumas mudas quando eu preciso. (Sra. J. S, 37 anos, agricultora e merendeira na Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

A agricultora buscou outra atividade pela necessidade de renda extra e de novos investimentos para comprar adubo e novas mudas, os agricultores vez em quando fazem diárias em outros terrenos para conseguir comprar adubo e novas mudas ou ajudar no sustento de sua família.

No que diz respeito ao uso de novas tecnologias e agrotóxicos, a roça é feita roçando com o teçado junto com filhos ou algumas vezes utilizando a roçadeira comunitária para manter o terreno limpo, quando a conseguem emprestada ou quando a possuem o que é muito raro ainda é comum à utilização de moto serra, mas de forma moderadas devido a constante fiscalização quanto ao uso de agrotóxicos este é muito raro, só sendo utilizado quando o agricultor já adquiriu esse costume de treinamentos externos.

As propriedades estudadas tem sua origem na abertura do ramal que aconteceu conforme um de seus fundadores em uma época onde só a mata existia, ele foi um dos primeiros a chegar, alguns dizem que foi o fundador do Ramal Nova Esperança. Segundo o mesmo:

Quando eu cheguei aqui não tinha como andar de tão fechado que era, era cheio de bicho e mato e muito difícil de chegar só dava pra chegar de barco. Eu vim porque me falaram que era bom e aqui fiquei com minha família que veio da várzea comigo. Cheguei em 1980 com uns 44 produtores que vieram comigo do alto Solimões pela autorização do INCRA, aqui naquela época era um projeto de plantação de guaraná, porque naquela época só tinha em Maués. Eu tinha naquela época 17 hectares e aí fui dividindo com meus filhos e hoje só tenho uns metros. Aí foram criando as comunidades na época do Gilberto Mestrinho, a do São Raimundo veio primeiro, eu mesmo fui ajudando a dividir para cada comunitário. Aqui era uma riqueza de madeira, era quieto, quase não tinha movimento aí começaram a falar da ponte e até veio gente aqui me oferecer 25.000 pelo meu terreno. Todo domingo agora fica movimentado de carro aqui. (Sr. M. J, 88 anos, agricultor na Comunidade Rei Davi, Manacapuru/AM, 2012).

A família inteira do agricultor vive no ramal, na comunidade Bom Jardim, em terrenos menores divididos entre os filhos. Todos trabalham na agricultura. O agricultor relata que aprendeu a agricultura com seu pai e ainda roça com os filhos:

Eu não me acostumo com o que tá acontecendo aqui, eu gosto de roçar de ficar lá na agricultura, eu não me conformo com o que está acontecendo aqui, é ruim a maldade que tá acontecendo aqui o vizinho do meu terreno tem uma fazenda e tava ouro dia colocando veneno no campo do gado, aí o veneno foi todo pro lago eu fui pescar e até sentir o veneno, aí prejudica é a nossa saúde. (Sr. E. O, 43 anos, agricultor da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

Os agricultores praticam a agricultura familiar em uma organização no interior de cada unidade de produção de acordo com as condições ambientais e sociais diversas e principalmente pelo etnoconhecimento adquirido, observa-se que a produção não se limita ao plantio, mas vai desde o preparo da terra, a hora da capina, e a colheita, vai também ao encontro das necessidades passando pela pesca nos Lagos para suprir as necessidades da família. O tempo destinado às atividades na agricultura tem sido diminuído em função das mudanças no local, seja pela execução de outras atividades, seja pela mudança de novos agricultores familiares ou dos próprios agricultores familiares o que pode alterar paisagens de áreas diversificadas com produção de frutas, roças e outros cultivos.

Os novos empreendimentos (Figura 10) fazem os agricultores temerem de que suas propriedades sejam reivindicadas para a construção de empreendimentos maiores ou que esses cheguem às comunidades.



Figura 10 – Condomínio fechado que será construído na estrada que liga Manaus a Manacapuru, Avenida Manoel Urbano, Amazonas, Brasil.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2012.

A imagem demonstra o local de um futuro condomínio localizado no quilômetro 55 não muito distante do local estudado que fica no quilômetro 62 da estrada que liga Manaus a Manacapuru, conforme um relato de um dos agricultores:

Aqui tá tão movimentado, que outro dia veio uns homens aqui olhando tudo os terrenos e perguntando quanto eu queria pra vender meu terreno ou se eu gostaria de morar na estrada, eu pensei que eles queria é fazer uns prédios como vai ter lá na estrada. (Sr. M. O, 49 anos, agricultor da Comunidade Bom Jardim, Manacapuru/AM, 2012).

Os agricultores continuam a praticar a agricultura familiar mais se observa que os mesmos têm desenvolvido estratégias de sobrevivência ou resiliência social destarte a continuação de suas atividades buscando maneiras de continuar com a herança adquirida. A luta persistência tem se tornado cada vez mais difícil devido às pressões ocupacionais que os mesmos têm sofrido.

A imagem (Figura 11) demonstra mais um comércio que vem se instalando nas comunidades, comércio esse existente anteriormente existente somente na capital influenciado pelas construtoras de imóveis que vem se instalando mais e mais na estrada.



Figura 11- Comércio que será construído na estrada que liga Manaus a Manacapuru, Avenida Manoel Urbano, Amazonas, Brasil.

Foto: Gizele M. Uchôa, 2012.

5. INFLUÊNCIAS DA MOBILIDADE DO TRABALHO NAS PAISAGENS DA AGRICULTURA FAMILIAR

5.1. Conceituando paisagem

Muitas são as conceituações de paisagem utilizadas, para alguns o termo significa a expressão concreta de uma área, nisto se incluiriam os objetos materiais, para outros, o termo também é sinônimo de área (BLEY in DEL RIO, 1996). O estudo em questão apropria-se de ambas as expressões, buscando caracterizar a paisagem da agricultura familiar amazonense levando em consideração principalmente por meio da linha de pensamento que a define como um espaço subjetivo, sentido e vivido, um espaço de cada ser humano, um espaço individualizado (BLEY in DEL RIO, 1996)

Segundo Collot apud Bley in Del Rio (1996), não se pode desassociar a paisagem da percepção que se tem dela, neste sentido se torna imprescindível visualizar a paisagem como um espaço percebido e sentido, logo também construída e simbólica. Esta concepção de paisagem é definida em função do ponto de vista onde ela é observada, fato este que pressupõe a existência da atividade de um sujeito para que exista paisagem.

A paisagem não se resume somente a um valor estético, simbólico e ideológico conforme aponta Lacoste (1977 apud Del Rio p.126), a paisagem pode sofrer transformações quando influenciada por mudanças no mercado como a especulação imobiliária passando a sim a representar também um valor no mercado. Outro aspecto a ser considerado diz respeito a questão da paisagem e o meio ambiente, levantando-se o fato de que todos buscamos um meio que satisfaça nossas necessidades básicas: um lugar pra comer, viver e morrer, lugares esses que se apresentam repletos de sentimentos, pois são neles que vivenciamos a nossa vida, o nosso cotidiano, daí resulta a importância da forma como são utilizadas as paisagens.

Desta forma é de vital importância verificar as mudanças pelas quais passam as paisagens, no que dizem respeito à paisagem estudada da agricultura familiar amazonense, as mudanças estão sendo provocadas pelos habitantes das áreas e, efetuadas fora de seu controle, tais fatos podem ser intrigantes e modificadores, porque as pessoas sentem profundo apego pelos lugares onde vivem, principalmente quando a área em questão representar também a história de seus antepassados.

5.2. A paisagem da agricultura familiar amazonense

A agricultura familiar amazonense no local é percebida no local como aquela onde existe presença de plantações para sobrevivência e venda do excedente, por uma rica diversidade de plantações e ou frutos regionais intercalados em meio às plantações. Casas de madeira são maioria, com banheiros externos as casas e criação de animais para autoconsumo. A agricultura familiar amazonense possui muitos membros vivendo todos em uma mesma casa ou no mesmo terreno trabalhando juntos na agricultura, compondo um cenário de uma paisagem de troca mútua e ajuda mútua no trabalho.

Existe uma ligação muito forte entre os agricultores familiares e sua propriedade, os mesmos se identificam com a agricultura, com a terra, com os vizinhos, todos se conhecem, mesmo em áreas mais próximas da entrada do ramal que liga às comunidades a estrada principal.

Os agricultores reconhecem a comunidade por suas características naturais e por seus recursos e também pelo uso que fazem destes recursos guardando lembranças de como era a comunidade e como ela está após as mudanças que vem ocorrendo no local (Gráfico 23).

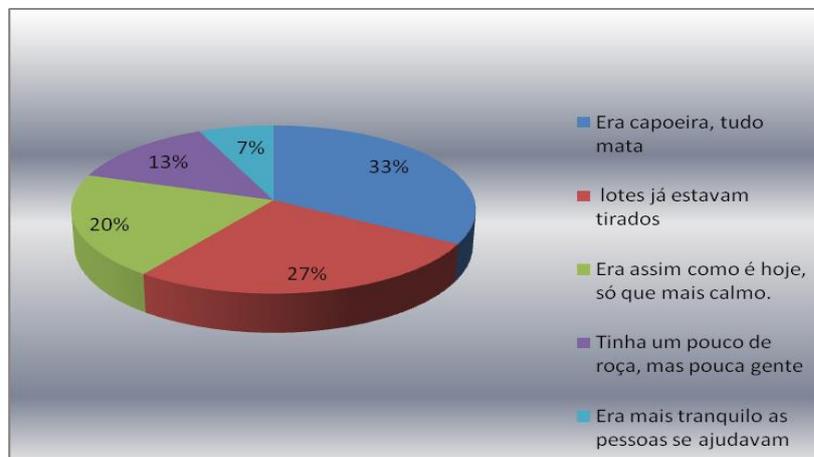


Gráfico 23- Como era a comunidade quando você chegou no local, nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

Dos entrevistados 27 % disseram que quando chegaram no local os lotes já estavam tirados, 20 % descreveram que a área já era como é hoje só que menos movimentada descrevendo desta forma que a área está diferente devido as pressões no local, 33 % disseram que tudo era só mata, 13 % disseram que quando chegaram já tinha um pouco de roça mas pouca gente enquanto 7 % disse que era tranquilo mas citou a existência do fator ajuda mútua,

como multirões antes praticados por toda a comunidade. Outra característica da comunidade diz respeito a mesma está numa área de terra firme e ainda existe áreas de floresta abaixo demonstra-se a mistura de floresta e plantação juntas (Figura 12).



Figura 12- Foto de uma paisagem de uma das propriedades visitadas, área de sítio, junto a floresta e próximo ao local da roça na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, município de Manacapuru, AM.

Foto: Gizele M. Uchôa, 2010.

As florestas de terra firme são consideradas os ecossistemas terrestres mais ricos em diversidade de espécies (MORÁN, 1990, p 193). Na terra firme são praticados os processos de sistemas de agricultura familiar que utiliza o manejo florestal por meio do consórcio de múltiplas espécies. Na terra firme se encontra o componente mata dos sistemas da agricultura familiar amazense. A mata se constitui um componente importante para a segurança alimentar, à medida que fornece frutas e proteína animal por meio da caça. A mata é o local onde se obtém o mel, plantas de uso medicinal e local de caça.

Em meio as estes sistemas encontra-se também o sítio, onde são criados animais de pequeno porte (aves, suínos, caprinos e ovinos), estes são alimentados com restos de produtos como raspa de mandioca, milho e restos da alimentação da família (Figura 13).



Figura 13 - Foto de uma paisagem de pousio na Comunidade Rei Davi, município de Manacapuru. Estado do Amazonas. Brasil.
Fonte: Gizele M. Uchôa, 2010.

O componente pousio é fundamental para a recuperação da capacidade produtiva do solo, os agricultores relatam que é fundamental deixar a terra descansando para que o solo fique produtivo para o próximo plantio, principalmente da mandioca (Figura 14).



Figura 14 – Foto de uma roça na Comunidade Rei Davi, município de Manacapuru. Estado do Amazonas. Brasil.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2010.

A imagem demonstra uma paisagem componente dos sistemas agroflorestais utilizados pelas agriculturas familiares nas comunidades, à roça na qual são plantados frutos e hortaliças que comporão a alimentação das famílias nas comunidades.

5.3. Comprovações das influências da mobilidade do trabalho nas paisagens de agricultura familiar amazonense

O fato da inauguração da ponte que liga Manaus a Manacapuru ter ocorrido em 24 de outubro de 2011 e o trabalho de campo ter iniciado em maio de 2010, permitiu a verificação da ocorrência da especulação sobre os efeitos desta ligação na vida das pessoas das comunidades estudadas e sua posterior conclusão tem alterado a vida cotidiana das pessoas e configurado o cenário da mobilidade do trabalho, espacial e setorial nas comunidades.

No período antecedente a inauguração da ponte, muito se especulava sobre o que aconteceria nas comunidades, neste período alguns agricultores já começavam a lotear ou a colocar placas de venda em suas áreas, muitas com medo do que o movimento traria as suas vidas e as comunidades, descritas até então como tranquilas e seguras e sem muito movimento de carros e pessoas. Este processo tem aos poucos modificado a vida das pessoas nas comunidades e o ambiente das paisagens de agriculturas familiares, se observa que esse processo tende a transformar a paisagem da agricultura, por meio de especulações de terra as famílias tem vivido constantes mudanças de uma comunidade à outra, ou diminuindo suas áreas devido ao loteamento, a área total destinada à agricultura tende desta forma a diminuir, representando uma mudança na paisagem, pois onde antes se plantava banana, abacaxi, mamão, pupunha, tucumã dentre outras diversidades regionais em consórcio, com o loteamento ou venda a paisagem da agricultura familiar vem sendo transformada, seja por meio do surgimento de novas áreas menores que acabam se configurando em sítios de finais de semana ou sítios agrícolas.

Quando questionados sobre o porquê de se mudarem (Gráfico 14), os agricultores relacionaram fatores como a busca de uma área melhor afastada da várzea, ou em busca de terreno maior para a plantação, outros casos dizem respeito à busca por uma renda maior adquirida com a venda para investir em melhorias em outro terreno na mesma comunidade, entretanto em meio as especulações muitos agricultores relatam que até hoje nunca se submeteram as pressões impostas pela urbanização ou pelas especulações a ponto de quererem vender suas áreas.

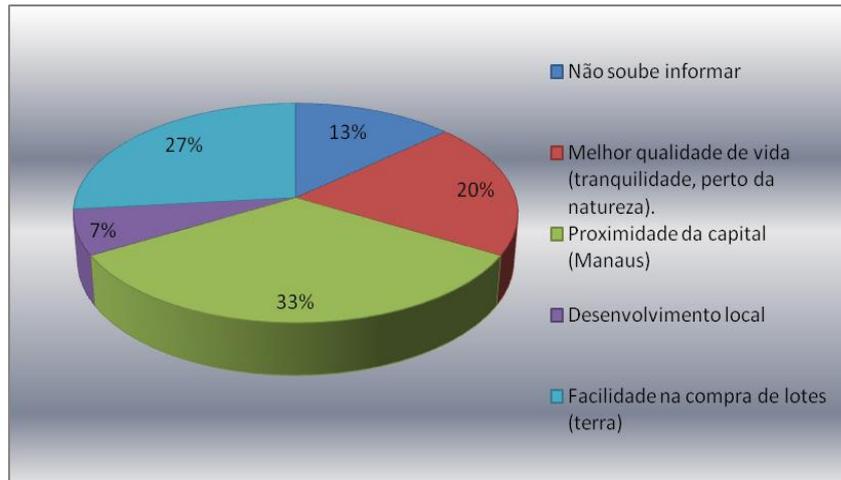


Gráfico 24 - Motivos pelos quais os agricultores se mudam nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010-2012.

A mobilidade em direção de uma área a outra tem se apresentado nas comunidades. Os motivos que os levam a mudarem são: em primeiro lugar a proximidade do local com a capital (33%), fator este já confirmado anteriormente no que diz respeito as mudanças anteriores, 20 % relataram como motivo de mudança o fator qualidade de vida proporcionado pela facilidade de locomoção sendo estes os que viveram anteriormente na várzea onde o transporte só era possível em sua maioria por meio de barco, sendo que no ramal se pode fazer percursos por meio da estrada e a ida a Manaus que antes era de balsa agora é feita por meio da Ponte, 27 % disseram ter tido como fator decisivo para a mudança a facilidade de compras de lotes no local, este se refere aos agricultores familiares que se mudaram recentemente para o local e 7 % relataram ter se mudado para as comunidades pelas indicações acerca do desenvolvimento local e 13 % dos entrevistados não deram exatos motivos de sua mudança, não estando dispostos a informar.

Alguns dos agricultores familiares venderam algum terreno no local para comprar outro, considerado melhor, representando essa mudança uma transformação na paisagem da agricultura familiar, pois roças são deixadas pela metade, juntamente com moradias e frutos para uma nova paisagem surgir no mesmo local. A resistência às pressões do capital demonstrada pela taxa de 62% dos que nunca venderam nem uma parte de suas áreas é explicada, pela a tendência da mobilidade do trabalho se colocar como meio nas mãos do capital para lutar contra a baixa igualmente tendencial da taxa de lucro. Toda forma imperfeita da mobilidade do trabalho pode então surgir como expressão que deve ser encorajada, de uma resistência à extensão do campo capitalista, resistência de instituições ou ideologias por vezes

ultrapassadas, mas também frequentemente resistências das forças e dos espaços naturais, resistências dos seres humanos e dos povos a deixarem-se reduzir a objetos econômicos, a máquinas produtivas.

Dos entrevistados 19% disseram achar que a ponte tem levado mais pessoas a lotearem o terreno (Gráfico 25), porquanto alguns são muito grandes, no caso de agricultores idosos a falta de força de trabalho para o serviço na agricultura leva alguns a lotearem as terras, representando uma mudança nas características da paisagem da agricultura familiar, onde novos terrenos surgem com algumas características peculiares não somente de uma área rural, mas de um bairro rural, pois lotes menores vêm se apresentando cada vez mais nas comunidades.

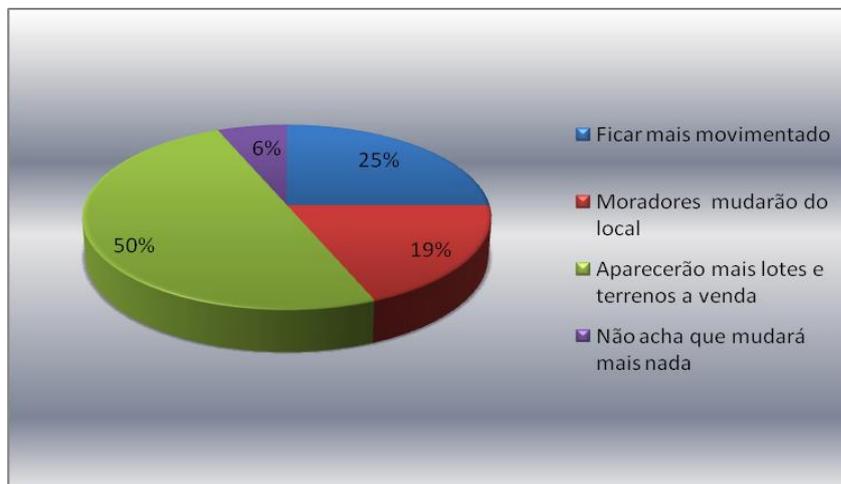


Gráfico 25 – O que os agricultores achavam que a ponte iria trazer de mudanças nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) =
Fonte: Dados de campo 2010-2012.

A paisagem da agricultura familiar nas comunidades tem sofrido mudanças no item movimento no local com chegada da Ponte, 19 % relataram que acreditam que os agricultores familiares que realmente vivem e precisam da agricultura para a sobrevivência de suas famílias tendem a se mudarem do local em busca de um lugar mais calmo e apenas 6 % dos entrevistados acham que não mudará mais nada no local. Entretanto alguns terrenos apresentam placas de vendas, demonstrando interesse de alguns agricultores em já se mudarem do local (Figura 15).



Figura 15 – Anúncio de venda de área de agricultura familiar. Comunidade Rei Davi, município de Manacapuru, Estado do Amazonas. Brasil.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2010.

A (Figura 15) demonstra os constantes anuncios de vendas de lotes na comunidade, lotes cada vez menores vem se apresentando no local, a explicação apresentada por alguns entrevistados para essa crescente situação no que concerne ao período anterior ao término da ponte ao aumento da demanda pela compra de lotes no local ter aumentado o movimento nas comunidades, trazendo inclusive o aumento de furtos e da criminalidade no local, outro fator corresponde a facilidade de se obter um dinheiro extra com o loteamento e uma aparente melhoria em algum aspecto da vida dos agricultores, alguns agricultores que venderam uma parte de suas terras relataram que com o dinheiro da venda construíram suas casas de alvenaria ou compraram carro para transportar seus produtos até a feira, outro fator corresponde a venda para comprar terrenos mais distantes da movimentação no local. Alguns que ainda não venderam relataram ter as mesmas pretensões dos que já lotearam ou venderam suas terras.



Figura 16 – Anúncio de venda de área com mata virgem de agricultura familiar. Comunidade Nossa Senhora do Livramento. Estado do Amazonas. Brasil. 2010.

Foto: Gizele M. Uchôa, 2010.

Algumas das áreas com placas de venda (Figura 16) apresentam-se ainda intactas, o que demonstra que a especulação imobiliária tem afetado a paisagem da região, no entanto mesmo em áreas abertas recentemente se percebe as pressões intermitentes nas áreas de agricultura por meio de vários fatores que levam os agricultores a pensarem em vender suas terras; os obstáculos à deslocação dos seres humanos: insuficiência do sistema educativo, êxodo rural demasiado influenciado pela relação da a capacidade de absorção da indústria local de força de trabalho, escassez de recursos e influencia com zonas urbanas etc. Quando questionados acerca do que observam estar acontecendo constantemente no local, além da venda definitiva das terras, observou-se que (Gráfico 26):

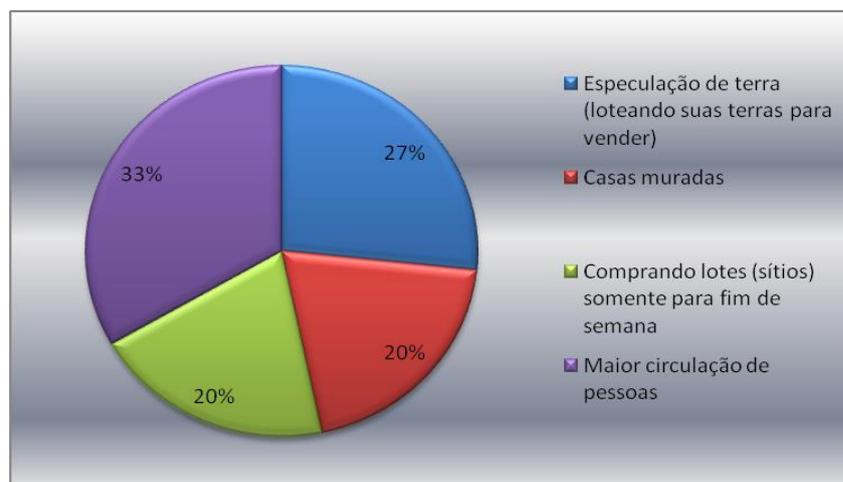


Gráfico 26 – O que os entrevistados acham que tem mudado recentemente no local de estudo nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010- 201

Os entrevistados novamente tornaram a falar da movimentação após a finalização da ponte (33 %), 20 % disseram ter observado o aumento da compra de lotes para que sejam utilizados como sítios de fim de semana, 20 % observaram que seus vizinhos e até os próprios entrevistados tem murados suas casas em meio aos constantes movimentos questiona-se na comunidade o aumento da violência, 27 % falaram ter observado o aumento de terrenos sendo loteados por vizinhos e em outras comunidades vizinhas as suas e o aumento do fluxo de carros (Figura 17).



Figura 17 – Imagem do movimento de carros no ramal após a construção e entrega da obra da ponte que liga Manaus a Manacapuru
Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012.

Como se observa, já vem ocorrendo vendas ou já estão ocorrendo loteamentos, existem ainda os mais conservadores e mais antigos das comunidades que nunca vendeu e nem pensou em vender suas terras, persistindo a agricultura familiar nas comunidades, entretanto isso não quer dizer que as ocorrências externas não influenciem na transformação da paisagem nessas propriedades, vem ocorrendo diversas mudanças na paisagem, seja nas formas de utilização do solo por meio da adoção de novas tecnologias advindas da proximidade com o urbano, seja por meio da redução de horas destinadas a agricultura ou por meio da redução de uma mão de obra no processo de trabalho e assim necessidade de mais horas de trabalho para um dos membros.

Outro fator observado diz respeito à mobilidade do trabalho está relacionada também a facilidade de locomoção ou logística, agora alguns agricultores dispõem da facilidade de se movimentar mais facilmente, seja por meio de carro próprio, como no caso da família abaixo,

seja por meio de transporte público, ou seja, os agricultores podem também com mais facilidade exercer outras atividades fora de sua propriedade e ainda exercer as atividades de agricultura na sua própria terra. A logística também vem influenciar a comercialização dos produtos, sendo a mesma facilitada também pela ponte o que pode influenciar na permanência dos agricultores familiares que agora possuem mais facilidades para transportar seus produtos até as feiras de Manacapuru, Novo Airão e Manaus, tal fato explica que 63% nunca venderam e segundo as entrevistas nem pretendem vender e nem lotear suas terras.

Notou-se que alguns dos entrevistados já executaram outras atividades fora de suas propriedades e também antes de terem suas próprias propriedades no local. Alguns dos agricultores entrevistados nasceram no mesmo município conservando costumes peculiares da região, porém alguns agricultores que imigraram de outras regiões como do centro-oeste e do sul, também adquiriram costumes locais e muitos deles praticam a agricultura familiar, por meio do manejo sustentável. Entretanto, muito tem plantado não somente espécies regionais como também trouxeram mudas de outras espécies nativas de sua região de origem, como exemplos relatados por eles têm o piquiá (*Caryocar vilosum (Aubl.) Pers*), a gueroba, o palmito advindos da região centro-oeste.

Nota-se assim que mesmo que ocorra a sujeição dos agricultores a imposição capitalista, na qual a paisagem tem sido alterada, no entanto a agricultura familiar tem persistido em algumas áreas e até mesmo sendo reaprendida por alguns agricultores novos advindos de outras regiões.

A construção do espaço e da paisagem está relacionada à memória individual de cada indivíduo, tal constatação apresentou-se em diversos relatos inclusive de pessoas nascidas no próprio local, relatando lembranças de tempos passados de como era a comunidade e como é atualmente. Muitos relatavam que não se acostuariam a morar na cidade. Por alguns agricultores que vieram de outros estados a agricultura tem sido bastante valorizada, fato este que se deve conforme o relatado, ao fato da herança transmitida pelos pais que também eram agricultores e assim foi fácil para eles se inserirem no contexto da agricultura familiar amazonense, mantendo atividades agrícolas tradicionais.

Quando questionados se o movimento trouxe muitas pessoas querendo comprar a propriedade (Gráfico 27) na qual plantam e desenvolvem a agricultura familiar, observa-se que, 60 % dos entrevistados já receberam propostas de compra para seus terrenos e 40 % não receberam propostas de compra.

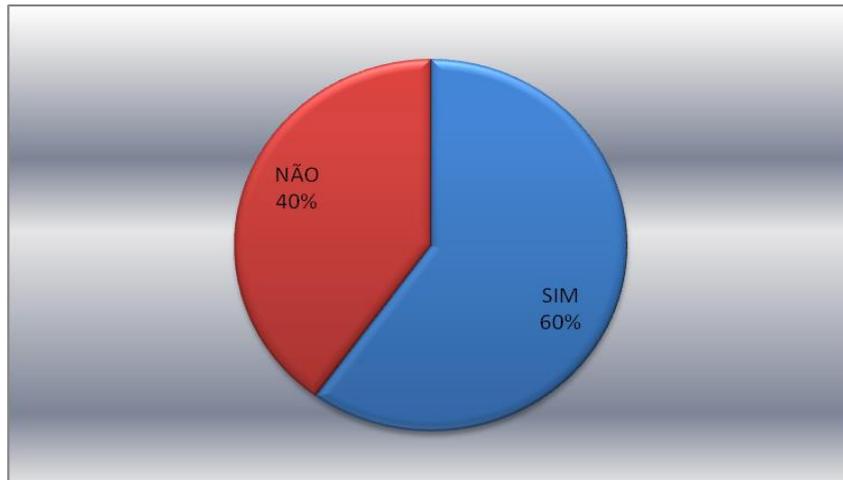


Gráfico 27 – pessoas querendo comprar terrenos dos agricultores nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.
Fonte: Dados de campo, 2010 a 2012.

Demonstra-se que especulações de venda podem representar mudanças na paisagem da agricultura familiar, não somente no aspecto físico, mas também no que concerne a percepção dos agricultores do que era e do que tem se tornado a paisagem dos seus terrenos e da comunidade. Os agricultores das comunidades descreveram que com as especulações sobre a construção da ponte, donos de terrenos começaram a lotear e vender seus terrenos, alguns relataram que muitas pessoas antes da construção da ponte os procuravam para tentar comprar seus terrenos. Quando questionados se loteariam seus terrenos os agricultores em sua maioria disseram não pensar em lotear seus terrenos, no entanto ao longo da localidade observa-se constante aumento de placas de loteamento de terrenos (Gráfico 28).

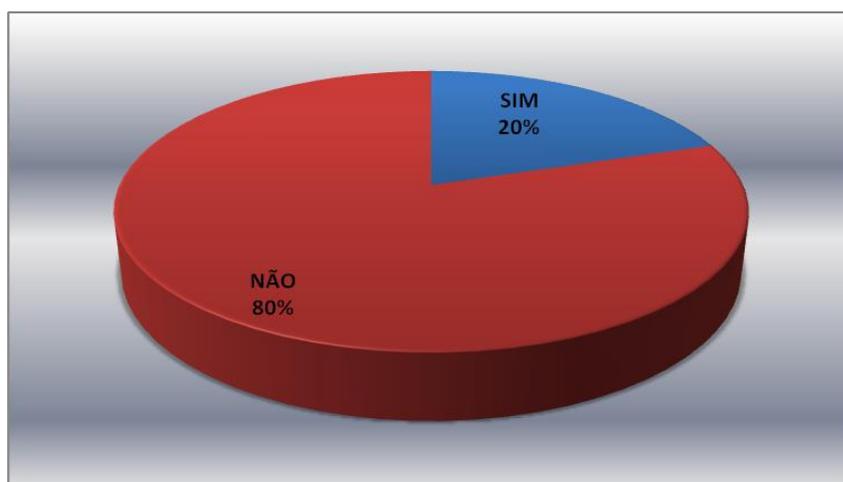


Gráfico 28- Porcentagem de agricultores que pensam em lotear seus terrenos nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.
Fonte: Fonte: Dados de campo, 2010 a 2012.

Dos entrevistados, 80 % não loteariam seus terrenos e 20 % disseram que loteariam ou pensam em lotear, dentre as influências a esse processo, os agricultores mencionaram que os lotes começaram a surgir próximo da data de conclusão da ponte, mas antes também já aumentava a quantidade de placas de vendas de sítios. Outras áreas na localidade estão sendo derrubadas (Figura 18) para futuros loteamentos, tais eventos tem ocorrido em mais de uma comunidade incluindo as mais distantes da entrada do ramal.



Figura 18 - Foto de área recentemente derrubada para loteamento
Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012.

Quando questionados sobre o que achavam dos que vendiam ou loteavam suas terras (Gráfico 29), os agricultores relataram a falta de apego a terra como justificativa para as vendas ou loteamentos caracterizando a resistência que os agricultores familiares têm diante de mudanças e seu pensamento de amor à terra que muitas vezes pertenceu a seus pais e parentes. Dos entrevistados 87%, ou seja, a maioria disse que a venda dos terrenos ou loteamento que alguns dos agricultores familiares vêm fazendo diz respeito à falta de amor a terra enquanto 13 % não acha certa a venda por achar a área boa ou porque já foi um terreno doado ou cedido por outro dono, daí não achar certo a venda ou por também acreditar que o local é um bom local para viver.

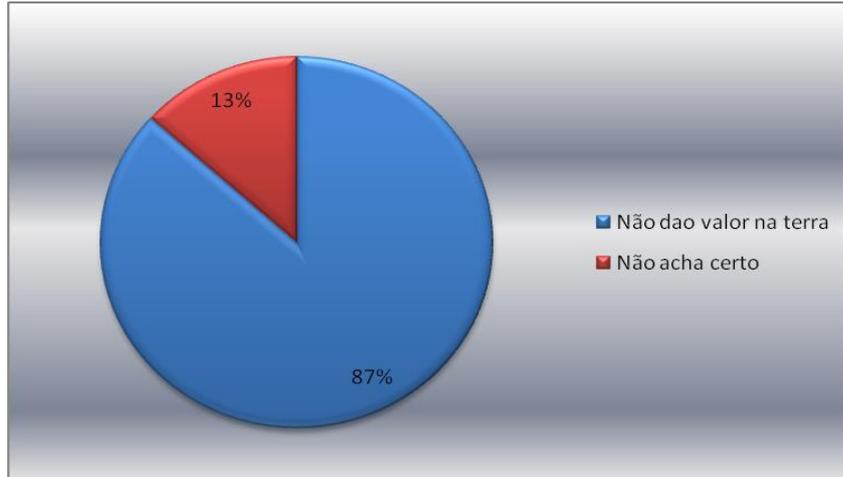


Gráfico 29- O que os agricultores acham de quem vende ou faz lotes de suas terras nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.
Fonte: Fonte: Dados de campo, 2010 a 2012.

Outra modificação, diz respeito a muitas pessoas estarem vindo de Manaus e queimando e desmatando os terrenos que compram e cercando, coisa que antes não se via com tanta frequência no local. Uma das famílias entrevistadas que veio de Manaus relata que comprou a área no ramal porque gostariam de se tornarem agricultores porque seus pais um dia o foram, também segundo eles:

A vida lá em Manaus está muito difícil sabe tá muito perigoso, não tem qualidade de vida, segurança, meu marido cresceu aqui no laranjal, aí vivia falando como era bom aí resolvemos vender tudo e vim morar aqui. Nossos filhos estão gostando muito e nós também. Nós pretendemos plantar pra comercializar o que plantarmos. Aqui nós temos tudo água luz, estrada, comida e é perto agora de Manaus (Sra. M. F, 52 anos, doceira e moradora recém chegada de Manaus, Manacapuru, AM, 2010 relato de uma das entrevistadas, que veio de Manaus).

Nota-se que se tem configurado uma nova realidade na localidade, que também se tornou uma alternativa para quem quer uma vida um pouco afastada da cidade, do tumulto dos centros urbanos, como a família acima relatou a busca por qualidade de vida também vem sendo citada pelos agricultores familiares advindos de Manaus.

A mobilidade espacial, em busca de um novo espaço, mais tranquilo, longe da perturbação como nos disse uma moradora, mobilidade esta que vem configurar uma nova paisagem onde se encontram características urbanas e rurais. Pois a família advinda de Manaus fixou-se no ramal construindo uma casa de alvenaria, cercada com muro de alvenaria, após ter comprado um dos lotes de um agricultor já idoso e de desmatar parte do lote para a construção da moradia. Apesar do seu desejo de serem agricultores, nota-se que os costumes e

necessidades das pessoas que vivem em grandes centros ainda influenciam de forma substancial suas vidas, inclusive agora que vivem no rural.

Neste processo paisagens agrícolas vem sendo alteradas pelos simples fato da mudança, o deslocamento e perspectivas de um lugar melhor, vem dar espaço a transformações como substituições de áreas de matas por áreas de plantios, no caso da agricultora mencionada esta comprou um terreno no mesmo ramal e abandonou seu antigo terreno a beira do lago, deixando para trás sua roça suas fruteiras e sua casa, estando disposta a modificar outra paisagem que pode ser ou não igualmente transformada ou segundo ela que já dividiu o terreno com os filhos sofrer mudanças decorrentes do que esta absorveu de suas mudanças.

As mudanças na paisagem da agricultura familiar são influenciadas pela mobilidade do trabalho no que diz respeito ao deslocamento de algum membro da família para executar atividades fora da propriedade, havendo assim, uma ausência de força de trabalho na agricultura familiar, ou seja, ao mesmo tempo em que se tem uma mão de obra a menos, se tem uma renda a mais para se investir em mudas e sementes e adubo quando necessário e muitas vezes essa renda a mais contribui pra que se compre comida, roupa, material escolar e até mesmo nova tecnologias apreendidas do urbano.

5.4. Modificações da paisagem de agricultura familiar amazonense

A Região Metropolitana de Manaus tem acelerado as transformações na localidade, mudança estas impulsionadas pela ponte que liga Manaus a Manacapuru, mudança estruturais, sociais e ambientais tem ocorrido no sistema de agricultura familiar, influenciando e até mesmo alterando a paisagem da agricultura familiar.

A paisagem não diz respeito apenas aos limites físicos do espaço ocupado, mas aos limites do que é vivido e sentido, daí as variáveis influenciadas pela proximidade com o urbano como especulação imobiliária, aumenta de consumo de bens duráveis e não duráveis utilizações de tecnologias diferenciadas das usadas tradicionalmente, deslocamentos de atividades a outras, busca de oportunidades de estudo, comporem o cenário da mobilidade do trabalho influenciador de mudanças na paisagem.

O fenômeno da mobilidade tem se apresentado por meio das especulações acerca da ponte e que este processo se acelerou após sua conclusão. Os agricultores em busca de uma renda maior procuram fazer outras atividades e/ou buscar empregos formais e informais, além de diárias em outras áreas, o que se configura na teoria de mobilidade do trabalho, em

mobilidade espacial, este fenômeno tende a modificar as paisagens da agricultura familiar, uma vez que o tempo em que o agricultor executa atividades em outra localidade faz com que ele deixe de plantar e de manter a agricultura familiar essencial a sobrevivência de sua família, neste fato existe também a troca de um setor a outro da economia, se configurando a mobilidade setorial, em algumas situações esta troca pode representar a fixação do agricultor em outra atividade diferente da agricultura, representando o abandono da agricultura familiar.



Figura 19 – Propriedade de agricultura familiar recentemente murada na Com. de Bom Jardim.

Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012.

Além da mudança da paisagem por meio de muros e cercas (Figura 19), notou-se que algumas propriedades que antes eram de famílias de agricultores agora pertencem a famílias residentes em Manaus que transformaram a área em local de descanso de fim de semana, sendo constante encontrar placas com nomes de sítios, chácaras ou propriedade particular (Figura 20).



Figura 20 – Foto de Novos sítios de recreio de fim de semana sendo cercados .

Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012

A imagem apresenta um sítio de fim de semana, nesse sítio trabalharam alguns agricultores na diária para a limpeza do terreno e construção da casa. Quando entrevistado sobre o motivo da compra do terreno no local o proprietário relatou que:

Eu comprei aqui por 15 mil, o antigo dono se mudou pra Manacapuru porque já estava idoso e os filhos não queriam trabalhar com agricultura e ele e a mulher sozinha não estavam dando conta, eu gostei muito daqui porque eu moro em Manaus e sexta já venho pra passar o fim de semana com a família, até planto umas coisinhas só pra a gente mesmo, eu gosto foi muito daqui, tem luz, água e o ramal é asfaltado (C. S, 37 anos, recém chegado na comunidade Bom Jardim, Manacapuru, AM).

Como se vê a presença da paisagem caracterizada por famílias vivendo lado a lado e produzindo de forma conjunta seja por meio de mutirões, trocas de mudas, empréstimos de ferramentas como a roçadeira tem diminuído na localidade devido as pressões pela ocupação na localidade. A agricultura por ser uma atividade que estar sujeita fundamentalmente nos recursos naturais dos processos ecológicos e, na mesma medida, dos desenvolvimentos técnicos humanos e do trabalho, na tomada de decisões na agricultura, influi tanto condicionantes internos às explorações como as políticas impostas no âmbito local, nacional ou internacional.

Antes da ponte os agricultores declaravam em sua maioria que esta traria mais vantagens para os agricultores familiares (Gráfico 30).

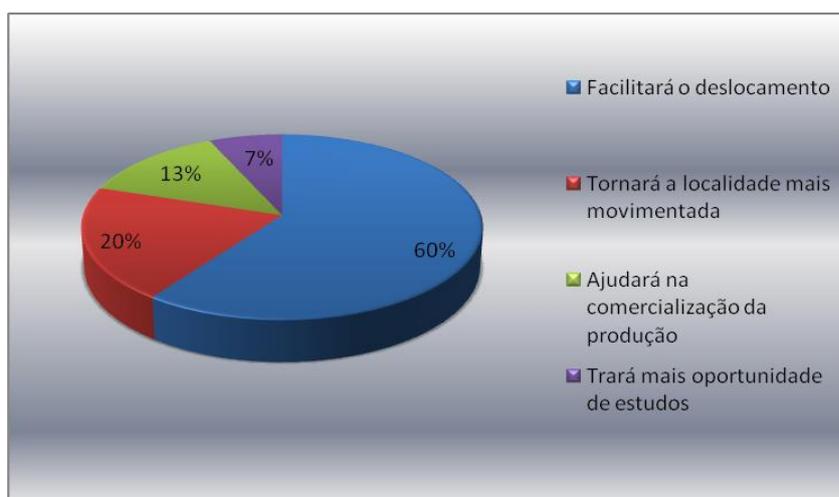


Gráfico 30- O que a ponte traria de mudanças nas comunidades estudadas nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo, 2010 a 2012.

Os entrevistados 60% disseram achar que a localidade se tornaria um local com maior possibilidades de deslocamento ficando inclusive mais movimentada (20%) após a construção da ponte, este fator tem alterado as paisagens pois o fluxo maior de pessoas tende a transformar os espaços por meio do aumento de consumo de alimentos sejam os produzidos pelo próprio sítio, seja no caso de vistorias de familiares nos fins de semana que levam comida, utensílios, dentre outros bens para os sítios representando também aumento de lixo nas localidades, seja por meio da readaptação de propriedades para acolher o fluxo maior de pessoas., 7% achavam que a ponte traria mais oportunidade de estudos para os filhos, sendo relatado até o programa do bolsa universidade do governo federal como uma boa alternativa para os filhos buscarem oportunidades de estudos e 13% relataram que a ponte facilitaria a comercialização o que poderia alterar as paisagens no sentido de ser um estímulo a produção pois os agricultores sentiriam mais vontade de continuar na agricultura existindo a oportunidade de comercializarem seus produtos também na capital.

Quando questionados sobre ‘o que vc percebeu de mudanças após a conclusão da ponte e sua liberação para uso, os entrevistados relataram ter observado que aumentaram os roubos e a violência no local (27%), assim como também foram mencionados aumento de acidentes com motos e carros no ramal, a maioria dos entrevistados disse que após a conclusão da ponte a maior mudança no local diz respeito a diminuição da distância a Manaus, 20% relatou ter achado que a localidade está se assemelhando a Manaus, devido ao fluxo de pessoas, de carros e de comércios que vem surgindo no local bem como os sítios de fim de semana e as facilidades no que diz respeito a logística facilitada pela diminuição do tempo de ir e vir de Manaus.

Quando questionamos a percepção de agricultores sobre a paisagem dos seus terrenos, da localidade e de como está a comunidade após a ponte referindo-se as mudanças (Gráfico 31), ou seja uma comparação de como era e de como está, observou-se as seguintes respostas:

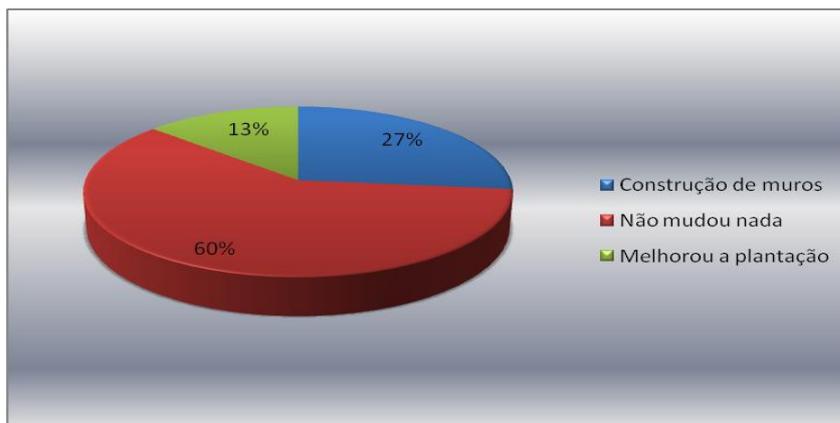


Gráfico 31- O que a ponte trouxe de mudanças para as propriedades e paisagens nas comunidades nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo 2010- 2012.

Dos entrevistados 60 % relataram achar não ter mudado nada no seu terreno, nem no local, sendo estes os que continuam com seus terrenos do mesmo modo que era antes da ponte, entretanto pensam em mudar aspectos estruturais, como aumento da produção, construção de comércio, de uma casa de alvenaria no lugar da casa de madeira, esse aspecto foi bastante observado ao longo da pesquisa, 27 % relatou a construção de muros a mudança que mais vem ocorrendo no sentido de mudar a paisagem, pois antes a ponte não existiam terrenos de agricultores com muros e cercas pois todos se conheciam e se ajudavam, entretanto após a ponte o fluxo de pessoas diferentes no local aumentou consideravelmente, a ponto de alguns agricultores sentirem insegurança, 13 % relataram que com o advento da ponte suas plantações melhoram devido a facilidade de poder ir a capital comprar produtos agrícolas necessários a produção. Quando questionamos “E o que vc sente a respeito da mudança que a ponte trouxe para a vida de suas famílias?” (Gráfico 32).

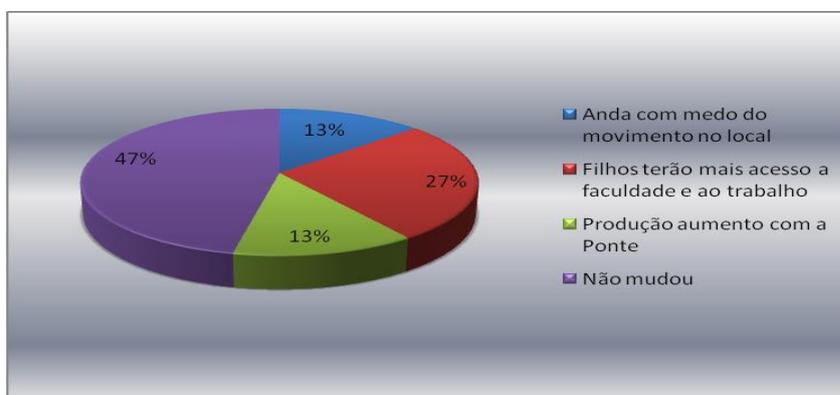


Gráfico 32- O que a ponte trouxe para sua vida ou a proximidade com o urbano nas comunidades estudadas nas comunidades de Bom Jardim, Nossa Senhora do Livramento e Rei Davi, Manacapuru/AM, 2011 a 2012. n (total) = 124, n (f) = 60, n (m) = 64.

Fonte: Dados de campo, 2010 a 2012.

Os agricultores percebe a construção da ponte como muito boa no que diz respeito a educação dos filhos, melhoria da plantação com adoção de novas tecnologias, entretanto, a maioria diz não ter mudado na sua vida, apenas uma parte relatou andar com medo de viver no local devido o aumento do fluxo de pessoas no local.

Observa-se abaixo a chegada do Programa Luz para Todos (Figura 21) nas localidades mais distantes nas quais duas das estudadas se encontram na Comunidade do Paru e do Calado, representando o desenvolvimento local, são essas comunidades mais distantes da proximidade com a entrada do ramal que possuem o maior número de agricultores familiares com características tradicionais.



Figura 21 – Imagem do Programa Luz para todos do Governo Federal na entrada da Comunidade Rei Davi
Foto: Gizele M. Uchôa, 2011.

As comunidades já vem modificando algumas propriedades, substituindo casas e madeira por de alvenaria, construindo muros, desmatando e queimando para divisão de lotes conforme se observa nas imagens (Figura 22 e 23).



Figura 22 – Casa sendo construída na comunidade de Nossa Senhora do Livramento.

Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012.



Figura 23 - Área sendo queimada na comunidade Rei Davi

Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012.

5.5. Conservação e manejo ambiental ou Sustentabilidade.

A agricultura por ser uma atividade que está estritamente dependente dos recursos naturais e dos processos ecológicos e também da utilização dos desenvolvimentos técnicos humanos e do trabalho. Os fatores de produção andam convergindo para a conservação dos recursos, seja por meio da utilização que a mesma faz de tecnologias por meio das circunstâncias naturais e socioeconômicas que influenciam os sistemas de cultivo: as circunstâncias naturais impõem então, a sustentabilidade ambiental no nível local quando o

manejo realizado no agroecossistema aproveita a produtividade dos recursos naturais renováveis.

Pode-se dizer então que a adaptabilidade das espécies aos ambientes tem na espécie humana seu principal significado pelas estratégias possíveis de serem culturalmente estruturadas no uso dos recursos naturais. Para Moran (1990) o conceito de adaptação se torna explicativo, quando considerado com o objetivo de estudar os processos pelos quais uma população interage com seu ambiente. Adaptação, portanto, é um processo no qual tempo e interação são componentes necessários.



Figura 24 – Imagem a beira do Lago do Paru na comunidade de Rei Davi.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012.

Muitos dos agricultores no local tiram recursos do lago e da mata (Figura 24), coletando alimentos, fibras, tinturas, resinas, ervas medicinais, bem como materiais de construção, além de possuírem conhecimento da qualidade do solo, através da vegetação nela existente e a decisão de plantar determinada espécie num determinado terreno baseia-se nesse conhecimento (NODA, 2007).

Desta maneira nota-se que as populações tradicionais vêm desenvolvendo ao longo do tempo sistemas de manejo adaptados às condições ambientais e ainda conservam as suas moradias de madeira, na qual todos os membros da família moram juntos (Figura 25), possuindo desta maneira um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais, voltado principalmente para a sobrevivência, baseada no uso da mão de obra familiar, em tecnologias de baixo impacto ambiental, derivadas de conhecimentos culturais patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Estas populações na localidade em sua maioria ocupam a regiões há muito tempo, e não tem em sua maioria o registro legal de propriedade privada

individual da terra, entretanto conservam a terra para fins de sobrevivência e por meio da valorização do ambiente.



Figura 25 - Imagem de propriedade de agricultura familiar tradicional na com. de Rei Davi.

Foto: Gizele M. Uchôa, 2012.

Com o advento da proximidade com o urbano e o acesso a mais recursos como a construção de poços para suprir a dificuldade de acesso ao recurso água, à agricultura coexiste com essa nova realidade de urbano/rural sendo comum se verificar resíduos sólidos compondo a paisagem da agricultura, sendo algumas vezes aproveitados os resíduos como ferramentas em meio à plantação, na caracterização da vida na localidade, dificuldades de acesso à água ainda é uma das dificuldades mais citadas na localidade, mesmo com as melhorias da distribuição de energia elétrica e pavimentação do ramal. Esta dificuldade de acesso à água ainda é mais notada em localidades mais distantes da entrada do ramal, nas comunidades do Rei Davi e Nossa Senhora do Livramento alguns agricultores mencionaram a falta de água como um fator que influenciou na mudança de um local ao outro.

O jeito do caboclo que após a manhã de trabalho descansa em uma rede ainda continua a ser visualizado nas comunidades, o canto em que a família se reúne pra descansar e conversar. No entanto a vida acelerada chegou às comunidades por meio de múltiplas atividades que o agricultor vem executando. Após as práticas da agricultura familiar, os membros da família descansam no mesmo local. As roças ainda são feitas como sempre foram, por meio do sistema de produção baseado em práticas de agroflorestais de produção caracterizadas pelo manejo das terras numa integração, simultânea e sequencial, entre árvores e/ou animais e/ou cultivos agrícolas. Os fatores de produção combinados com a utilização de

técnicas convencionais e tradicionais influenciam no funcionamento do sistema produtivo. Assim também na localidade, o sistema agroflorestal de produção em agricultura, extrativismo e pecuária, criação de abelhas desenvolve-se por meio de alguns componentes principais conforme notado no local (NODA, 2007).

5.5.1. Roça ou cultivos de roça

As atividades produtivas de Roça são realizadas em terra firme na localidade, sendo este o espaço onde são cultivadas plantas arbustivas e herbáceas, dentre estas a de maior frequência é a mandioca, utilizada para a produção de farinha e seus derivados. Existem no local roças de frutos também, como roça de abacaxi, roça de maracujá, de melancia.

São produções temporárias e permanentes das quais resultam primeiramente produtos destinados ao consumo da família comercializando-se apenas o excedentes. Essa produção familiar compõe parte da produção do município sede da localidade.



Figura 26 – Agricultor mostrando sua roça.
Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012.

O agricultor expõe sua roça demonstrando o consórcio com frutos (Figura 26). As roças no local representam a paisagem componente dos sistemas agroflorestais no local, bem como a paisagem vivida e sentida pelos agricultores, representando o principal fornecedor de alimentos para a sustentação diária dos agricultores na localidade. O período de plantio na localidade começa entre os meses de abril e agosto, mas as atividades costumam ser regulares durante o ano de acordo com as necessidades da família. O período da seca, quando chove pouco na região segundo os agricultores, costuma ir até outubro e começo de novembro. Os

agricultores relataram que o processo de plantio, que as épocas de plantio e colheita dependem de cada espécie plantada.

5.5.2. Cultivos

No que concerne aos cultivos, encontramos espécies cultivadas em consórcio ou como cultivos solteiros. Os agricultores adaptam objetos para se tornarem de ferramentas a serem utilizadas na roça e na agricultura (Figura 27).



Figura 27- Adaptação de uma carcaça de geladeira para canteiro de cheiro verde
Foto: Gizele M. Uchôa, 2010-2012.

As áreas apresentam cultivos de hortaliças, cada cultivo ocupando espaço determinado e definido. A identificação das espécies foi realizada pelo chefe da família em alguns momentos a esposa identifica alguns plantios. A identificação foi completada por meio dos itens do questionário sobre cultivos agrícolas, demonstrando as espécies vegetais mais encontradas no local (Apêndice 1).

5.5.3. Sítio

No componente sítio são cultivadas as espécies arbóreas, frutíferas, plantas medicinais, ornamentais dentre outras, animais de pequeno porte, os sítios encontram-se nas proximidades das casas na localidade estudada.

A componente roça, cultivos e sítios juntos representam uma diversificação de produção, de produtos destinados ao autoconsumo representando uma estratégia de

conservação dos recursos naturais e da paisagem da agricultura familiar, só se comercializando o excedente.

O extrativismo vegetal é realizado em meio à floresta o que constitui um elemento da paisagem, os produtos extraídos vão de alimentos, condimentos, remédios, aromáticos, madeiras até fibras, tais produtos extraídos da floresta, são utilizados para o consumo da família em poucos casos se utiliza a madeira para a construção de canoas que só são vendidas em caso de necessidade de se aumentar a renda da família. A extração de produtos da floresta foi citada por todos os entrevistados, de todas as comunidades atendendo somente as necessidades da família como mencionado. Deste modo se observa que a agricultura familiar se utiliza de múltiplas unidades de paisagem, compostas pelos sítios, roças, cultivos que contribuem para a constante manutenção dos sistemas de produção agrícola, favorece para conservação dos recursos e promove a sustentabilidade da produção familiar.

5.5.4. Sustentabilidade dos processos produtivos na agricultura familiar

A comprovação da sustentabilidade dos processos de agricultura familiar nos remete e pensar se o paradigma da modernização da agricultura apoiadas em práticas e políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, deve ser substituído, notadamente por um novo paradigma, o do “desenvolvimento rural”, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de paisagens baseadas nas sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

Verifica-se na localidade uma nova paisagem se configurando, onde se misturam os componentes da agricultura familiar e os componentes da economia de mercado, onde o agricultor se divide entre as tarefas da agricultura e seu empreendimento familiar, a mobilidade setorial apresenta-se modificando paisagens, em meio a persistência da agricultura familiar.

Desta forma no que diz respeito à conservação dos recursos e manejo ambiental o sistema de produção dos agricultores familiares estudados apresenta-se com características semelhantes nas comunidades estudadas, onde a geração de produtos depende fundamentalmente da quantidade de força de trabalho da família, entretanto em meio às pressões impostas pela proximidade com o urbano, influenciadores de processos de mobilidade, as paisagens da agricultura compostas por sistemas de roça, cultivos e sítios nos

quais se desenvolvem atividades praticadas em ambientes pouco modificadas, em sistemas de produção que envolve o manejo agroflorestal tendem a se transformar em novas paisagens que mesclam o rural e a presença do urbano, onde se modificam as paisagens físicas e as vividas e sentidas, nestas comunidades a base de produção é a mandioca, para a produção da farinha, além da utilização de outras espécies cultivadas nos sítios.

A unidade de paisagem considerada para a realização da pesquisa considerou os espaços capazes de sofrer a intervenção dos agricultores familiares para a produção ou extração de recursos, deste modo os espaços de paisagem mostram o processo de ocupação humana em função da evolução de suas paisagens, de modo a configurar a transformações da paisagem natural em um sistema agroflorestal, com espécies de diversos tipos de estratificação, destinadas ao consumo e comercialização. (NODA, 2007, p. 331)

Notou-se que nas unidades de paisagens estudadas, os agricultores familiares reconhecem e percebem as paisagens pelo uso que fazem dela e pelos laços afetivos, por meio da herança de seus antepassados, apego a terra, por meio do que Yi- Fu Tuan (1980) define-se como topofilia, sentimento diante da experiência vivida.

A interação dos agricultores com a paisagem ocorre por meio da interação com natureza e as formas de atividades produtivas especializadas na utilização dos recursos ‘disponíveis nos ecossistemas locais de origem natural ou por meio do manejo desses sistemas, só sendo alterada essa relação por meio de pressões advindas com a urbanização, destacando-se no local estudado a mobilidade do trabalho e seus desmembramentos como propulsores de novos cenários de paisagens na agricultura familiar. (NODA, 2007)

6. CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES)

A mobilidade do trabalho vem a ser o fenômeno no qual as pessoas se deslocam impulsionadas pelo capital, englobando além dos deslocamentos o seu homólogo setorial ou profissional. Em todos os casos, trata-se de num deslocamento de uma esfera para outra. Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os seres humanos submetem seu comportamento às exigências do crescimento capitalista, na qual se configura uma estratégia de mobilidade forçada.

O discurso econômico deste modo serve de verniz para demonstrar, quer a inevitabilidade do fenômeno, quer a existência de vantagens individuais ou coletivas que sustentam o fenômeno influenciador das transformações na paisagem da agricultura familiar e no ambiente dos referidos sistemas, estando às unidades de paisagem assentadas nos espaços passíveis de sofrer intervenções dos agricultores familiares para a produção e extração de recursos, onde os componentes naturais se encontram apropriados para a produção de recursos para autoconsumo da família.

Os agricultores familiares da localidade do Paru e Calado no município de Manacapuru no Amazonas mantêm relações produtivas múltiplas com a família e os recursos naturais, formando um sistema baseado no manejo florestal utilizando agroecossistemas, empregando diversas estratégias de uso dos recursos.

No que concerne ao estudo da mobilidade do trabalho nas comunidades estudadas, ocorre em alguns momentos busca de uma moradia ou propriedade considerada um pouco melhor, quando possui fácil acesso a água, a luz, ao transporte ou a serviços básicos de saúde e educação. Ocorrem nas comunidades estudadas mudanças às vezes do Paru para o Calado ou vice-versa, sendo que alguns agricultores apresentam-se como sendo do Paru ou do Calado. As plantações nessas regiões eram compostas em sua maioria nos primórdios da ocupação da área pelas roças de milho, macaxeira e mandioca, ainda sendo conservadas tais plantações como fundamentais ao sustento da família.

A maioria dos entrevistados veio de outro município do estado, alguns vieram com seus pais no início da ocupação das comunidades por meio do Programa de Ocupação do INCRA, que loteou as terras das comunidades a alguns agricultores que se destinassem exclusivamente a agricultura, existe uma parte dos entrevistados que veio por meio de indas e vindas no interior até se identificarem e se fixarem na localidade, na configuração deste movimento é possível perceber as forças da mobilidade impulsionando essas indas e vindas das pessoas.

Entretanto os relatos de última moradia dos agricultores não chega a encerrar a presença do fenômeno estudado, pois este continua a se permear nas comunidades em meio as especulações de desenvolvimento urbano nas comunidades advindas com a institucionalização da RMM e a conclusão da Ponte ligando Manaus a Manacapuru.

Porém, emerge um processo de transformação da paisagem impulsionada pela mobilidade do trabalho influenciada pela Institucionalização e efetivação da Região metropolitana de Manaus, na qual os agricultores praticam diversas outras atividades inerentes à agricultura familiar por meio da mobilidade setorial, e por meio de deslocamentos de uma localidade a outra para executar outras atividades, fato este que compromete a composição da produção familiar, devido às horas de trabalho na agricultura familiar serem destinadas a outras atividades, especulação imobiliária, loteamento, fenômenos influenciados pela metropolização na qual se expande o urbano aos limites adjacentes, podendo isto alterar as características da paisagem agrícola.

Neste sentido identificaram-se com a mobilidade, mudanças no cenário da agricultura, como a modificação das moradias que estão adquirindo aspectos mais urbanos e o surgimento de áreas de sítios de fim de semana, muitas áreas com muros, representação das apreensões dos agricultores familiares quanto à violência advinda com a expansão do urbano.

As áreas ocupadas por agricultores familiares nos Lagos do Paru e Calado no Município de Manacapuru, apesar de representarem paisagens produtivas, vêm sofrendo alterações com a proposta de institucionalização da região Metropolitana de Manaus pela Lei Complementar n° 59 de 27 de dezembro de 2007 e, a conseqüente pressão pela ocupação humana das áreas e o crescimento urbano com o aumento e complexidade dos fatores limitantes para a produção agrícola local.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. São Paulo: ANPOCS; UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. In: São Paulo em Perspectiva, v.11, n.02, p.73-78, abril/jun.

ALENCAR, Edna Ferreira. Políticas públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea do Alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, Deborah de Magalhães (org.). **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA/Provárzea, 2005. P. 59-100.

ALVES, Cláudia. **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: UFRR, 1999.

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. **As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente – SP**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v.20, n. 2, p. 177-198, 2008.

BAENINGER, R. A população em movimento. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Org). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Nesur-IE/Unicamp, 2002.

BARCKZAK, R.; DUARTE, F. SÁ, L. M.; MAKIUCHI, M. F. R. Impactos ambientais da mobilidade urbana: cinco categorias de medidas mitigadoras. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 13-32, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/urbe>. Acesso em: 13 de agosto de 2012.

BATISTA, Djalma da Cunha. **O complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. **Manual de Introdução à Amazônia**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1996.

BEGOSSI, Alpina (org). **Ecologia de pescadores de mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004. 332 p.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global – Esboço Metodológico**. Trad. O. Cruz. São Paulo, SP. Instituto de Geografia – USP/ Série Caderno de Ciências da Terra, 1972.

BRASIL, M; TEIXEIRA, P; SANTOS, CA dos . **A população da Amazônia - 1940 a 2000**. In: Mendes, Armando Dias. (Org.). *Amazônia Terra & Civilização: Uma Trajetória de 60 anos*. 1a. ed.

BLEY, Lineu. Morretes: um estudo de paisagem valorizada. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 121-138.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

CAMARGO, Cândido Procópio. **Dinâmica populacional como processo histórico social**. In: SANTOS, Jair; LEVY, Maria Stella Ferreira; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. P. 13-18.

CAMPBELL, Bernard. **Ecologia Humana**. Tradução: Ligia Guterres. Lisboa: Edições 70, 1983. 260 p.

CARLOS, Fani. *A reprodução do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 270 p.

CAVALCANTI, Clóvis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 436 p.

CAVALCANTI, Clóvis. Economia e Ecologia: problemas da governança ambiental no Brasil. Revista Iberoamericana de Economia Ecológica, vol. 1. p. 1-10. 2004. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix_en/GT6-113-145-20110620233745.pdf. Acesso em: 12 de março de 2012.

C O S TA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.2, nov. 1999, p. 55-71. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/issue/view/3/showToc>. Acesso em: 15 de março de 2012. Acesso em: 14 de fevereiro de 2012.

CUNHA, J. M. P. **Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, v.19, n.4, out./dez.2005. Prelo.

DEL RIO, Vicente. Cidade da Mente, Cidade Real. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental: A experiência Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1998.265 p.

DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (USP), 2001.294 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: UNRISD/NUPAUB, 1999. 146 p.

EMPERAIRE, Laure. A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia central. São Paulo: UNESP, 2000. 233 p.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977. 405 p.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2004. 300 p.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**; tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.177 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1991.

HERÉDIA, Beatriz Maria Alasia. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 1964 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA /IBGE: **Sinopse preliminar do censo demografia**. – Recenseamento geral 2010. Amazonas. 2012.

GOMES, V., S. A. PESSOA e M. B. LISBOA. “**Evolução da Produtividade Total dos Fatores para a Economia Brasileira: uma análise comparativa**”, Ensaio Econômico EPGE 483, 2003.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade** / Deborah Lima, organizadora.— Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

LAMARCHE, Hugo. **Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. 2 ed. São Paulo: UNICAMPI, 1997. 336 p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática,1980.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. 240 p.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade do Poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. 343p.

LIMA, Deborah M.; ALENCAR, Edna. F. **Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões**. In: TORRES, Haroldo; MONTEIRO, Heloisa. (Orgs.). População e meio ambiente: debates e desafios. Brasília: SENAC & Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2000. p. 133-161.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 52 DE 30 DE MAIO DE 2007.

MARQUES, Ivan da Costa. “**Desmaterialização e Trabalho**” in LASTRES, H. M.M. Informação e Globalização na Era do Conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp.191-216.

MARX, Karl. **Formação Econômica Pré-capitalista**. Introdução de Eric Hobsbawm. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1991. 138 p.

MARX, Karl. O capital. **Coleção Os economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**; tradução de Cláudia F. Falluh. São Paulo: UNESP, 2010.

MELO, ML de; MOURA, A de. **Migrações para Manaus**. Recife: Editora Massangana, 1990.

MORÁN, Emílio. F. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MENDES, Armando Dias. **A casa e suas raízes. Ensaio sobre ecologia, economia e ecomenia** . Belém: Cejup, 1996.

MENDES, Armando Dias. **A invenção da Amazônia**. 2.ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

MOREIRA, M de M.; MOURA, HA de. **A dinâmica populacional da Região Norte**. Manaus: FUNDAJ/IESAM, 1997.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. BCD UNIÃO DE EDITORAS S.A. Tradução: Science avec conscience, 1998. 350 p.

MORIN, Edgar. **O método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2001. Tradução de Marina Lobo. 528 p.

MORAN; E. 1990. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ. Editôra Vozes. 367p.

MOURA, HA de; MOREIRA, M de M. **As migrações na região norte em período recente: uma abordagem preliminar**. Manaus: FUNDAJ/IESAM, 1996. (Textos IESAM, 1).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade**. Petropolis, RJ: Vozes, 2007. 108 p.

NODA, Sandra. N. A agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva. In: **A cultura de juta e malva na Amazônia ocidental**. São Paulo: Annablume, 2010.466 p.

NODA, Sandra. N. **Agricultura familiar na Amazônia das águas**. Amazonas: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 207 p.

NODA, Sandra. N. **As relações de trabalho na produção amazonense de juta e malva**. Dissertação de mestrado/ ESALQ - USP. Piracicaba, 1985.

NODA, Sandra. N. Etnoecologia dos Recursos Genéticos Vegetais na Calha do Rio Solimões - Amazonas. In: **Domesticação e Melhoramento: espécies amazônicas**. Editores: Aluizio Borém, Maria Teresa Gomes Lopes e Charles Roland Clement. Minas Gerais, 2009.

NODA, Sandra. N. **Na Terra como na Água: Organização e Conservação de recursos Naturais terrestres e Aquáticos em Localidade da Amazônia Brasileira**. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Biociências. Curso de Pós-graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade. Cuiabá, MT. 182 p. (Tese de Doutorado). 2000.

NODA, Sandra do Nascimento et al. **Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas**. In: DIEGUES, Antônio Carlos & MOREIRA, André de Castro C. (orgs). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

NODA, H. & NODA, S. N. 1994. Produção Agropecuária. In: **Amazônia uma proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental**. Brasília. IBAMA, p.129-155.

OJIMA, Ricardo. **A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Campinas. **Anais**. Caxambu (MG): ABEP, 2006, p.1-19. Disponível

em: <[http://www.ence.sistemas.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/3%20%20Ojima%20\(A%20BEP2006_632\).pdf](http://www.ence.sistemas.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/3%20%20Ojima%20(A%20BEP2006_632).pdf)>. Acesso em: 22 de setembro de 2011.

PEREIRA, Henrique dos Santos. **Extrativismo e agricultura: as escolhas de uma comunidade ribeirinha do Médio Solimões**. 1992. 168 f. Dissertação (Mestrado em Biologia – Ecologia). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus.

PERONI, Nivaldo; MARTINS, Paulo Soderó. **Influências da dinâmica agrícola itinerante na geração de diversidade de etnovariedades cultivadas vegetativamente**. Interciência. v. 25, n. 1, p. 22-29, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. São Paulo: Gramond. LTDA. 152 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Ed. Garamond LTDA Tradução. José Lins Albuquerque Filho. 2004. 96 P.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1993.

SAGRILO, Edvaldo. **Agricultura familiar**. Teresina: EMBRAPA, 2002. 74 p.

SAWYER, DR. **Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial**. Rev. Bras. Est. Pop., Campinas, v. 1, nº1/2, jan./dez., 1984. p.3-34.

SILVA NETO, Benedito. **Abordagem sistêmica, complexidade e sistemas agrárias**. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELOS, Helenira Ellery M. (Orgs.). Agricultura Familiar – Abordagem Sistêmica. Sergipe: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 81-103.

Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento / organizadores: João Sicsú, Armando Cas-telar. – Brasília: Ipea, 2009. 252 p. : gráfs., tabs. Noda, H. (Coordenador); Campos, M. A. A; Ferraz, J. B.; Iriarte-Martel, J. H.; Mamed, F. A. ; Martins, G. C.; Melo, W. F.; Noda, S. N.; Peixoto, G. A. N. ; Ribeiro, G.A.; Saragoussi, M.; Silva, N. M. & Vieira, G. 2000. **Pequena Produção de Terra Firme no Estado do Amazonas**. Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas. 80 p.

SHANLEY, P.; MEDINA, G. **Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica**. Belém: Centro para Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR) e Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2005. 300 p.

STEMBERG, Hil; TUAN, Y. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo, SP. DIFEL/Difusão Editorial. 288p. il. 1980.

STEINBERGER, Marília; ALENCAR, Taiguara Raiol. **Patamar urbano de poder na Amazônia brasileira: Uma proposta preliminar para discussão**. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-Minas Gerais-Brasil, setembro de 2004. p.1-16.

TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira. **Produzir e viver na Amazônia rural: estudo sociodemográfico de comunidades do Médio Solimões**. - 2. ed. rev.– Manaus: Instituto I-piatam, 2008. 192p.

TEIXEIRA, P. BRASIL, M. **Características da dinâmica demográfica do Município de Manaus**. UFAM/Depto. Geografia, 2007.

TSCHIEDEL, Mauro; FERREIRA, Mauro Fernando. **Introdução à agricultura de precisão: conceitos e vantagens**. In: Ciência Rural, Santa Maria, v.32, n.1, p.159-163, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**; trad. Ana Thorell – 4.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2009. 248 p.

ZALUAR, Alba. A abordagem ecológica e os paradoxos da cidade. **Revista de Antropologia da USP**, vol. 53 n. 2, julho-dezembro 2010, São Paulo, SP. p. 611. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37712/40441>. Acesso em: 25 de agosto de 2011.

Apêndice

Apêndice 01

	Denominação Regional	Espécie
1	Abacate	<i>Persea americana</i> Mill
2	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.
3	Abiu	<i>Pouteria caimito</i> (Ruiz & Pav.) Radlk.
4	Açaí do Amazonas	<i>Euterpe precatória</i> Mart.
5	Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.
6	Araçá- boi	<i>Eugenia stipitata</i> McVaugh.
7	Ata	<i>Annona squamosa</i> L.
8	Azeitona da Amazônia	
9	Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.
10	Bacuri	<i>Platonia insignis</i> Mart.
11	Banana	<i>Musa</i> SP.
12	Batata-doce	<i>Ipomoe batatas</i> (L.) Lam.
13	Biribá	<i>Rollinia mucosa</i> (Jacq.) Baill
14	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.
15	Cacau	<i>Theobroma caçõ</i> L.
16	Café	<i>Coffea arábica</i> L.
17	Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.
18	Camu-camu	<i>Myrciaria dúbia</i> (Kunth) McVaugh
19	Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i> L.
20	Canela	<i>Aniba</i> sp.
21	Carambola	<i>Averhoa carambola</i> L.
22	Cariru	<i>Amaranthus</i> sp.
23	Castanha	<i>Bertholletia excelsa</i> Humb. & Bonpl.
24	Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i> L.
25	Chicória	<i>Eryngium foetidum</i> L.
26	Cipó- alho	<i>Adenocalymma alliaceum</i> Miers.
27	Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.
28	Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.
29	Couve	<i>Brassica oleraceae</i> var. <i>acephala</i> DC.
30	Cravo	<i>Dianthus caryophyllus</i> L.
31	Cuia	<i>Crescentia cujete</i> L.
32	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Wild. Ex Spreng.) K. Schum.
33	Dendê	<i>Elaeis guineensis</i> L.
34	Feijão de metro	<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.
35	Fruta pão	<i>Artocarpus altilis</i> (Parkinson) Fosberg

36	Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.
37	Graviola	<i>Annona muricata</i> L.
38	Ingá	<i>Inga</i> sp.
39	Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.
40	Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i> L.
41	Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.
42	Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.
43	Jerimum	<i>Curcubita máxima</i> Duchesne.
44	Laranja	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck
45	Lima	<i>Citrus aurantifolia</i> Swingle.
46	Limão	<i>Citrus limon</i> (L.) Burm.
47	Limão- tangerina	<i>Citrus</i> sp.
48	Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i> Crantz.
49	Malvarisco	<i>Pothomorphe umbellata</i> (L.) Miq.
50	Mamão	<i>Carica papaya</i> L.
51	Mandacaru	<i>Cereus giganteus</i> Engelm.
52	Manga	<i>Mangifera indica</i> L.
53	Mangarataia	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe.
54	Manjericão	<i>Ocimum basilicum</i> L.
55	Manjerona	<i>Origanum majorana</i> L.
56	Mapati	<i>Pourouma cecropiate</i>
57	Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims.
58	Maracujá do mato	<i>Passiflora edulis</i> Sims.
59	Mari-amarelo, umari	<i>Poraqueiba sericea</i> Tul.
60	Marimari	<i>Caassia leiandra</i> Ben
61	Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.
62	Maxixe	<i>Cucumis anguria</i> L.
63	Melancia	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai
64	Milho	<i>Zea mays</i> L.
65	Onze horas	<i>Portulaca</i>
66	Papoula	<i>Hibiscus</i> sp.
67	Pepino	<i>Cucumis sativus</i> L.
68	Pião-branco	<i>Jatropha curcas</i> L.
69	Pião-roxo	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.
70	Pimenta	<i>Capsicum</i> sp.
71	Pimenta ardida	<i>Capsicum</i> sp.
72	Pimenta doce	<i>Capsicum chinense</i> Jacq.
73	Pimentão	<i>Capsicum annum</i> L.
74	Piquiá	<i>Caryocar vilosum</i> (Aubl.) Pers.
75	Pitomba	<i>Talísia esculenta</i> (A. St. – Hil) Radlk.
76	Pobre-velho	<i>Costus spic</i> (Jacq.) Sw.

77	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth
78	Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.
79	Quiabo	<i>Hibiscus esculentus</i> L.
80	Repolho	<i>Brassica oleracea</i> L.
81	Samambaia	<i>Nephrolepis</i> sp.
82	Sapota	<i>Dystovomita brasiliensis</i> D'Arc.y
83	Sapoti	<i>Manikara zapota</i> (L.) P. Royen.
84	Sara tudo	n.i
85	Sena	<i>Cuphea antisiphilitica</i> Kunth.
86	Seringa	<i>Hevea brasiliensis</i> (Willd. Ex A. Juss.) Mull. Arg.
87	Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i> L.
88	Tangerina	<i>Citrus nobilis</i> Lour.
89	Taperebá	<i>Spondias mombim</i> L.
90	Tomate	<i>Lycopersicon esculentum</i> Mill.
91	Trevo	<i>Trifolium arvense</i> L.
92	Trevo roxo	<i>Hyptis atrorubens</i> Poit.
93	Tucumã	<i>Astrocaryum, aculeatum</i> G. Mey.
94	Uixi	<i>Endopleura uchi</i> (Huber) Cuatrec.
95	Urucum	<i>Bixa orellana</i> I.
96	Vai-e-vem	n.i.
97	Vassorinha	<i>Scoparia dulcis</i> L.
98	Vick	<i>Faramea corymbosa</i> Aubl.

Apêndice 02

FORMULÁRIO – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nº _____

PESQUISADOR: _____ DATA: ____/____/10 HORA: _____

MUNICÍPIO: _____ UF: _____ COORDENADAS: Lat _____ Long _____

NOME DA LOCALIDADE: _____ Nº da Foto: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____

1.3. Nº de pessoas da família: _____

	N a C a s a		F o r a		A g r e g a d o	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Nº de pessoas na família						
Nº de filhos > 8 anos						
Nº de filhos < 8 anos						

2. Aspectos relativos à fixação

2.1. Local de nascimento:

No próprio local [____] (1)

No mesmo município [____] (2)

No mesmo estado [____] (3)

Outros estados [____] (4) Qual?

Outros países [____] (5) Qual?

2.1 Quantos anos o Senhor residiu no local onde nasceu?

2.2 O que fazia lá? (atividades produtivas?)

2.3 Fazia o trabalho sozinho?

2.4 Como aprendeu a atividade que exercia lá?

3. LOCAL / HISTÓRIA, AMBIENTE

3.1. Nome da Localidade:

Propriedade:

Comunidade:

2.2. A quanto tempo mora aqui?

Observações gerais:

2.3. Por que veio morar aqui?

2.4. Como era aqui quando o senhor chegou (descrição qualitativa do lugar)?

2.5. Local da última moradia (localidade/município)

Quanto tempo morou lá?

Por que morava lá?

O que fazia lá (plantava, criava, extraía, pescava) ?

2.6. Local da penúltima moradia (localidade/município)

Quanto tempo morou lá?

	3.	8.	
	4.	9.	
	5.	10.	
ÁREA PLANTADA	1.	6.	
	2.	7.	
	3.	8.	
	4.	9.	
	5.	10.	

Deixa terra descansando? (Faz pousio) SIM [] NÃO []

Quanto tempo: _____ ÁREA: _____

O que plantava no atual local de pousio?

Tradicional? []

Manejado? (Que tipo de Manejo)

5.1 O senhor pratica o extrativismo vegetal e/ou animal?

3. Mobilidade do trabalho na agricultura

3.1 Quais as atividades mais praticadas pelo Senhor (a)?

3.2 Dessas atividades quais são praticadas fora da agricultura?

3.3 Em que local são praticadas essas atividades (comunidade, município, propriedade)?

3.4 O que lhe motivou a se deslocar de um local ao outro? (motivo da mobilidade)

3.5 Quanto tempo o Senhor costuma ficar depois de se mudar?

3.6 Existem atividades extras que o Senhor costuma praticar? Se sim quais?

3.7 Por que o Senhor ainda continua trabalhando com a agricultura?

5.8 O Senhor já vendeu algum terreno seu ou parte dele?

5.9 O senhor já se mudou de uma comunidade a outra?

5.10 O Senhor já trocou algum terreno com alguém?

4. Urbanização

4.1 Como o Senhor soube da construção da ponte?

5. Como era a comunidade quando você chegou no local?

6. O que o Senhor acha que tem feito com que as pessoas se mudem daqui?

7. Que mudanças o Senhor acha que a ponte trouxe?

8. O que mudou no local recentemente com a facilidade do acesso a capital?

9. Você já loteou ou pensou em lotera alguma parte do seu terreno?

10. O que o Senhor pensa dos agricultores que vendem suas terras?

11. O que a ponte trouxe de mudanças para as propriedades das comunidades?

12. Mudou alguma coisa em sua vida com a construção da ponte?